A Suppressão

DA

Companhia de Jesus

POR

J. B. HAFKEMEYER, S. J.

" Não conheço a Companhia de Jesus sinão por seus inimigos — mas pela violência com que a atacam concluo que deva ter algo de grande."

Lavater

1914

Typographia das « VOZES DE PETROPOLIS »

IMPRIMI POTEST.

Pelotas, 10 Oct. 1913.

Fr. X. Zartmann, Sup. Miss. S. J.

PREFACIO

A historia da Companhia de Jesus é escassamente estudada no Brasil. Para a maior parte do nosso povo, foi uma Ordem poderosissima, mas de conducta tão irregular que um Papa se viu obrigado a supprimil-a.

Quanto á analyse e demonstração dessa irregular conducta, manifestam-se diversas opiniões; assim, uns entendem que ella commetteu crimes nefandos e vergonhosos, porque o leram em mais dum livro; já outros se contentam com a sentença decretada, ha mais dum seculo, contra a Companhia, pelo Chefe Supremo da Egreja Catholica, a pedido instante das côrtes catholicas da Europa.

Esta verdade está tão enraizada no espirito popular que se nos affigura bem difficil arrancal-a. A lenda creada e espalhada por Pombal, o venerado idolo para quem o diccionario é escasso em adjectivações encomiasticas, pegou admiravelmente bem. Uma das maiores glorias portuguezas », genio perspicaz», « philosopho profundo e habil politico », um dos maiores vultos do seculo », são pequenos louvores; tudo que fez é grande, e a destruição da Companhia talvez a sua maior façanha.

Alguns historiadores imitaram o grande marquez e o grande odio que teve á Ordem. Assim, um dos de maior fama, na sua « Historia geral do Brasil » acha muito que censurar aos jesuitas, dispensando-lhes, para não parecer parcial, uns louvores que são antes censuras. O Visconde de São Leopoldo aferra-se ás obras de Pombal e não passa dahi. S. Varnhagen nas notas da sua Historia Geral do Brasil», a junta outras fontes, como diarios e as importantissimas actas de Simancas, nos seus resultados não passa das obras de Pombal. Não sabemos porque antes Varnhagen soube achar, especialmente nas actas de Simancas, a condemnação dos jesuitas, pois de facto contêm

a refutação mais brilhante de todas as accusações levantadas por Pombal e repetidas por Varnhagen.

Não falamos de algumas contribuições para a historia dos jesuitas como os *Apontamentos*, de Henrique Leal, 1) porque são destituidos de qualquer valor historico; nem do *Ensaio sobre os jesuitas*, do conego Joaquim Fernandes Pinheiro. 2)

Depois dos trabalhos de um Capistrano de Abreu, J. Manuel de Oliveira Lima e Eduardo Prado, aquelles ensaios são antigualhas de piedosa memoria. Os nossos melhores historiadores formaram um juizo muito diverso dos jesuitas, ainda que só de passagem e por occasião falem da Companhia.

Conhecemos apenas uma pequena obra sobre a Companhia de Jesus, com o titulo *Os jesuitas perante a historia,* por Ovidio da Gama Lobo. Foi publicada em 1860 no Maranhão e hoje existirão della poucos exemplares. O seu autor dá um resumo de toda a historia da Ordem, tratando mais *in extenso* da suppressão.

Descreve os acontecimentos com grande fidelidade, mas a fórma reduzida obriga-o a contentar-se com uns traços geraes que são insufficientes para propôr ao leitor esta trama mais fina da historia universal », como um dos melhores conhecedores da Ordem chama á suppressão. O leitor incredulo sacudirá a cabeça e talvez repita o dito conhecido « a historia é uma grande tola ou foram grandes tolos que nol-a transmittiram.»

Esforçamo-nos por reconstituir toda esta trama, apoiando sempre as nossas affirmações em fontes que não podem ser recusadas.

Damos mais de uma vez a palavra aos principaes actores de toda a tragedia, aos ministros dos paizes borbonicos e ás suas cartas confidenciaes, em que depondo, o manto official de um patriotismo fingido, falavam do coração e da má vontade que nutriam.

O quadro é bem escuro ; alliviam-n'o um pouco o heroismo com que a *poderosa* Ordem soffreu a crueldade dos inimi-

---

1) Revista do Instituto Historico Brasileiro v. 34 (1871) e 36 (1873).

2) c f. «Vozes de Petropolis». 1912. p. 777 ss.

gos, e as virtudes apostolicas que oppoz aos representantes rancorosos do poder.

Apezar disso, o filho da Companhia achava-se digno da festa da mãe. Nunca ella se mostrou mais digna do seu fundador do que na sua suppressão. Jamais se refutaram com maior evidencia tantas accusações contra a Companhia de Jesus como no espaço de tempo 1773-1814. Os governos seculares apoderaram-se de tudo o que a Ordem possuia. Confiscaram-lhe, não só os bens materiaes, como tambem, na Hespanha e em Portugal, levaram a crueldade a ponto de roubar aos padres os escriptos que cada um possuia, pondo todo o cuidado em que o padre não levasse para o seu desterro sinão o breviario e uma mesquinha trouxa de roupa. Si houve crimes na antiga Companhia, deviam achar mais do que vestigios nestas confiscações realizadas por inimigos empenhados em justificar o seu proprio proceder. Demais a mais, tinham os perseguidores promettido as provas das suas accusações contra os religiosos. Nunca cumpriram a sua promessa, nem em Portugal, nem na Hespanha. Pelo contrario, os clamores contra os perseguidores cresceram tanto que o Papa Pio VII reconstituiu a Companhia de Jesus sobre as mesmas leis que tinham regido a Companhia antiga.

Pelotas, 7 de agosto de 1913

O AUTOR

I. As causas geraes

A Companhia de Jesus era uma das grandes potencias mundiaes, conforme dizem os seus inimigos. Como foi possivel destruir semelhante poder? Não julgamos errar affirmando que só o seculo XVIII, com a sua impiedade e com o seu absolutismo, era capaz de perfazer semelhante tarefa.

A reforma tinha substituido a autoridade da Egreja pela liberdade da consciencia. Esta liberdade, que dava ao principe o direito de impôr aos subditos a religião, removeu esta da primeira plana dos interesses para uma inferior. O renascimento do Olympo grego com a sua apotheose de todos os vicios gregos completou-se, quando o oiro e a prata das colonias entraram nas metropoles colonizadoras.

Quem havia de vencer, o Deus dos christãos ou os deuses da antiga Grecia, cujo serviço era mais commodo do que o do verdadeiro Deus?

Sobreveiu o triumpho de sciencias novas baseadas no methodo da observação exacta da nature-

za. O Deus dos christãos era incommensuravel e impalpavel para os seus apparelhos e, fatuamente convencidos de estarem no apogêu do saber humano, decretaram: « Deus não existe.

Agora, sim, podiam entregar-se mais seguros ao pendor de sua sabedoria, que em breve havia de mudar as sciencias num materialismo insipido e tão despido de qualquer sombra de espirito que antes deve chamar-se animalidade, o qual, reivindicando para o homem apenas a primasia de animal mais aperfeiçoado, outorgava-lhe o direito de viver segundo os instinctos brutaes.

Era isso que se chamava philosophia. As biographias de alguns philosophos do seculo XVIII fornecem a illustração da theoria.

Ostentam torpezas indiziveis, de intrigas e cabalas que hão de constituir para sempre o labéu do seculo philosophico.

Fautora poderosa de todas estas idéas adiantadas, levantou-se no seculo XVIII a maçonaria que, desde os seus começos, preferiu o trabalho de sapa. Trabalhava por fazer dominar o seu « ternario sagrado »: Liberdade, Egualdade, Fraternidade. Ch. Gérin recolheu nos papeis do procurador geral do Parlamento de Paris, Joly de Fleury, os traços seguintes que manifestam a acção da maçonaria sobre a magistratura na França de 1737-1764 « Uma tradição de molleza, de connivencia e de impunidade estabeleceu-se, pouco a pouco. Os magistrados de provincia, mais fieis ás doutrinas da Egreja e aos antigos costumes, importunavam fartas vezes com as suas revelações os chefes da classe judiciaria e o go-

verno. Mas as respostas recebidas de Paris eram pouco proprias para alentar-lhes o zelo, pois censuravam não raro as medidas mais legitimas tomadas para conservar as provas dos delictos 1)

Mais de um homem de Estado era maçon; outros, por tolerancia excessiva, tornaram-se cumplices das manobras maçonicas. Luiz XVI estava rodeado de traidores, todos maçons.

A impiedade do tempo está concretizada em Voltaire como o absolutismo em Pombal.

Não esmiuçaremos a vida de Voltaire com seu rol extenso de torpezas, não repetiremos os sarcasmos insulsos e as asquerosas blasphemias que o joven já espalhou, calaremos as vilanias infames que deturparam as relações com todos os que o encontraram, e as calumnias e intrigas com que feriu os seus adversarios perante os contemporaneos como os posteros; não queremos pesquizar quantas almas se envenenaram até aos nossos dias com os seus escriptos nem quantas familias suas contemporaneas foram reduzidas á miseria por sua fortuna principesca; só queremos estudar o influxo exercido nos seus coevos por sua actividade de agitador antireligioso.

Da Inglaterra philosophica trouxera o proposito de eliminar a religião na sua patria. Mas este simples proposito não era capaz de o impellir a esta actividade extraordinaria que accusa a segunda metade da sua vida. Despertára-se-lhe na alma o odio de Deus, começou a ser apostolo, um apostolo

---

1) Henri Hello, L'Action maçonique au 18. e siècle. I, 27.

que tinha só uma preoccupação exterminar o reino de Deus na terra. Chegára a esta phase, tendo cursado nova escola de impiedade: a Academia das Sciencias de Potsdam ou, para falar na linguagem dos academicos, «a taverna dos excommungados de Potsdam». O nome caracteriza os membros desta academia, em grande parte francezes desterrados da sua patria para *evitar escandalos maiores*; caracteriza as suas aspirações designando-se a si mesmos, conscientes de serem máus incorrigiveis com um nome que para christãos é infamante. O chefe regio desta sociedade era Frederico II.

Voltaire já tinha combatido a Fé e a Egreja, mas só quando se tratava de subtrahir-se ás obrigações que impõem. Frederico estava mais adiantado no odio da Egreja e do mundo sobrenatural, não podendo nem siquer ouvir falar do Redemptor, e neste odio educou Voltaire. Uma poesia em que este falara, de passagem, do Homem Deus, foi *criticada pelo rei. Voltaire gostou* de poder falar francamente, desfazendo-se de toda hypocrisia usada por dura necessidade na França. Todo o rancor concentrado no fundo do seu coração, pelos encontros havidos com a autoridade ecclesiastica, rompeu de vez.

Sobre seus progressos na impiedade nos informa o rei, referindo-se á correcção da mencionada poesia.

Conta-o agora Frederico entre os filhos da luz, accrescentando: «O senhor é grande e sublime ficando o que é. Confessa-o francamente, caro amigo, tem tantos motivos de estar contente com o seu modo de pensar que nunca se devia humilhar accei-

tando o de outros. Monges vegetando desconhecidos nos seus conventos, abysmem-se nas sordidas torpezas de sua miseravel theologia, os nossos descendentes deviam esquecer para sempre a insipidez pueril da fé, do culto e das ceremonias de padres e monges. As flores brilhantes da poesia são prostituidas quando se empregam para enfeite e ornamento do erro (isto é, da religião), e o pincel que nesta poesia pintou tanto ao vivo os homens, ha de eliminar por força a Loyolada.» [1]) Assim se desenvolveu o odio insaciavel de Voltaire contra Jesus Christo; na Academia, debaixo do quadro obsceno, para o qual o rei fizera o debuxo, entre chalaças de convivas abjectos, o poeta da *Pucelle* aprendeu o tom indizivelmente sordido de mofa e escarneo com que ridicularizava o que ha de mais santo no céu e na terra, Jesus Christo e seus santos mysterios. [2]) Traçada pela penna do regio mestre achamos promulgada pela 1.ª vez numa carta de 2 de Julho de... 1759 a senha da philosophia do seculo 18, o terrivel desafio da impiedade: *Ecrasez l'infâme*!

Voltaire, de volta para a França, vive unicamente para o seu odio, [3]) achando socios em d'Alembert, Diderot e Damilaville. A elles escreve: «Somos um corpo de cavalheiros valentes, defensores da verdade... Avante, valente Diderot, destemido d'Alembert, atacae em união com o nosso caro Damilaville

1). A Voltaire, 6 de Agosto de 1738.

2). W. Kreiten, Voltaire.

3) Condoriet, Vie de Voltaire, nos refere o seu celebre apophthegma: Estou farto de ouvir que 12 homens eram sufficientes paaa introduzir o christianismo, hei de mostrar-lhes que um unico basta para o destruir».

aos fanaticos e aos velhacos.» [1]) Que Voltaire travasse uma conjuração, é negado de pés juntos por aquelles que querem salval-o para a sciencia. Mas os factos demonstram o contrario com demasiada clareza

Hérault disse um dia aos irmãos — assim se chamavam os alliados: — «Não haveis de destruir a religião christan !» Voltaire respondeu: «Veremos !» [2]) As cartas de Voltaire fornecem provas tão concludentes que irrisoria se torna qualquer tentativa de negação.

Mas o monumento impereceduoro desta conspiração temol-o na Encyclopedia. Começou a edição em 1750 e consta de 22 in-folios de texto e 6 de illustrações. Da historia das sciencias esta obra, ha muito, desappareceu, mas temos de falar della, porque «Voltaire punha todas as suas esperanças na Encyclopedia. » [3]) Diderot deu, num momento de raiva, a melhor critica desta obra. «Esta raça abominavel de collaboradores, diz elle, que não sabendo nada pretendem saber tudo, se esmeraram em primar por generalidades ôcas, puzeram tudo em confusão, estragaram tudo e fizeram da obra destinada a ser um armazem do saber, uma poça em que se baralhavam trapos de *um numero infinito de coisas mal percebidas,* mal digeridas, boas e más, incertas e ao menos desconnexas.» [1]) Esta voz de despeito é confirmada pela historia: «Os artigos metaphysicos e theo-

---

1) Carta a Damilaville.
2) W. Kreiten, Voltaire, p. 303.
3) Carta a Damil. 23 de maio de 1764.
4) Feller, Dictionnaire historique, III, 531.

logicos, diz Rixner, não passam de um falatorio que em cada linha manifesta a superficialidade banal e leviana e a irreligião do autor despachando com uma chalaça assumptos elevados demais para a sua intelligencia.» 1)

Os effeitos perniciosos da Encyclopedia não contentavam de todo a seus autores. Para corromper mais a fundo a opinião publica entre o vulgo, inventaram novo estratagema.

Voltaire e seus «irmãos» eram propagandistas excellentes e os seus gracejos frivolos deviam impressionar uma nação capaz de sacrificar tudo a um «bon mot», a uma bôa piada, e que deu voga ao rifão: le ridicule tue. Diderot e d'Alembert eram os protagonistas da «triste» farça. Visitavam os cafés bem frequentados, mas onde elles mesmos fossem desconhecidos, e começavam a disputar. Diderot atacava a religião com o chiste acre e eloquente proprio delle, emquanto d'Alembert tomava sobre si a defesa. Está entendido que a victoria sempre ficava áquelle. Envergonhado, retirava-se o derrotado, levando a compaixão dos espectadores que se convenciam ser impossivel defender a religião contra um philosopho; Diderot sahia mais tarde victoriado com *palmas e applausos* que festejavam o triumpho da philosophia. Riam-se os dois farçantes motejando a simplicidade dos papalvos, mas estavam certos de terem conquistado novos adeptos.

Além disto, fervia uma verdadeira azafama literaria. Espalhavam brochuras e obras de folego, destinadas a sublevar o povo, expondo ao ridiculo as

1) Geschichte der Philosophie, III, 226.

instituições ecclesiasticas e civis; os sacerdotes eram chacoteados, as ordens religiosas combatidas e, pelas intrigas mais duvidosas e pela hypocrisia mais abjecta, especialmente de Voltaire, os «irmãos» chegaram a dominar toda a instrucção e educação da mocidade. Os escriptos contra a religião trazendo a marca de fabrica «philosophia», não têm numero. Ordinariamente os titulos já apregôam o valor destas obras impressas em Amsterdam, inculcando-se, porém, como sahidas de officinas londrinas [1]).

Os jesuitas de então não seriam jesuitas, si não organizassem uma resistencia tenaz e activa contra tão deleterias sentenças.

Foi sobretudo á refutação da encyclopedia que se dedicou o *Journal de Trevoux*, redigido pelos pa-

---

1) Ajuntamos alguns titulos. No anno de 1767 appareceram: O christianismo desmascarado. O espirito do clero. Da impostura sacerdotal. De 1767: O contagio sagrado, Os sacerdotes desmascarados. David, ou historia do homem segundo o coração de Deus. Exame das prophecias que servem de fundamento á religião christan. Cartas a Eugenia ou preservativo contra os preconceitos. Cartas philosophicas sobre a origem dos preconceitos. Theologia portatil. De 1769: Sobre a crueldade religiosa. O inferno destruido. A intolerancia convencida de crime e de loucura. De 1770: Ensaio sobre os preconceitos. Systema da natureza. Historia critica de Jesus-Christo. Quadro dos santos. O espirito do judaismo. Exame critico da vida e das obras de S. Paulo. O bom senso ou idéas naturaes oppostas ás sobrenaturaes. Deste livro escreveu d'Alembert a Voltaire em 15 de Agosto de 1775: «um livro mais terrivel do que o Systema da natureza. Devia-se fazer um excerpto tão barato que até as cosinheiras pudessem compral-o, que a cosinha do clero havia de estar servida.» R. von Nosttiz-Rieneck, Das Triumvirat der Aufklärung em Zeitschrift für kathol. Theologie. V. 24. (1900), p. 618, nota.

dres da Companhia. Os philosophos esbravejavam. D'Alembert o confessa num assomo de sinceridade. «Suas declamações na côrte e na capital contra a Encyclopedia tinha irritado todas as pessôas que se interessavam por esta obra, cujo numero era grande. Seu furor contra o autor da *Henriade* (Voltaire) antigo alumno e amigo seu, indispoz de tal forma este autor afamado, que lhes fez pagar caro a tolice que tinham commettido». [1]) Como sempre, preferiram os philosophos as sendas tortuosas da intriga ao combate leal e franco. Esta gente, que amaldiçoava num e mesmo anathema a religião e a realeza, desempenhava com maestria o papel de aulicos, chegando, como diz o protestante Leo, «a convencer o governo de que os jesuitas — que eram na realidade o baluarte da Egreja contra a incredulidade — não faziam outra coisa sinão comprometter a fama scientifica, moral e politica da França».

Voltaire escrevera em 1762: «O que é que vi durante sete annos na casa dos jesuitas? Uma vida regular, frugal e trabalhosa. Todas as suas horas eram repartidas, parte nos trabalhos escolares, parte nos exigidos pela Ordem rigorosa.» Cinco annos mais tarde escreveu a um amigo que ajudara nas intrigas da expulsão dos jesuitas da Hespanha: Tomo parte na grande alegria do meu bravo cavalheiro sobre a expulsão dos jesuitas... Oxalá pudessemos exterminar todos os monges, que não são nada melhores do que os velhacos de Loyola... Abraço ao meu cavalheiro aconselhando-lhe de esconder bem os seus

1) Schoell, Cours d'Histoire, XL, 41.

manejos aos inimigos.» [1]) Já no anno de 1762 d'Alembert escrevera a Voltaire: «A canalha jansenistica vae libertar-nos da jesuitica; deixemos estas aranhas comerem-se uma a outra.» [2])

Os jansenistas e o parlamento eram, de facto, os auxiliares dos philosophos. Pelo anno de 1765 os jesuitas foram expulsos do collegio de Luiz o Grande. Voltaire escreveu: «Por minha alma! A causa é seria e o parlamento está batendo com força. Aquelles senhores crêm fazer um serviço á religião e, sem que o percebam, servem á razão. São os verdugos da philosophia, cujas ordens recebem sem darem por isso.» Esta observação vale só de uma minoria escassa dos membros do parlamento, pois, segundo Proyart, na maior parte eram philosophos ou jansenistas, conscios de executarem os planos dos philosophos e solidarios com elles. [3]) D'Alembert diz «ter dado a philosophia a sentença contra os jesuitas pela bocca do parlamento á solicitação dos jansenistas.» [2])

A França já não precisava nem de jesuitas nem de sacerdotes. De baptismo e encommendação, aquelles homens não queriam saber; aquelle dispensavam porque preparavam a nova geração para o baptismo de sangue; esta tornára-se incommoda, porque queriam usar os cadaveres para a illuminação de ruas e casas e de facto os usaram, ou reservavam-n'os para alimentação dos presos.

---

1) Carta de 27 de Abril de 1767.
2) C. de 15 de Setembro de 1662.
3) Louis XVI detroné avant d'etre roi, p. 317.
4) De la déstruction des Jésuites, p. 192.

Gastavam rios de dinheiro para se verem livres dos jesuitas. O presidente Rolland, jansenista zeloso, confessa ter-lhe custado a expulsão dos jesuitas mais de 60.000 francos, o seu tempo e a sua saude.» [1]) Os jansenistas empregavam além disso a sua caixa chamada «do Salvádor», em que entravam por anno 20.000 francos, para este fim piedoso. Provavelmente foram elles que fizeram a Diderot esta offerta: «Caso o sr. Diderot queira vingar-se dos jesuitas, estão ao seu dispor dinheiro e tratados manuscriptos. Sabemos ser o sr. Diderot homem de bem: fale, pois, que aguardamos pela resposta.» [2]) Quando a 21 de Julho de 1773 foi assignada a bulla da suppressão da Companhia, escreveu o conde de Albon: «Sobre um altar levantado por mãos inimigas, o papa sacrificou victimas cujo preço não conhecia e que nunca deviam cahir aos golpes delle».[3])

A propaganda philosophica foi uma das mais activas de que ha memoria nos annaes da humanidade.

Infelizmente, corresponderam os resultados aos esforços envidados.

«Esmerae-vos em illustrar os moços,» escrevera Voltaire a d'Alembert. [4]) Em 1778 affirmou um principe do Imperio ter a Allemanha até aquella data recebido 400 mestres por intermedio de d'Alembert. [5]) e já no anno de 1763 Voltaire escrevera a

1) Proyart, l. c. p. 181 n.
2) Der Triumpf der Philosophie im 18 Jahrhundert. I, 419.
3) Feller, Dict. hist. VIII, 616.
4) Carta de 15 de Setembro de 1762.
5) Der Journalist von Luxemburg, 15 de nov. de 1783.

Helvetius «Esteja certo, a Europa está cheia de homens illustrados que abrem os seus olhos á luz: o seu numero é admiravel e, ha 10 annos, não encontrei homem honesto, não importa de que religião ou paiz, que não pensasse como vós.» Como exultava este espirito satanico escrevendo ao marquez de Chauvelin A luz diffundiu-se de tal maneira em toda a parte, que na primeira occasião se ha de fazer o rompimento. Dará um barulho dos meus peccados. Felicito a geração nova, que ha de ver coisas lindas. 1)

«O barulho dos seus peccados» foi a revolução franceza e «das coisas lindas» se encarregou o regimen do Terror.

Cumpre citar aqui o testemunho do embaixador francez na côrte de Napoles em 1793 que, como refere o cardeal Migazzi, affirmava «Si a Companhia de Jesus não fosse abolida, a França não passaria pela funestissima revolução, porque a educação da mocidade não poderia chegar a este abysmo de perversão» 2).

E Buckle cita Montbarcy o qual, sendo alumno dos jesuitas em 1740, e censurando-os em mais de um ponto, não hesita em affirmar que a revolução triumphou graças á suppressão da Companhia de Jesus 3).

Diz que depois da «guerra jesuitica do Paraguay», Pombal de certo supprimiria a Companhia de

1) Carta de 2 de março de 1764.
2) Wolfogruber-Migazzi, pag. 185.
3) Memorias de Montbarcy, III, 94.

Jesus, «si fosse senhor unico do governo, como se tem aventurado.» 1)

Talvez o motivo fosse outro. E de facto, si havia accusações a fartar nos pamphletos pombalinos, faltavam as provas. O ministro Wall escreveu em 1758, ao receber estes pamphletos, que taxava de escandalosos: «Eu me teria restringido aos delictos que podia provar aos jesuitas de meus dominios e, sem me atrever a qualificar toda a Companhia, expulsal-os-ia dos meus estados, deixando fazer aos outros o que bem lhes parecesse. Querer destruil-os de todo é negocio demasiadamente difficil. 2)

A razão allegada é, portanto, fraca para destruir o facto da soberania real de Pombal no governo de Portugal. Os testemunhos dos embaixadores imperiaes na côrte de Lisbôa até hoje não foram desvirtuados e, si Starhemberg, a 12 de fevereiro de 1751, referindo que «Carvalho se empenha

---

1) J. Lucio de Azevedo. Os jesuitas no Grão-Pará pag. 298.

2) B. Duhr. Pombal. p. 12 ss. Ajuntamos um observação tirada da Relação de Starhemberg de 26 de Dezembro de 1751 na qual, depois do falar do nenhum valimento das pessoas de sangue real refere: Nota-se que neste governo toda a nobreza é posta de lado e não se toma nenhuma consideração della, o que excita em todo o paiz desgosto e pezar, pois os negocios de maior importancia são adiados e procrastinados. Ao principio julgavam que a Rainha se intrometteria nos negocios do Estado em favor da Hespanha, mas a experiencia não confirma tal suspeita: pois todo o cuidar della é estar continuamente ao lado do marido e ganhar-lhe o amor por toda a especie de diversões.

Muito menos se pode ainda metter nos negocios o infante D. Pedro que é tratado como um rapaz de 10 annos. Arch. de Vienna.

em extender a sua repartição» [1]), julga a subida deste homem um bem para o paiz e para Sua Magestade imperial, pelo fim do mesmo anno já mudou complemente de parecer escrevendo que «a confiança do rei em Carvalho é extraordinaria e muito cega» e que este por isso tem o poder «de governar á vontade e mui despoticamente» [2]).

Cresceu com o tempo o dominio que Pombal conquistou sobre o rei, tanto que o embaixador francez em 1768 leu nas suas instrucções: «Pombal est d'un caractère impérieux et faux et ne connoít pour regle de conduite que l'exercice d'un pouvoir absolu et arbitraire». Os outros ministros são chamados «commis serviles». [3]) E Gramoza diz: «O systema do conde era apartar do lado d'el-rei todas aquellas pessoas, que lhe poderiam falar com verdade e desinteresse, por cujos motivos lhe poderiam ser prejudiciaes a elle conde por alguma maneira: Valendo-se sempre nestes casos do especioso pretexto de considerar tudo Inconfidencia.» [4])

Não parece, portanto, *atrevimento de alguns* dizer que era Pombal quem reinava em Portugal, o que aliás a maioria dos que consideram a Pombal como um dos maiores estadistas, aprégôam um dos fundamentos de sua gloria.

O representante do absolutismo é o ministro omnipotente de Portugal. Ha até hoje em dia quem

1) Duhr, Pombal p. 11.

2) L. c. p. 12.

3) Recueil des Instructions données eux ambassadeurs de France. Paris 1886. V. 3. p. 360.

4) José Pedro Ferrás Gramoza, Successos de Portugal. Memoria historicas politicas e civis. Lisboa 1882. V. 1. p. 61.

o levante ao céu bem como a Voltaire, pois tambem Pombal tornou-se o symbolo de certa gente que gostava de ter na mão o poder do ministro de D. José, para brindar a outros com a mesma liberdade.

Pombal reuniu todo o poder do reino, tomando uma pasta misterial após outra, e conservando nos empregos ou homens incapazes de lhe fazerem sobra ou creaturas suas. Homens de destaque viam na actividade extraordinaria de Pombal esperanças no futuro, mas em breve se manifestou que o fim almejado do ministro era apenas e consolidação do proprio poder. 1)

Daqui o odio do ministro contra a nobreza que em breve se havia de extendender a outras classes. O clero e, antes de tudo, os jesuitas, são sempre o maior impecilho dum poder absoluto, e a guerra feita a elles havia de dar a nota dominante e directiva ao governo todo.

Depois de vencer estes inimigos, era Pombal ministro absoluto ou, antes, rei absoluto de Portugal e, bem depressa acostumou-se «a obrar com imperio despotico em tudo», conforme o marquez de Almodovar. 2) O mesmo fala dos «27 annos de seu despotico, violento governo», e si o chama laborioso, audaz, afortunado e habil, deve comtudo ajuntar que é «cheio de recursos e manhas no systema que se propoz seguir sem cuidar da honestidade dos

---

1) Historia geral do Brasil II, 927.

2) B. Duhr, Zur Charakteristik Pombals em Zeitachrift für kathol. Theologie, XXIII, 450.

meios e, por consequencia, obrando com aquella má fé, que soe haver exemplos no mundo politico. 1)

A actividade de tal homem não podia redundar em bem do paiz, visto que as paixões se apoderaram della, e até as proprias medidas bôas não eram de proveito por causa da violencia com que pretendia executal-as e pela desconsideração aos direitos alheios. Louvam as medidas tomadas para diffundir a instrucção em Portugal e chamam ao ministro de D. José «adeantado 50 annos ao seu tempo.» Bem sabemos que o Marquez de Pombal trabalhou pela escola primaria, não só em Portugal, como tambem no Brasil. Decretou tambem o subsidio literario para a sustentação das aulas.

Tudo isto, porém, era insufficiente. O subsidio literario nem de longe chegava para o fim proposto; o povo não era capaz de adiantar-se ao seu tempo por 50 annos, como o seu «genial» ministro. Mas o peor de tudo era que faltavam os professores, sacrificados os unicos, que tinha havido até então, á vingança de Pombal.

Attribuem ao atrazo do governo seguinte o nenhum resultado dos decretos de Pombal. De facto, o governo de D. Maria fez tentativas de augmentar o subsidio literario, mas nem por isso poude adiantar a instrucção, tão pouco como Pombal, que se contentava com decretos sem se importar com a educação. 2)

---

1) L. c. p. 451.

2) Cf. o trabalho do autor: «A conquista portugueza do Rio Grande do Sul. II parte. Annuario do Estado do Rio Grande do Sul para 1913. p. 204 ss.

Mas tinha peor vezo o grande marquez que lhe tira muito dos merecimentos com que a lenda o aureolou. Era a sua cubiça insaciavel. A lenda não sabe nada disto. Numa obra que se está imprimindo, lemos, depois de serem enumeradas todas as façanhas de Pombal: «E para dar idéa da alta sabedoria politica e da serena consciencia com que fez tudo isso, é preciso que se não perca de vista esta nota bem significativa: ao iniciar o seu reinado, teve D. José I necessidade de fazer emprestimos para pagar as dividas que encontrou: ao fallecer, deixava «no thesoiro, em numerario e diamantes, um saldo tão crescido, que muitos autores chegam a calcular em 38 milhões de cruzados.» 1)

A lenda dos thesoiros deixados por Pombal nos cofres publicos é, segundo outros autores, de 78 milhões, mas é lenda desfeita, ha tempos.

Fortunato de Almeida escreve na sua Historia de Portugal, p. 124: «E' tempo de acabar a lenda de que o marquez de Pombal deixou no erario, ao sahir do governo, um saldo de muitos milhões Essa lenda foi posta em voga principalmente por Coelho Rocha, no Ensaio sobre a historia do governo e da legislação de Portugal, (p. 209), e pelo autor anonymo da Administração de Sebastião José de Carvalho e Mello (t. 4, pag. 94-96). Este ultimo asseverou que

1) Rocha Pombo, «Historia do Brasil», VII, 41. O autor mostra que de Pombal conhece apenas a lenda. Mas de facto ha mais de uma biographia séria do marquez que traz noticias muito differentes. Si conhecesse ao menos L. Gomes, «Le Marquis de Pombal,» ou Camillo Castello Branco, «Perfil do Marquez de Pombal ou Lucio de Azevedo, O Marquez de oPmbal e a sua época.

o marquez de Pombal deixou no erario 78 milhões de cruzados, ou 31. 200:000$000. Ora, segundo os documentos officiaes, o verdadeiro saldo era de 997:562$654 réis, incluindo 371:384$553 réis, que a titulo do emprestimo passaram dos cofres da junta do deposito publico para o erario: portanto, esta addição não proveiu dos rendimentos ordinarios do erario, mas de um verdadeiro supprimento, que é a melhor prova de não haver abundancia de dinheiro nas arcas do thesoiro. Deve accrescentar-se que mesmo esse saldo existia por não terem sido pagas algumas dividas que ficaram em aberto. Esta questão está perfeitamente esclarecida na «Collecção de leis da divida publica portugueza coordenada e publicada pela junta do credito publico» (t. 1, p. 2 e seg.)

A estes miseros restos de dinheiro contrapõe-se, no momento da morte de D. José, uma scena pungente: O rei fallecera devedor insolvente.

O senhor absoluto de uma opulenta monarchia, dono das riquezas do Brasil, experimenta, na hora extrema, as angustias do remisso pagador, a quem chega da antecamara o murmurio dos credores importunos. Pagar a todos: mas como? Com esse problema se achou logo a braços o novo governo.

No paço, a certos criados deviam-se quatorze annos de salarios. Determinou a rainha que se lhes désse tudo immediatamente. Fizeram-se economias.» [1]) Lebzeltern dá noticias destes esforços: «Para solver

1) Lucio de Azevedo, O Marquez de Pombal e a sua época. Lisboa, 1909. p. 422-3.

os debitos tem-se vendido enorme quantidade de cavallos e muares, e tambem carruagens.

«Supprimiram-se touradas, passando-se a vender as rezes, que todos os annos se reservavam para este espetaculo, tão querido do rei. Cuida-se egualmente de acabar com as touradas e representações theatraes. Tudo isto produzirá uma economia annual de dois milhões de cruzados.» 1)

Compare-se com estas miserias a «Supplica dirigida á Rainha Nossa Senhora D. Maria I, por Sebastião José de Carvalho e Mello, Marquez de Pombal, na qual expõe e demonstra cabalmente como foram adquiridos honradamente e sem prejuizo algum da fazenda real, nem dos particulares, os avultados bens de que formou a sua casa», que um dos mais enthusiasmados panegyristas do grande marquez teve a pouca discreção de inserir á sua obra (John Smith, Memorias do Marquez de Pombal, p. 339). Faltam nesta lista as gorgetas, fornecidas ao estadista pelas companhias por elle fundadas e que tanto fizeram para o desfecho triste de toda a administração.

Muitas medidas da sua administração só acham explicação na cobiça do ministro. Apezar de tanto dinheiro que confluiu em Lisbôa no tempo de Pombal, sempre havia falta de dinheiro.

O ministerio de Pombal foi um periodo de penuria provervial; nunca se tinham visto tantos impostos, nunca tanta miseria. A diplomacia austriaca, apezar de sua amisade pelo parente de Daun, é obrigada a confessal-o. «As finanças, diz Kail, são o assumpto eterno da conversação. Os bem informa-

1) B. Duhr, Pombal, p. 48.

dos declaram que os rendimentos do Estado, como os particulares do monarcha se depõem em duas caixas principaes, ambas cheias até a margem. Saibam que o Estado não faz obras de embellezamento, nem trabalhos uteis nem indispensaveis, e não hão de ficar admirados que a gente pergunte onde fica o dinheiro. O unico ponto certo é que a cada somma arrecadada pelo Estado, sobrevem logo um decreto que a põe á disposição do omnipotente ministro.» (1)

O povo descontente dá a culpa desta situação triste a Pombal: é elle o unico Senhor e as finanças, mais do que o resto, dependem de seus caprichos. O mesmo Kail escreve ainda: «O Senhor conde de Oeiras se fez nomear intendente geral das finanças... O poder todo está exclusivamente na sua mão; até suas creaturas tem uma minima parte.» (2) Mas com isto os negocios não correm melhor. Em consequencia de urgentes reclamações de certos fornecedores, era força decidir-se ao menos um pagamento parcial. Os empregados da cozinha real a quem se deve ao menos um meio milhão de cruzados, vão obter um terço desta somma. O fornecedor de carne, que tem direito a 300.000 cruzados, receberá por ora uma fazenda da Companhia de Jesus recem-confiscada que tem o valor de 60.000 cr. (3) O Conde Welsperg diz que as queixas relativas á falta de dinheiro vão crescendo. Os operarios occupados em construir ou sustentar os edificios publicos, vendo

---

(1) 23 de Dezembro de 1760.
(2) Duhr, Pombal, p. 45.
(3) 24 de Julho de 1764.

que nunca recebem o seu jornal, se põem a salvo escondendo-se. (3) Lebzeltern confirma-o: Os criados do rei, em dez annos, não viram nem vintem do salario e vivem na maioria de esmolas. (4)

Mas onde param os dinheiros publicos? Ninguem o pode dizer com certeza, mas Lebzelteran dá a entender que este mysterio é de máu agoiro. As finanças, como todas as repartições do governo, são administradas pelo marquez de Pombal. Nesta repartição tem um agente, de nome Joaquim Ignacio da Cruz, negociante a quem elevou a todos os cargos que reuniu nelle. Todos os sabbados, os dois fazem o balanço das receitas e despesas do Estado, de maneira que este grande segredo é escondido a todos. Sabe-se, geralmente, que as receitas entram no thesouro, mas ninguem sabe como sáem. Até as riquezas que vêm das possessões da America, entram nelle em caixas selladas tanto que ninguem conhece o seu valor. Pode-se portanto só conjecturar a riqueza do Thesouro. (3)

Mas isto não é nada. Na morte de D. José a riqueza do Thesouro vai apparecer ao mundo e a nação ha de saber que Pombal augmentou a sua fortuna pessoal em proporções immensas e muitas vezes pelos meios mais deshonestos. Conforme Kail, a fabricação de aguardente, muito tempo livre, é agora regulamentada. Só os «domini directi terrestrales,» isto é, os proprietarios de vinhos, têm direito a ella. O Conde de Oeiras, um dos mais ricos senho-

(1) 29 de Janeiro de 1765.
(2) 27 de dezembro de 1764 (cifrado).
(3) Lebzeltern a Kaunitz, dezembro de 1776.

res de vinhos, ganha por este decreto 7 a 8.000 cruzados por anno. (1)

Ganhou elle por um canal, aberto á custa do Estado, de Oeiras ao mar, que facilitava o transporte dos vinhos de Pombal e dos seus socios do Porto. Trabalharam dia e noite nesta obra que ligou o mar com as adegas de Pombal, edificios gigantescos, tambem construidos com os dinheiros da nação, em que desembarcavam innumeraveis barris, alguns dos quaes eram de tal tamanho que cabia nelles mais do que em 30 barris ordinarios. «O marquez de Pombal, —escreve Lebzeltern,—se fez doar pelo rei uma terra, na Granja, da extensão de algumas leguas, e quando fez a viagem de Coimbra, para reformar a universidade, recebeu como ajuda de despesas 1000 cruzados diarios.»

Uma inquisição sobre estes factos traz todos os dias novas revelações infamantes. «Entre outras coisas pretendem ter achado no erario um manco de 3 milhões de cruzados pagos sobre simples bilhetes deste ex-ministro e de cuja applicação nem vestigio apparece. Notam uma diminuição consideravel nos arrendamentos attribuidos a arranjos secretos do ministro com os arrendatarios, seus validos, para lhes extorquir sommas avultadas. Está averiguado que o do tabaco pagava ao ministro annualmente 100.000 cruzados sobre o arrendamento, que era de 2 milhões. A mesma fraude se descobriu no arrendamento do pau Brasil e na Companhia dos vinhos».

---

(1) 3 de fevereiro de 1776.

Pombal, inquieto por estas descobertas, parece ter pensado em fugir, pois a precipitação com que se esforçou a recolher dinheiro faz pensar em tal solução. Lebzeltern escreve no mesmo despacho: «O marquez, no intervallo entre a sua partida da côrte e a morte do rei, exigiu o aluguel de suas casas para anno e meio (que rendem 110.000 cruzados) e pediu emprestadas sommas consideraveis sobre seus bens e terras. Não se pódem advinhar as suas intenções, pois devia possuir muito dinheiro de contado, além de 9 milhões de cruzados que dizem ter collocado nos bancos da Inglaterra e da Hollanda».

Apenas o ministro omnipotente tinha cahido, levantaram-se queixas de todos os lados a respeito de negocios de menor importancia, casos em que o ministro tinha abusado do seu poder em negociações indelicadas. Processos e demandas sem numero amarguravam os dias restantes do marquez.

E finalmente as suas dividas!

Escreve Latino Coelho: "A lista das suas dividas ao deixar o ministerio era uma prova de que a influencia dos seus cargos eminentes não andára extranha ás transações de sua casa. Por muitos annos se *esquecera* de pagar ao Estado quantiosas imposições de que não o absolvera o seu officio. A importancia dos impostos que ficára devendo era de 12:318$651 reis segundo a *Relação das dividas* que serve de documento elucidativo ao *Compendio economico.* Algumas das verbas subiam ao anno de 1771.

«Durante o seu governo mutuára sommas va

liosas aos conventos e mosteiros e — *o que abonava a sua delicadesa ministerial* — a muitas das repartições publicas e os arrematantes dos contractos reaes da sua dependencia se fizera devedor, *utilisando os artefactos* ou *os generos que fabricavam ou geriam*.

A' *fabrica de sedas* devia, por fazendas e amoreiras — 7:897$798 reis; á *Junta dos fardamentos* por baêtas e pannos da Covilhã — 2:702$700 reis; *aos contractores do Paço da Madeira* — por madeiras vendidas para obras do marquez — 3:768$000 reis; a David Gildemeester — por um adereço de brilhantes para a casa Pombal — reis 4:220$000; á *Junta de munições de bocca* — 7:443$600 reis.

«Era egualmente devedor ao *Deposito publico* e e á *Junta das Aguas Livres*, de verbas na importancia de 39:350$740 reis, cêrca de 40 contos de reis.

«Eram numerosas as porcellanas que ficára devendo a *muitos particulares e aos artifices e mercadores*, de cujos serviços e fazenda se havia aproveitado. Algumas d'estas dividas, cujo importe era de muitos mil cruzados, datavam de largos annos.

A' omnipotencia de Pombal, o terror que ao seu nome andava associado e não raro o desejo de grangear o seu favor e patrocinio, tornavam generosos e faceis os credores, que, depois de o verem abatido e humilhado, reclamavam altivamente o seu dinheiro."

(Historia politica e militar. I 423 s)

E' este o retrato historico do representante do absolutismo. Outros paizes imitaram o exemplo e, justamente as terras que do exterminio dos jesuitas fizeram questão de gabinete, tinham tanto o sr. D. José como o sr. Pombal — talvez digamos melhor — o sr. Pombal e o sr. D. José.

II. PORTUGAL

Na Historia de Portugal D. João V marca o ultimo periodo de glorias. Ainda tinha valor no concerto européu, pela prudente diplomacia deste rei, o voto do povo portuguez. Com a sua doença, porém, a situação tornou-se inteiramente outra. Os soberanos que lhe succederam mostraram, pela sua fraqueza, que o paiz se gastára pelas conquistas e glorias dos ultimos seculos; e, como o oiro do Brasil desapparecera nos falsos de sordidas ambições, começou a correr que... «os fumos da India haviam posto Portugal á dependura».

D. José I subiu ao throno, secundado pelas mais vivas esperanças da nação. Quando Sebastião José de Carvalho e Mello foi chamado ao poder, começou a trabalhar activamente; as esperanças tornaram-se mais vivas. Logo, porém, os homens entendidos no governo dos povos acharam as esperanças precipitadas, visto como se tornára falso o caminho feito por Pombal. O rancoroso ministro queria trabalhar..., mas trabalhar só.

Depois de conquistar o animo do rei, eliminou dos postos mais importantes todos os homens capazes, substituindo-lhes bonecos que trabalhassem á discreção de Carvalho. Os meios de que se servia para alcançar o seu fim, indicavam ás pressas, que em breve seria o unico a mandar em Portugal.

Manifestou Carvalho assim, de facto, a sua inepcia para o governo, inepcia que o paiz devia pagar bem caro. A tanto nem chegára a ambição de Luiz XIV, de querer, elle só, fazer todo o governo e toda a administração do paiz.

Entre as pessôas que podiam fazer-lhe sombra, julgou o ministro estarem em primeira linha os jesuitas. Desde o principio do seu governo começou a guerra contra a Ordem manifestou-se primeiramente uma guerra surda, que logo degenerou em odio figadal, publico e notorio. Escreveram muito sobre as causas deste odio. Não queremos augmentar o numero das hypotheses. Basta-nos o facto tão claramente documentado pelos acontecimentos e, quiçá, mais evidente pelos escriptos do ministro.

A destruir a Companhia de Jesus consagrou Pombal todo o potente esforço da sua vontade; e, bem se póde dizer, nunca mais aturada energia trabalhou ao serviço do odio. A campanha principiou verdadeiramente em 1855, quando em Lisbôa surgiu a opposição á Companhia do Grão-Pará, e proseguiu, sem descanso da parte do ministro, até Ganganelli publicar, em 1773, o famoso breve da abolição.

Perseguido pela idéa fixa de destruir a sociedade, como unico esforço cabal da opposição que della tinha, convicto ou não, da realidade de todos

os maleficios que lhe assacava, Carvalho, nos factos da administração interna do paiz, nas relações diplomaticas, nos escriptos, nas conversações particulares, deixa entender então que a destruição da sociedade jesuitica é o escopo principal, que a sua actividade tém em mira.» 1)

E' esta a conclusão a que chegou o ultimo biographo de Pombal. Diz este autor francamente o que salta aos olhos da leitura de todas as biographias do marquez.

Desde logo não podia manifestar os seus sentimentos contra a Ordem, pois tanto o rei como toda a sua côrte e todo o povo portuguez eram devotos da Companhia. Carvalho espalhou os pamphletos que podia contra os Padres, para mostrar a D. José que os jesuitas talvez não fossem tão bons como o rei piedoso julgava.

Com esta preparação podia arriscar uns pequenos golpes, ora desterrando um prégador por motivos futilissimos, ora removendo da capital uns frades que o podiam incommodar.

Durante e depois do terremoto os padres reconquistaram as bôas graças do rei pela sua heroica caridade e por isso se affigurou a Pombal mais necessario um golpe violento.

A victima escolhida foi o P. Malagrida, que commetteu o *nefando crime* de aconselhar o povo de Lisbôa, por meio dum folheto, a fazer penitencia.

Malagrida, afinal, não fez mais nem menos que outros tantos padres e bispos o escripto che-

1) Danvila, Reinado de Carlos III, III 411.

gou a ser louvado pela mesa censoria do Paço, da mesma forma que pelos censores ecclesiasticos Pombal condemnou-o ao fogo, diffamando o revolucionario. Malagrida foi desterrado. Convinha e urgia que fôsse tirada ao povo a confiança nos padres.

O ministro preparava maiores golpes no segredo do seu gabinete. Aos 13 de setembro de 1757 publicaram-se dois decretos. O primeiro prohibia aos jesuitas a administração temporal das reducções de indios no Maranhão, e o segundo declarava livres todos os indios da America portugueza.

O resultado destes decretos foi a destruição das missões. Tirados os missionarios da administra-dos indios, não havia quem lhes tomasse o logar, e decretar a liberdade delles não era outra coisa sinão entregal-os á discreção dos brancos.

As relações dum irmão do ministro, que era governador do Maranhão, tinham produzido estes resultados. Novas informações deste governador, da resistencia dos padres contra os decretos reaes, adiantaram ainda mais as intenções do ministro. O rei, irado, concedeu a expulsão dos confessores jesuitas da côrte e d'ora em diante D. José não chegou a ver um jesuita diante de si, entregue exclusivamente ás informações do seu primeiro e unico ministro.

O odio estava em trabalho activo e em breve o mundo ouviu uma nova accusação levantada contra a Ordem no horrivel pamphleto: *Relação abreviada da republica que os religiosos dos jesuitas das provincias de Portugal e Hespanha estabeleceram nos dominios ultramarinos das duas monarchias, e da guerra que nelles têm movido.*

Impressa em differentes edições e traduzida em varias linguas pelos empenhos de Pombal, serviu a obra, ás mil maravilhas, as pretenções do ministro.

Alguns annos mais tarde soube o mundo que fôra enganado por esta obra de Pombal, e o rei da Hespanha, indignado, mandou queimar a Relação pelo algoz. Entretanto Pombal alcançára o que queria. Assacar taes crimes á Ordem num paiz catholico, significava para o mundo que a Companhia já não podia ser a dos tempos passados. Correu do mundo ao mesmo tempo a fabula do rei Nicoláu, o grande publico esperava impacientemente o desfecho de tão graves acontecimentos.

Pombal informou de tudo Roma e alcançou um auxiliar poderoso na luta que, apezar de pertencer ao mais elevado collegio do mundo, se rebaixou a instrumento do tyrannete do Tejo. O cardeal Saldanha foi nomeado visitador da Companhia de Jesus nos dominios portuguezes. Segundo as instrucções do Papa, o visitador tinha que informar-se do estado da Ordem para transmittir as suas averiguações á côrte de Roma. De facto, procedeu de outra forma. A 12 de maio de 1758 intimou aos jesuitas de Lisboa a sua nomeação e apenas tres dias mais tarde publicou o seu celebre Mandamento, que assaca a todos os jesuitas a não observancia das suas constituições e, principalmente, o mais feio commercio.

Condemnou os religiosos sem os ouvir, acceitando as accusações do ministro e, provavelmente, até o texto do Mandamento que em cada phrase accu-

sa a mão pesada de Pombal. E' mais do que provavel —escreve L. Gomes que Carvalho conhecesse bem as convicções do cardeal quando pediu ao Papa o encarregasse desta reforma». 1)

Em todo o caso, o Mandamento affirma todas as calumnias que Pombal tinha lançado contra os jesuitas, sem provar uma unica. Levantadas, porém, officialmente, taes accusações contra os religiosos, o patriarcha de Lisbôa dobrou-se facilmente á intimação do ministro, de suspender os jesuitas do uso das ordens. Folhetos contra os accusados, sempre em novas emissões, auxiliaram a luta, e os acontecimentos secundaram os planos de Pombal.

A morte do Papa desviou os olhos do mundo do pequeno Portugal. Um Papa forte e justiceiro seguiu ao grande Benedicto.

A 4 de setembro espalharam-se em Lisbôa boatos alarmantes a respeito da saude do rei. Falavam uns de uma queda, outros de um attentado contra a pessôa real. Era o celebre «attentado contra D. José I» que hoje ainda é tão escuro como no anno em que se deu.

Levou ao cadafalso quasi toda a familia Tavora, accusou a alguns jesuitas de participes e instigadores do crime e, comtudo, historiadores serios duvidam mesmo do facto, attribuindo a Carvalho a invenção de toda a historia, para cevar o seu odio *contra a nobreza e contra a Ordem* sob uma capa honrada.

---

1) *Le Marquis de Pombal*, p. 157. Cf. a critica mais severa de Murr, Geschichte der Jesuiten unter Pombal. Neue Ausgabe. p. 42 ss.

O mysterio em que Pombal envolveu o Rei nas semanas seguintes ao *tres de Setembro*, o infame processo, cheio de contradições e com declamações que absolutamente não podem subsistir perante nenhum juiz honesto, as reclamações dos condemnados que sobreviveram a D. José, a revisão do processo e a rehabilitação dos condemnados tanto executados como sobreviventes, tudo isto deu fundamento á atroz accusação. Em todo o caso parece certo que, si houve crime, não foi tentado contra o rei, mas contra o seu secretario. O ultimo biographo do marquez de Pombal opina que Teresa de Tavora, na esperança de salvar os seus, denunciou a conjuração ao real amante. Mas as razões allegadas são pouco convincentes e, a mais grave, os factos desfazem a hypothese.

Pombal vingou-se da nobreza e dos jesuitas, dos quaes tres pelas actas do ministro foram implicados no processo. Todos os jesuitas de Portugal, porém, soffreram a vingança de Pombal.

Aos 13 de dezembro começou a execução do plano de Pombal. Os nobres foram encarcerados e as casas dos jesuitas occupadas militarmente. No dia seguinte o cardeal Saldanha prohibiu a todos os jesuitas de sahirem da casa. Poucos dias depois nova inquietação em todas as residencias da Ordem: apresentava-se um senador com soldados e empregados que bateram todos os recantos das casas em cata de armas e de mercadorias de contrabando.

Finalmente, na noite de 11 para a de 12 de janeiro, foram presos alguns jesuitas de cada casa.

A treze, os horrores de Belém. Os religiosos, encarcerados em suas casas, souberam dos factos e

dos boatos que corriam a respeito dos tres padres falados no processo.

Poucos dias ainda e haviam de saber que o odio do inimigo foi ao extremo.

Por um decreto de 19 de Janeiro de 1759 foram os jesuitas expoliados de tudo, seus bens sequestrados e elles presos em suas casas, dando-se-lhes, por irrisão, um tostão por dia. Esta medida foi executada no mesmo dia em todo o reino. Tudo isto em castigo do regicidio, de que tres jesuitas eram accusados. Já os contemporaneos não acreditavam na calumnia que a historia desfez por completo. O conde de Merle escreveu, a 29 de maio, a Paris, que não havia indicio algum de haverem os jesuitas mettido mão directamente na conjuração contra a pessôa d'el-rei D. José I; mas que o governo, em cartas interceptadas, encontrou, *segundo o seu entender*, principios contrarios á obediencia devida ao soberano. Concluindo ajunta a verdadeira causa do proceder: que o ministro os aborrecia de morte e que empregava todos os meios para os arruinar completamente. [1])

Pombal, para poder ultimar a sua vingança, julgando os jesuitas nos tribunaes do reino, dirigiu uma supplica ao Papa, que expõe o «execrando attentado» de tres de Setembro de 1758, e a «publica e indispensavel necessidade de se extirpar, pela severidade do castigo, o contagio de tão perniciosos crimes». A supplica era acompanhada por uma Deducção, obra de tres volumes *in-folio*, repetição in-

1) Santarém, Quadro elementar, VI, p. 157.

digesta de tudo que Pombal já tinha escripto contra os religiosos; as mesmas superfetações sophisticas, as mesmas declamações bombasticas e impertinentes, compunham o fundo e a forma deste novo parto do odio inesgottavel do Marquez de Pombal á Companhia de Jesus.

Entre as atrocidades jesuiticas figuram outra vez os tiros em el-rei, «insulto que, pela successiva, circumspecta e exacta indagação de mais de tres mezes de meditação tão efficazes e diligencias tão activas, como requeria um tão execrando attentado, se verificou que fôra machinado pelo governo dos sobredictos religiosos, sendo as suas casas professas, collegios e residencias os venenosos e pestiferos charcos, onde beberam os infames reus daquelle sacrilego parricidio os conselhos e as doutrinas para executal-o, e sendo os principaes e os mais notaveis dos ditos religiosos os chefes mais abominaveis e mais endurecidos da infernal conjuração, que abortou daquelle execrando parricidio». [1])

Acompanhava esta supplica tambem o ultimo pamphleto de fabrica pombalina sob o titulo de «Erros impios e sediciosos que os religiosos da Companhia de Jesus ensinaram aos reus que foram justiçados, e pretenderam espalhar nos povos deste reino.»

Assim, todas as armas eram vibradas para preparar o golpe mortal, necessario para o odio de Pombal. A 3 de setembro de 1759 foi publicada a lei, pela qual Sua Magestade era servido «exterminar, proscrever e mandar expulsar dos seus reinos e dominios os religiosos da Companhia de Jesus, e pro-

1) M. Sotto-Mayor, *O Marquez de Pombal.* p. 233.

hibir que com elles se tivesse qualquer communicação verbal ou por escripto, pelos justissimos e urgentissimos motivos que na mesma lei se declararam, e com a pena nella estabelecida.

Temos nesta luta do ministro contra a Ordem uma serie de documentos, mas temos tambem provas de crimes ou prevaricações que justifiquem esta guerra sem treguas? Vejamos os principaes.

Tenha o primeiro logar a Relação abbreviada Que valor tem esta obra? É um livro de accusação, escripto per um dos dois partidos, e assim, de por si, não tem valor algum. Os documentos allegados no titulo, pelos factos posteriores são provados falsos, e um dos principaes, ajuntados á Relação, demonstramos em outro logar ser falsificado por Pombal. 1) Bastava esta falsificação para derrubar toda a obra, pois um autor mentiroso não pode ser acceito como testemunha, muito menos quando, como no nosso caso, escreve para justificar o seu proprio procedimento. Mas temos ainda outras duvidas que aconselham grande cautela no uso da «Relação abbreviada». Diz Pombal que se escreveu a obra segundo os registos de ambas as secretarias, a hespanhola e a portugueza. Como foi então que, depois da guerra, o governo hespanhol condemnou a obra a ser queimada pelo algoz? Ao menos não parece provavel que um governo de modo tão solemne desmentisse documentos officiaes e, por isso, preferimos dizer que os registos da côrte hespanhola foram inteiramente innocentes na com-

1). V. Victimas da Calumnia.» nesta mesma Bibliotheca Universal, v. 4. p. 80 ss.

posição da Relação. Registramos, portanto, com pezar, mais uma mentira do grande estadista.

Todos estes argumentos são realçados pelo conteudo da obra. Ha muito odio contra esta Ordem, mas entre autores serios e honestos não ha quem não confesse que os crimes e torpezas que Pombal assaca aos jesuitas não sejam. pelo menos, exaggerados, si não foram francamente desmentidos ou pelos factos ou por escriptos que merecem mais fé. Escreve Pombal « Estabeleceram (os jesuitas) por principios geraes entre os mesmos indios o odio implacavel contra os brancos seculares, a anciosa diligencia em os buscar para os destruir, e as barbaridades de os matarem sem dar quartel onde os encontrassem, e de lhes tirarem as cabeças para não revivererem; porque de outra sorte lhes faziam crer que tornariam á vida por arte diabolica. » 1)

Fossem os padres corruptos e mesmo monstros de corrupção, não seriam ingenuos em impingir aos neophytos petas, que se haviam de manifestar como taes no primeiro caso. Mais alto, porém, falam os factos. Quanto aos hespanhoes, a noticia é falsa, pois tantas vezes foram visitados tanto pelos bispos, como pelos governadores civis, 2) que todos entravam e sahiam das reducções sem perigo qualquer. E tantas vezes foram chamados centenas e até milhares de indios a Buenos-Ayres e outras cidades para trabalharem, ora na construcção dos templos,

---

1) Collecção dos Negocios de Roma no reino de D. José, I, 23.

2) Gay, «Historia da Republica jesuitica» em Revista do instituto Historico Brasileiro v. 26, (1868) p. 402.

ora na armação de fortes e cidades, ora para combaterem contra os inimigos da Hespanha, e nunca nem sombra de semelhante catechese sanguinaria. 1)

Que os indios odiavam os Portuguezes, é um facto historico que, para quem conhece um pouco da historia patria, nem precisa de explicação, nem de desculpa; que no seu odio fossem arrastados a praticar inepcias daquellas que inventou o odio pombalino, isso é que não foi provado.

Si esta obra, em que o ministro tinha um facto historico como fundamento de sua elaboração, é um enredo de mentiras e calumnias, o que serão as outras que eram partos do seu odio e da sua phantasia? O Mandamento do cardeal Saldanha não contém um unico facto historico, mas só declamações. As accusações levantadas sob tal gongorismo são demais a mais tão fortes e exaggeradas, como mais dum historiador já tem ponderado, que um homem de bem não as acredita, si não são solidamente provadas.

Se a decima parte das accusações de Pombal aos jesuitas fosse verdadeira, de facto que seriam máus sacerdotes. Mas como se comprehende que máus sacerdotes possam usar de influencia sobre o povo? Como é, então, que os Jesuitas portuguezes faziam uma excepção? Os inimigos da Ordem concedem e até exaggeram o influxo dos padres em Portugal e, antes de tudo, o influxo na cura das almas. Logo aquellas calumnias são falsas.

A critica do Mandamento resumiu-a muito bem J. du Hamel de Breuil: «Benedicto XIV tinha en-

1) Monner Sans, Missiones Guaraniticas, p. 99 s.

carregado um prelado portuguez, o cardeal Saldanha, de inquirir da situação da Ordem, mas independente do rei fidelissimo e de seu ministro. Saldanha, ao descobrir abusos, não devia tomar nenhuma medida, mas referil-os á Santa Sé. Apezar disso, Saldanha, alma vendida a Pombal, apressa-se a desobedecer. A 15 de maio de 1758, menos de 15 dias após a recepção do Breve, declara pelo Mandamento, em fé só das allegações de Pombal e sem ter ouvido os jesuitas, que estes se entregam a um commercio prohibido; decisão contraria á equidade, ás ordens pontificias e essencialmente anticanonica, pois as commissões dos visitadores expiram, pela morte do papa que as deu, para todos os logares em que o breve não foi intimado, emquanto estava ainda com vida; caso em que se acharam muitas provincias.» [1])

O peor de todos os documentos é o processo dos regicidas. Todo o proceder de Pombal é, neste celebre crime, uma farça da justiça. Os juizes extraordinarios todos são creaturas do *ministro, menos um que nega o seu voto* a Pombal, pagando caro esta liberdade. A brevidade com que se fez todo o processo, nem lhes deixou tempo de ver todas as actas preparadas por Pombal. As contradicções da sentença escaparam-lhes sob a multidão de affirmações e amplificações de que trasbordam todos os escriptos do grande marquez. Murr já escreveu na sua historia dos jesuitas um proprio capitulo das Inverdades e contradicções da sentença [2])

1) Pombal en Revue historique. Paris. T.60,(1896)p. 274.
2). Neue ausgabe, p. 77-85.

A collecta entre os nobres para remunerar os asssassinos, dera, segundo o processo, 40 moedas, 192 mil réis. Repartem-se as parcellas desta somma pelos principaes accusados, mas o duque de Aveiro, principal réu e promotor do crime, não contribuiu nada.

— Incrivel depoimento — diz um moderno historiador capaz, ante verdadeiros juizes, de annullar todas as mais imputações da alheia cumplicidade» 1)

Mais interessante é a informação variada que Pombal deu das feridas do rei. Comparando o edital de 9 de dezembro com a sentença do dia 13 de janeiro, achamos contradicções e na sentença as feridas não são sempre as mesmas. Diz o edital «Passaram a fazer os tiros na augustissima e sacratissima pessôa de S. Magestade as gravissimas e perigosissimas feridas e dilacerações que desde o hombro e braço direito até ao cotovello, pela parte de fóra e de dentro do mesmo braço, fizeram, além das ditas feridas e dilacerações, uma consideravel perda de substancia, com grandes cavidades e differentes golpes, dos quaes chegaram seis a offender o peito, sahindo de todos um grande numero de grossa munição.»

As feridas que no edital eram simplesmente graves e que no n. 19 da sentença passaram a ser gravissimas e perigosissimas com cavidades, dilacerações, golpes e perdas de substancia, meia duzia de linhas mais abaixo, no mesmo numero 19, apparecem tão reduzidas e attenuadas que nem feridas gra-

1). J. Lucio de Azevedo. O Marquez de Pombal, p. 223.

ves são. Duvidam? Pois leiam as palavras seguintes, fielmente copiadas da sentença:

«Vendo-se por isso com evidencia clara que só a Mão do Omnipotente podia ter forças, em tão funesto accidente, para desviar os mesmos sacrilegos tiros de sorte que só um offendesse de raspão a parte exterior do hombro e braço e o lado do corpo, offendendo as extremidades, sem que tocasse parte alguma que fosse principal»!

«Toda a explicação é superflua, a contradicção evidente como monstruosa. apezar do embrulhado e disparatado da narração» 1)

Admiram-se de que com contradicções deste jaez se possa duvidar da realidade do crime? E' terrivel a accusação levantada contra Pombal, de ter inventado todo o enredo da conjuração e do attentado, mas não é o maior crime commettido pelo grande marquez.

O que dizer das accusações dos jesuitas? Segundo a sentença, todos elles são réus do regicidio; tres delles foram de maneira particular os instigadores directos da conjuração. O mais culpado de todos, porém, era o P. Malagrida.

Na tragedia de 13 de Janeiro de 1759 não entraram estes culpados, mas o P. Malagrida mais tarde provocaria a sede de vingança de Pombal, não como regicida mas, sim, como herege. Provas de culpa não temos na sentença nenhumas nem de regicidio nem de heresia. Duas obras escriptas pelo padre no carcere, provam a heresia.

«Tal é o corpo de delicto que ninguem viu,

---

1). Almeida Silvano, O Marquez de Pombal, p. 137.

nem póde ver; porque essas duas obras nunca existiram senão no libello dictado pelo ministro. E não nos tomem isto como affirmação gratuita.

Malagrida, no primeiro tempo de sua prisão, teve em sua companhia o preso P. Homem, que recuperou a liberdade em 1777, depois da queda do marquez de Pombal. Ora este padre, com a revisão do seu processo de condemnação, sustentou perante os juizes que o P. Malagrida compuzera sem duvida uma Vida de Santa Anna, mas que não tinha nada que ver com a que lhe attribuiram no processo.

Quanto á obra sobre o anti-christo, não foi autor della Malagrida; mas sim o infame P. Platel, o ex-capuchinho Norbet, estipendiado por Pombal para calumniar os seus adversarios. Este miseravel recebia pelo seu infame mister uma pensão de 1:300$000 reis...

Malagrida nem era réu de heresias nem estava doido. Muitas vezes a sabedoria de suas respostas enleou os inquisidores... Constrangido a confessar que era um impostor, exclamou: «Si a vida que vivi até aos 72 annos foi uma simples hypocrisia e impostura possam os cravos que prendem N. S. J. Christo a esta cruz transformar-se em raios de fogo e reduzir-me a pó.» A voz com que o ancião proferia esta imprecação fez tremer os juizes em suas poltronas; mas o coração delles estava empedernido, sua alma venalissima não podia amollecer aos gritos da consciencia [1])

Faltava ainda um traço na humilhação da victima: não bastava accusal-o de impiedade, de here-

1). P. Mury, Historia de G. Malagrida, p. 173-76.

sia e de blasphemia: era preciso infligir-lhe ás cãs a nódoa de vicio mais aviltante. Em seu subterraneo, Malagrida tivera como companheiro um máu padre, desvirtuado por seus costumes viciosos: foi este o escolhido pelo marquez de Pombal para a execução de um plano satanico. Vendido ao dinheiro do ministro, aquelle scelerado não duvidou accusar o santo velhinho, curvado sob o peso de tantos trabalhos apostolicos, de ser escravo *de costumes infames*. Revê tudo que ahi ha de mais incrivelmente hediondo em tal accusação. Comtudo, os Juizes escutaram a voz desse vil impostor, e declararam Malagrida convencido do crime de impudicicia! [1])

Se Pombal, que sequestrou de improviso tudo que os jesuitas de Portugal como das colonias possuiam, não publicou melhores provas dos crimes jejuiticos, foi porque não as tinha. Empenhou-se muito em convencer o mundo da podridão de suas victimas e, de alguns lados, insistiram com elle para que desse provas convincentes, mas tudo que produziu não passa dessas declarações ás quaes todas se pode applicar a palavra de Schoell: «Apezar de tão espessas sombras, uma claridade vislumbra e é que as accusações que Carvalho fez contra esses padres, reduzem-se a bem pouco; e que o ministro empregou mais vezes as armas da má fé, da calumuia e da exageração do que as de lealdade e de justiça.»

Deitemos, porém, um olhar na execução da expulsão e desnaturalisação dos jesuitas portuguezes, pois estes acontecimentos deram a melhor apologia

1) L. c. p. 176.

da Companhia perseguida, desfazendo por completo as calumnias de Pombal. O ministro pesquizou os ultimos recantos dos collegios, revirou os sepulchros, bateu os quintaes dos jesuitas, sem que apparecessem os thesouros encantados. E nem das colonias vinham melhores noticias.

Os vicios de que o ministro lhes enxovalhára a vida, tão pouco se descobriram. E os jesuitas viviam, havia mezes, debaixo dos olhos dos soldados. Desde o decreto da expulsão passavam por horrores, encerrados em grandes salas, faltando-lhes tudo.

O ministro não sabia o que fazer com todos os religiosos. Empregou todos os esforços para que abandonassem a Ordem, valendo-se de offertas, ameaças e máus tratos, recorrendo ás ordens e admoestações do cardeal Saldanha, para ajuntar aos tormentos materiaes physicos os da consciencia.

A apostasia dos Jesuitas serviria ás accusações hypocritas do ministro, mas os jesuitas conservaram-se fieis á bandeira que por livre escolha tinham abraçado. Mais uma prova da falsidade das calumnias pombalinas, pois esta fidelidade dos jesuitas prova que a Companhia de Jesus era bôa e valente.

A maior parte dos Jesuitas foi levada aos Estados Pontificios, como presente ao pae da christandade» como dizia o *grande* marquez. Grande numero, porém, teve de soffrer o odio isatanco e universal do verdugo. Mais de 200 foram encerrados nas masmorras em que por tantos annos estiveram reclusos. Das de S. Julião escreveu um delles:

Tudo aqui se corrompe em breve, e todo o fato que tinhamos apodreceu. Isto fez dizer ultima-

mente ao official que vinha fazer a visita das prisões « Tudo aqui apodrece e se corrompe, menos os padres! O carcereiro, homem rude e brutal, servia todavia de catechista dos religiosos para os persuadir a largar a roupeta Repete-nos incessantemente, diz a alludida carta, que se quizessemos deixar a Companhia, seriamos livres, recebendo uma pensão (36$000 por anno) e além disso ainda differentes proveitos.

Do pessoal escolhido para servir os presos citamos as palavras do marquez de Alorna, que escreve Para conhecimento do caracter do desembargador basta advertir que é um homem escolhido por Sebastião José de Carvalho, para carcereiro daquelles presos que a sua iniquidade tem destinado para serem atormentados, e mortos occultamente, no qual se tem encontrado a fidelidade e bôa correspondencia, que indica a posse pacifica deste ministerio no decurso de tantos annos.» 1)

Nem as consolações da religião se concediam aos presos. A desobriga no tempo quaresmal e o viatico para os moribundos era tudo. O que o pessoal servil ajuntou aos tormentos das victimas, seja por preguiça, seja por servilidade para ganhar as bôas graças do patrão, não queremos dizer, porque o quadro sem estes accessorios é demasiadamente triste e carregado.

Lebzeltern escreve a Kaunitz a respeito dos carceres jesuiticos, no dia 8 de abril de 1777 Como me pareciam exaggerados os boatos geralmente espalhados do duro trato que os presos tinham soffrido

1) Archivo de Vienna; Portugal.

nos carceres, quiz ver mesmo até que ponto se podia dar credito. Sabendo, pois, que os desgraçados tinham a liberdade de falar com os seus conhecidos, fui ter com elles disfarçado e perguntei-lhes como foram tratados. Vi as prisões. Só posso desenhar um fraco quadro de tantas miserias que passam de qualquer idéa que se podia fazer sem as ver. O aspecto só, faz gelar o sangue de horror e espanto. Buracos de quatro palmos quadrados. subterraneos que tochas grossas a custo allumiam, nos quaes, ao tempo da maré, a agua sobe a dois palmos de altura, são as tristes moradas, em que estes infelizes viveram milagrosamente durante 18 annos, tendo por alimento apenas meia libra de pão, duas onças de carne e um pouco de salada por dia, e de roupa uma camisa sob um ruim casaco cada anno. Achei entre elles 9 allemães cujos nomes e provincias ajunto. Mais do que os outros despertou a minha compaixão o P. Kaulen, por sua saude lastimosa. Pedi que o deixassem morar algum tempo commigo para se restabelecer um pouco e crear forças para supportar as fadigas do mar, no caso que não obtenha para elle a licença de findar os seus dias em Portugal com uma pensão para o seu sustento.

Concluamos a descripção destes horrores com a critica deste acto de Pombal, escripta por uma das primeiras pennas do Brasil e por um dos que melhor conheciam o trabalho dos jesuitas. Eduardo Prado, de saudosa memoria, diz· A expulsão dos jesuitas dos dominios portuguezes foi para o imperio ultramarino portuguez outro Alcacer-Kibir, como o do seculo XVI para o reino lusitano. Com a expul-

são dos jesuitas, no seculo passado, a civilisação recuou centenas de leguas dos centros do continente africano e do Brasil. As prosperas povoações do Paraná e do Rio Grande cahiram em ruinas; os indios volveram á vida selvagem; as aldeias do Amazonas despovoaram-se e, até hoje, reinam a solidão e o deserto onde havia já a sociabilidade humana. Em nossos dias, a bandeira da Inglaterra, da Allemanha, da Belgica, ou da França tremulam em Africa sobre as ruinas de edificações religiosas, num solo que seria portuguez, se não tivessem sido largadas ao abandono e votadas ao esquecimento aquellas terras onde, pelos missionarios, dominava Portugal.» [1])

1). Collectaneas, IV, 94-95.

III. A FRANÇA

A França ia-se preparando para colher os fructos do passado. As grandezas do rei-sol tinham amadurecido na côrte que, como nos tempos de Luiz XIV, era ainda, de alguma maneira, a França. Tudo que o grande rei introduzira no paiz medrára ás mil maravilhas: a immoralidade cortezã tornara-se barregã immunda e da ultima classe. As suas filhas, antes de tudo a mimosa, a incredulidade, entraram em edade adulta.

Bellas flôres cresciam no jardim da filha primogenita da Egreja, cuidadas por todos que tinham na mão o paiz. A côrte, os parlamentos, os philosophos, os jansenistas trabalhavam de mão dadas para educar o povo naquelle ideal que poucos annos depois seria collocado no altar de Deus.

«E'crasez l'infâme!» — era a grande obra em que todos se empenhavam, uns como mestres, outros em posição do humildes ajudantes.

Ajuntaram-se ao grande partido de Voltaire duas figuras do prodromo da grande revolução que não combatiam por idéas, mas sim, por odio pes-

soal. Pompadour e Choiseul chamavam-se estes figurinos, e as suas victimas eram os jesuitas.

A amante real queria ter alguns jesuitas coniventes mas suas relações criminosas com Luiz XV. Mas tanto o P. de Sacy, como os padres Pérusseau e Desmarets, exigiam como condição previa da absolvição sacramental que a marqueza cortasse as relações com o rei, afastando-se da côrte e fazendo penitencia. Mallogrou, portanto, a fingida conversão com que a marqueza quizera refazer a sua fama aos olhos da gente que tinha conservado uns restos de pudor e brio.

Nunca perdooau aos padres o atrevimento, extendendo o seu odio á Companhia de Jesus. Achou em Choiseul um auxiliar valente que facilmente se subordinou á vontade da todo poderosa. Dizem que já tinha concebido o odio contra a Ordem, mas bastava-lhe a ordem e o desejo da marqueza. Era o ministro, apezar de talentoso, um ambicioso vulgar que não tinha nem sombra da força de caracter manifestada pelos padres. Depois de um longo ministerio cahiu na desgraça do seu soberano no momento em que lhe parecia sorrir um futuro mais brilhante ainda. Motivou a sua queda uma inepcia só explicavel, segundo a interpretação de Luis XVIII, « nesta mistura de orgulho, loucura, inveja e odio, adversarios terriveis sobre os quaes raras vezes triumpham os subjugados por elles. » 1)

A elle bastava fazer um favor á Pompadour, tanto mais que os bens da Companhia promettiam

1) Mémoires de Louis VXIII. Recueillis et mis en ordre par M. Le Duc. D. Bruxelles. 1832. I, 26.

ainda vantagens reaes. Reformas de finanças eram para a França a necessidade mais urgente; a suppressão da Ordem adiaria mais uma vez esta tarefa ingrata.

Armados assim contra os jesuitas, uns por interesse, outros por odio, os diversos inimigos não pouparam meios na luta nem se dedignaram de allianças que pouco condiziam com os interesses principaes das differentes classes, como por exemplo a confederação dos jansenistas e philosophos.

Factos imprevistos ajudaram as pretenções dos alliados. Em principios de 1757 Damiens fez a sua tentativa contra a vida de Luiz XV. Bella occasião para desenterrar as antigualhas doutrinarias forjadas muito mais cedo contra a Ordem dos regicidas. Damins fora algum tempo creado numa casa da Ordem. Os jansenistas, havia pouco, tinham estudado e, em grande parte, reeditado toda a literatura pamphletaria contra a Companhia.

Á porta das casas jesuiticas appareciam cartazes clamando por vingança. Os philosophos attribuiam-n'os aos jansinistas. Voltaire escreveu:

« Meus irmãos, vós sabeis que não tenho acarinhado os jesuitas, mas eu sublevaria a posteridade em seu favor se os accusasse de um crime de que a Europa e Damiens os tem justificado. Eu seria apenas um vil ecco dos jansenistas se falasse de outro modo[1]). E D'Alembert escreve: «Estes jansenistas, tão ineptos, mas muito ardentes e fogosos, chegaram a convencer a maior parte da nação de que o crime atroz era obra dos jesuitas. As respostas do crimi-

1) Sur la déstruction dés Jésuites. 1765. p. 81.

noso, porém, taes quaes foram publicadas, não accusam de forma alguma os padres.

O tempo era propicio para um novo estudo do tão maltratado Busenbaum. O parlamento de Toulouse achou na celebre « Medulla « theologiae moralis », commentadada por Lacroix, a seguinte proposição : « Para defender sua vida e a integridade de seus membros, póde, tanto o filho como o religioso e o subdito, chegar a matar os seus atacantes, pae, abbade ou principe, em caso de necessidade. »

Accrescenta o moralista uma restricção que os adversarios bastantes vezes emittem «a não ser que a morte deste seja causa de grandes desastres, como seriam guerras» A mesma doutrina podia-se ler em tantos outros livros de theologos, philosophos e jurisconsultos até sem a restricção de Busembaum. Mas este era jesuita e os Jesuitas deviam morrer.

Na obra dum Jesuita, o parlamento de Toulouse leu semelhante principio com arripios. O «infame Busembaum» foi condemnado.

O algoz queimou solemnemente a Medulla e uma serie de outros livros jesuiticos eivados todos da terrivel doutrina regicida, quando no mesmo anno de 1757 o parlamento de Paris confirmou a sentença do collega de Toulouse.

Neste tempo de agitação, um filho da Companhia fez aos inimigos da Ordem um grande favor. O P. Lavalette viera no anno de 1741 a Martinica, onde a Ordem possuia uma casa com terras muito extensas, doadas pelo governo e pela Companhia

das Indias. Por falta de braços, porém, e por causa das dividas com que estava carregada, a casa não aproveitára as terras. O P. Lavalette, primeiro como procurador e depois como superior, começou a cultival-as, pagando as ameliorações do producto das colheitas.

Já no anno 1751 o padre foi accusado de commercio e chamado á França. Mas uma carta do governador de Martinique ao geral da Companhia declarou a accusação uma calumnia dos inimigos da Ordem.

— «Confesso-vos,—escreve o governador,—que extremamente me surprehendeu, assim como a todas as pessôas honestas deste paiz, a ordem de enviar á França o P. Lavalette, e isto sob pretexto de commercio illicito. Ha tres annos que M. Bompar e eu governamos esta colonia, e longe de haver tido a mais leve suspeita, nós lhe temos feito sempre neste ponto a mais completa justiça, assim como sobre tudo o mais que se refere ao seu ministerios. Elle teve aqui inimigos que clamaram junto do ministerio e obtiveram a ordem allegada.

Eu vos asseguro e juro que jamais o P. Lavalette fez commercio illicito. Isto é testemunhado por M. Bompar, por mim e por todas as pessôas do logar. Podeis estar certo disso e dizel-o alto e bom som, porque quanto mais estas cousas forem esclarecidas, mais sua innocencia e a maldade horrivel de seus accusadores serão patentes.

Se não estivesse certo da perfeita innocencia do Padre e de sua conducta, affirmo-vos que não falaria tão categoricamente.»

Como essas cartas foram dirigidas aos Superiores da Companhia na França, Lavalette voltou justificado ao seu posto em Martinica. Continuou e augmentouas suas emprezas, até que mão mais forte lhe mostrou que andava em caminho errado. Uma peste matou grande parte da escravatura e os navios carregados de productos da colonia foram capturados pelos *inglezes.*

Os crédores exigiram pagamento das dividas do P. Lavalette e os inimigos da Ordem aproveitaram a occasião. O Parlamento de Marselha, composto em grande parte de inimigos da Companhia, condemnou ao P. Geral e, em sua pessôa, o corpo e sociedade dos jesuitas, a pagar tanto o principal como os juros e as despezas das letras de cambio que não estivessem pagos em um anno a contar do dia da significação do decreto.

Permittiu ás partes, em virtude deste mesmo decreto, de se apoderarem, para o pagamento das condemnações acima, dos bens pertencentes á Companhia no reino.

Esta sentença é o producto injusto do odio. Schoell diz : «O parlamento nutria já este germen de opposição que 30 annos mais tarde havia de produzir a revolução, que varreu este tribunal da face da terra ; odiava os jesuitas porque resistiam ás suas intenções revolucionarias. Aproveitou a occasião para os perder. [1])

Que o odio mais cégo dictasse a sentença, torna-se muito mais claro, se tomarmos em conta que os credores até hoje não foram pagos e que só

1) Cours d'histoire. XLIX, 45.

a casa de Martinica, vendida pouco depois aos inglezes, rendeu 4 milhões, quasi o dobro das dividas do P. Lavalette. A maior injustiça, porém, estava na solidariedade de toda a companhia com a falta dum membro da Ordem, que procedesse contra as regras do Instituto e sem saberem os superiores das suas manifestações.

Apenas os Superiores da Companhia tiveram noticia do proceder incorrecto do P. Lavalette, chamaram-no para que se justificasse. A não serem aquellas cartas do governador de Martinica, o padre, ainda que justificado, não voltaria ao seu posto. O P. Geral Centurione, ao saber da catastrophe, despachou os padres Montigny e Huberlant como visitadores de Martinica pelo fim do anno de 1756. Parece que estes padres, por causa de differentes impedimentos, não partiram. A 2 de outubro de 1757 o P. Centurione e o successor só foi eleito a 21 de maio de 1758.

Este escreveu em carta confidencial de 1 de julho de 1761 ao P. Beauvais: «Nunca favoreci o P. Lavalette, nem approvei o seu parecer; pelo contrario, já antes de ser chamado ao governo da Companhia, desapprovei-o francamente. Muitas vezes insisti para que o padre fosse removido do seu posto, julgando-o pernicioso para a Companhia. Se não insisti com toda a autoridade que tinha, foi por julgar a remoção inexequivel num tempo de tamanha confusão.» [1])

Em outra carta refere o P. Ricci os seus empenhos frustrados de pôr em ordem a casa de Mar-

1) Original em B. Duhr, Jesuitenfabeln. pag. 633.

tinica: «Bem sei que Martinica vai mal tanto espiritual como economicamente, e fiz tudo para remediar. Mas dia por dia se levantam novas difficuldades a desfazer as minhas intenções e medidas. Dous visitadores que moravam na America, já antes foram nomeados; um não recebeu a carta, outro teve-a na viagem de volta para a Europa. Dous outros visitadores, nomeados poucos mezes depois, não puderam partir, por cahirem doentes; oxalá o quinto, nomeado, ha pouco, chegue a ver a ilha. Emfim, parece-me que fiz tudo e hei de fazer o possivel, para evitar a desgraça. Tudo já estaria em ordem, se a guerra não fechasse os mares.» 1)

O quinto visitador, P. de la Marche, chegou ao seu destino por meio de um passaporte obtido do governo inglez. Os inglezes, senhores da ilha, protegeram o padre, mas o visitador, apezar disso, instruiu o processo e condemnou o P. Lavalette por commercio illicito, privando-o de todos os empregos e suspendendo-o das funcções espirituaes até a decisão do P. Geral.

Da sentença do visitador registramos antes de tudo a affirmação do condemnado de ter escondido as suas transacções aos Superiores. Estes, pelo contrario, já aos primeiros rumores incertos e vagos, admoestaram o padre e avisaram os Superiores da Europa para que remediassem o mal mandando um visitador.

Lavalette confirmou tudo isto na declaração com que espontaneamente acompanhou a sentença do

---

1) Simancas, Gracia y Justicia. Leg. 666. Duhr, O. C. pag. 633.

juiz «Eu abaixo assignado attesto reconhecer sinceramente em todos os seus pontos a equidade da sentença proferida contra mim, bem que fosse por falta de conhecimento, ou da reflexão, ou por uma especie de acaso, que me aconteceu fazer um commercio profano, ao qual renunciei no mesmo instante em que reconheci quanta perturbação tinha elle causado na Companhia e em toda a Europa. Attesto ainda sob juramento que entre os primeiros superiores da Companhia nenhum me autorisou, ou aconselhou, ou approvou o commercio que eu tinha emprehendido, nem teve nelle a menor parte ou convivencia. E por isso, cheio de arrependimento e de confusão lhes supplico que a sentença dada contra mim seja publicada e promulgada, assim como este testemunho de minha falta e de meus remorsos. Emfim eu tomo a Deus por testemunha de que não sou levado a esta confissão nem por força, nem por ameaças, nem pedidos ou outros sacrificios, mas que faço com plena liberdade, afim de render homenagem á verdade, e de repellir, desmentir e anniquilar, quanto posso, as calumnias que por esta occasião têm sido levantadas contra a Companhia.»

Destes documentos podemos tirar as conclusões seguintes:

Lavalette não é homem deshonesto, como o pintaram os seus inimigos. Arruinaram-n'o desgraças que ninguem podia prever. Se o mesmo acontece a um commerciante leigo, todo o mundo diz: *foi uma desgraça!*

Lavalette, como sacerdote e jesuita, não se podia entregar ás emprezas que o perderam. Iam as suas

transacções longe da esphera da administração dos bens duma casa religiosa. Violou o padre não sómente as leis de sua Ordem, mas tambem os preceitos das leis canonicas.

Na falta de Lavalette a Companhia não tem parte alguma, porque as suas leis excluem qualquer transacção que tenha sombra de commercio. Apenas os superiores tiveram noticia, fizeram quanto era possivel fazer, mas sobre estas medidas pairavam desgraças que raras vezes se encontram de egual maneira em um facto.

Mas o padre fez por sua falta um grande serviço á Companhia de Jesus. Porque foi que ganhou Lavalette fama mundial? Porque em todas as terras devia elle servir como prova de excellencia do commercio illicito da Ordem? E' a unica prova que ha deste commercio. O missionario commerciante appareceu na realidade esta unica vez.

Os jesuitas protestaram contra a sentença e a causa foi entregue ao Parlamento de Paris. Este exigiu um exemplar das constituições. Repetiu-se a farça já duas vezes vista em França: o tribunal secular metteu-se a descobrir erros contra a fé e disciplina catholica no Instituto duma Ordem, approvado e louvado por tantos papas.

A bom santo a revizão foi encommendada. O abbé de Chauvelin, conselheiro do parlamento, era destes sacerdotes inqualificaveis que não eram raros naquelle tempo; ultra gallicano, jansenista, amigo dos philosophos, correspondente de Voltaire, membro da directoria dum theatro e conviva do salão de Me Doubler, diz «la Paroisse» que podiam ser tudo menos

christãos. Auxiliares de egual jaez collaboraram e compilaram o tristemente celebre «Extrait des assertions dangéreuses et pernicieuses en tout genre, que les soi-disant Jésuites ont, dans tous les temps et persévéramment soutenues, enseignées et publiées, dans leurs livres, avec l'approbation de leurs supérieurs et généraux, vérifiées e collationnées par les commissaires du Parlement, en exécution de l'arrêté de la cour du 31 août 1761, et arret du 3 septembre suivant, sur les livres, thèses cahiers, composés, dictés et publiés par les soi-disant Jésuites et autres actes authentiques», déposés au Greffe de la cour par arrêt du 3 septembre 1761.

Doellinger chama a este pampleto monstro «uma impostura tão grosseira que a gente não sabe se tem de admirar mais a impudencia ou a deslealdade dos autores.» 1)

No dia em que este modelo de literatura antijesuitica sahiu á luz, fecharam as bellas bibliothecas dos jesuitas e disseram aos padres: «Defendei-vos!»

Mas não faltavam defensores aos perseguidos. Os bispos da França levantaram-se em peso contra a impudencia dos Extractos, e o arcebispo de Paris escreveu uma apologia dos jesuitas muito incommoda ao parlamento.

Clemente XIII fez quanto podia fazer, entendendo melhor que o triste successor de Luiz XIV o alcance da medida. «Ha já muito tempo, — escreve a Luiz XV — que os inimigos da santa religião têm por objecto a destruição desses religiosos, considerando-a como absolutamente necessaria para o

1).Kirchengeschichte von Hortig. 11, 2. p. 794.

resultado da sua conspiração. Eil-os no momento de realizar os seus projectos. Nós deploramos com a mais viva dôr o anniquilamento desta Ordem, que está proximo nos estados de V. M., onde estes religiosos se empregam tão utilmente na educação da mocidade, no ensino da sã moral e em todas as obras de piedade cultivadas por elles para o sustento da religião.

As reclamações não deixaram de fazer impressão em Luiz XV, mas para resistir ao embate de tantos inimigos da Ordem, o rei precisava de vontade que lhe faltava. «Choiseul e Pompadour, irreconciliaveis em seu odio e embriagados pelo incenso que em sua honra queimavam os philosophos, atormentaram por tanto tempo ao rei que elle, de cansado, cedeu emfim a suas instancias e, em novembro de 1764, expediu um edicto, qualificado de irrevogavel, que supprimiu a Ordem dos jesuitas em todo o reino da França.»

Os jesuitas publicaram em 1763 a sua «Réponse au livre des Assertions». O seu autor resumia numa tabella os erros mais grosseiros do pamphleto parlamentario. Achamos nesta lista:

1) Erros contra a letra e o sentido do texto

do autor, por addição de palavras	8
por omissão de palavras	19
por mudança de uma palavra ou duma letra	8
por mudança de pontuação	6
	41

2) Suppressão de phrases no texto:

Suppressões que escondem o que é necessario para entender o autor 69

Suppressões que subtráem parte de uma decisão 26

Suppressões de explicações, de limitações, de excepções essenciaes 42

137.

A lista total de falsificações sobe a 758 1).

D' Alembert acompanha este livro com as seguintes observações singelas: «Estes padres atreveram-se a pretender, e differentes bispos, seus fautores, se atreveram a imprimir que a grande collecção de asserções extrahida dos autores jesuitas por ordem do parlamento, collecção que serviu de motivo principal para a sua destruição, não deveria ter tido este effeito; pois era compilada ás pressas por sacerdotes jansenistas e mal verificada por magistrados pouco proprios a tal trabalho; estava cheio de citações falsas, de passagens truncadas ou mal entendidas, de objecções tomadas por respostas; emfim de mil outras infidelidades deste jaez...

Bem que a queixa dos jesuitas seja justa, o que é difficil crer, quem se dará ao trabalho de verificar tantas passagens? Esperando que a verdade se esclareça (se vale a pena com taes verdades), esta collecção produzirá o bem almejado pela nação, a

1) A. Brou Les jesuites de la Légende. II, p. 154-5.

destruição da Companhia. As censuras que com razão lhes fazemos, serão *mais ou menos numerosas;* mas a Sociedade já não existirá; era este o ponto de importancia.» (1)

O edicto real que expulsou os jesuitas de França, foi publicado em 1 de dezembro de 1764. Grande parte dos jesuitas já se tinha expatriado. Na Hespanha receberam a mais franca hospitalidade da parte de seus irmãos da Ordem. D. Carlos não fez nenhuma difficuldade, porque tanto elle como o seu primeiro ministro Esquilache eram bons amigos da Companhia.

Os que na França ficavam, deviam depôr roupeta e nome de jesuita. A parte assim extincta da Ordem teve a consolação que Clemente XIII approvou mais uma vez do modo mais solemne as Constituições da Companhia, declarando na bulla Apostolicum munus: «para assegurar o estado dos clerigos regulares da Companhia de Jesus, que nos pedem esta justiça e lhes dar uma consistencia mais firme pelo peso de nossa autoridade; para levar algum allivio a suas dôres na grande desgraça que os afflige; emfim, para satisfazer os justos votos de nossos veneraveis irmãos, os bispos de todas as partes do mundo catholico, os quaes nas cartas que nos têm dirigido, fazem os maiores elogios a esta Companhia, da qual cada um me assegura tirar o maior proveito em sua diocese; de nosso movimento proprio e sciencia certa, usando da plenitude do poder apostolico, e marchando sobre os passos de todos os nossos predecessores, por nossa presente consti-

1). La déstruction. p. 144.

tuição, que deve valer perpetuamente, dizemos e declaramos na mesma forma e maneira porque elles têm dicto e declarado, que o instituto da Companhia respira no mais alto gráu a piedade e a santidade, quer quanto ao fim principal que tem continuamente em vista, e que não é outro senão a defesa e a propagação da religião catholica, quer quanto aos meios que elle emprega para chegar a esse fim: é o que a experiencia nos tem até agora ensinado.»

IV. A HESPANHA

Nos historiadores achamos differentes motivos da expulsão da Companhia da Hespanha. Schlosser diz que os ministros deste paiz convenceram o rei de não caber numa monarchia absoluta uma Ordem tão poderosa e tão rica. O rei entendeu, conhecendo na Ordem um rival que era força destruir, tanto mais que os jesuitas da America tinham resistido aos decretos reaes como ás determinações do papa. A revolta de Esquilache deu a occasião. A inquisição do acontecimento deu a culpa aos jesuitas e a Enseñada. Este foi desterrado; a destruição da Companhia na Hespanha havia de pagar a falta de alguns padres.[1])

Nesta descripção tudo está errado. Nem a avareza, nem o desejo de um governo autocratico eram tão fortes em Carlos III que o poderiam levar a um acto que historiadores serios lhe assacam com o maior erro do seu governo. Muito menos podiam os acontecimentos da America irrital-o contra a Ordem, porque a tempo conheceu a injustiça feita por seus mi-

1) Geschichte. XVI, 312- 314.

nistros e mais ainda pelo espirito máu de toda aquella empresa, o omnipotente ministro de Portugal. Este conhecimento augmentou, pelo contrario, o amor do rei á Companhia a ponto de dar ordem de augmentar o numero dos missionarios do Paraguay. O triste pamphleto de Pombal, porém, a «Relação abbreviada», foi queimada em Madrid pelo algoz e a sua leitura prohibida em todos os territorios da corôa hespanhola.

Fala Schlosser depois na revolta de Madrid, descrevendo mal as causas e peor os autores. Veremos quanto a inquisição juridica deu por culpados os jesuitas.

Mas como é possivel que um historiador de nome se engane desta maneira em factos de tamanha importancia? Como explicar que tantos outros commettessem semelhantes ou peores erros? Era possivel, porque os comparsas principaes da tragedia souberam envolver as suas machinações tão bem no mysterio, que nem hoje em dia todos os fios da conjuração estão descobertos. Mas tanto, ao menos, está certo que o rei foi miseravelmente enganado por seus ministros cuja obra, longe de ser em proveito do seu paiz e de sua monarchia, preparou a desgraça que em breve tão pesadamente cahiria sobre a Hespanha.

Chamou-se a destruição da Companhia um mysterio da iniquidade. Os meios empregados para obter do rei da Hespanha a expulsão dos jesuitas, são um por um de raça que devem despertar asco e nojo de cada um que conserva ainda uns restos de brio e honestidade.

Para descrever a perseguição da Companhia na

Hespanha, basta recorrermos a um brevissimo espaço de tempo. Carlos III até ha bem pouco antes de publicar a pragmatica, era amigo da Ordem. O paiz o sabia, pois factos indiscutiveis o provavam a cada passo de novo. Em 1761 enchiam os amigos de Pombal a Hespanha de pamphletos contra a Ordem. D. Carlos prohibia o curso delles sob penas severas. O ministro da França, unida mais estreitamente com a Hespanha pelo pacto de familia, esforçava-se a induzir a D. Carlos a perseguir a Companhia á guisa do alliado. Queria a França até sacrificar a primasia do seu representante diplomatico nas festas e recepções, mas nem assim o rei D. Carlos quiz saber da perseguição.

Quando em 1762 entravam os primeiros jesuitas francezes na Hespanha, o provincial de Castella escreveu ao confessor da rainha-mãe Isabel, indagasse o que o rei dizia a isso. A resposta foi que o rei sabia da entrada dos Francezes e que estava edificado com a caridade manifestada pelos jesuitas hespanhoes.

A 17 de maio de 1764 inaugurou-se em Segovia o Collegio de Artilheria. A direcção espiritual dos alumnos e o ensino da mathematica foram confiados á Companhia.

Apezar de tudo isto, os inimigos da Ordem não desanimaram. O duque de Alba, Roda e o confessor do rei, este tomára o partido dos philosophos por o terem convencido que não alcançaria a canonisação de Palafox, emquanto os jesuitas estivessem no poder,—precisavam ainda ganhar o unico ministro Esquilache, para terem todo o poder nas mãos. Re-

presentaram ao ministro que os bens colossaes da Ordem suppririam os mancos dos cofres reaes, mas Esquilache, bem que nem sempre fosse invulneravel neste ponto, rejeitou a proposta indignado.

As circumstancias se encarregaram, porém, de franquear-lhes o caminho. O adversario inconquistavel dos philosophos teve a desgraça de excitar o povo de Madrid por uma medida desasada e foi sacrificado pelo rei.

Foi em principios de 1766 que o descontentamento do povo de Madrid contra o ministro extrangeiro chegou ao auge. Prohibiu um bando de 10 de março, indistinctamente a todas as classes do povoação, o traje nacional, a capa larga e o sombreiro.

Executou-se a prescripção policial com todo o rigor. Capa larga que apparecesse na rua era cortada á medida prescripta e os portadores de sombreiros multados. Formavam-se grupos e alguns exasperados, embrulhados na sua capa e escondido o rosto sob as abas do sombreiro, oppuzeram o bando ao bando policial cartazes com ameaças terriveis contra Esquilache.

As autoridades deixaram correr as cousas: a policia continuava com as violencias e o povo com as desordens. Em 21 de março, o tumulto tomou proporções mais serias — a auctoridade não o reprimiu.

No dia seguinte o rei voltou á sua capital e em 25 rompeu o celebre motim: grande massa de povo foi rodear o palacio e pedir impetuosamente o desterro de Esquilache e dos ministros extrangeiros. A tropa assistia ao espectaculo, de armas ao pé,

como que estivessem lá para defender, em caso de necessidade, os amotinados. Toda a noite seguinte continuavam sob as armas, percorrendo as patrulhas a cidade toda, mas sem levantar uma mão contra os amotinados.

Na manhã seguinte, pelas 8 horas, resoaram os gritos: «Viva el-rei! Morra Esquilache! «Reuniu-se o conselho de Castella. Grande numero dos amotinados levou perante o rei os seus pedidos, entre os quaes figurava em primeiro o desterro de Esquilache e de sua familia. O rei, apparecendo ao povo, concedeu quanto pediam. O povo acclamou-o estrepitosamente e foi logo ao templo de Nossa Senhora do Rosario manifestar o seu jubilo por meio de uma procissão solemne. Finda esta, todos se retiraram em silencio.

O motim estava acabado. Mas agora começou a cabala. Persuadiram o rei de que a rebellião era contra a sua vida e a de toda a sua familia e que seria, portanto, necessario fugir, quanto antes, da capital. Na proxima noite a côrte toda retirou-se para Aranjuez, acompanhada por Esquilache.

O povo, ao saber, na madrugada do dia seguinte, da fuga do rei, julgou ser este o começo do seu castigo e peor tumulto se levantou do que nos dias anteriores. Dirigiram-se ao governador para que intercedesse perante el-rei por seu povo. Na proxima manhã trouxe elle a resposta: o rei havia de conceder tudo o que tinha promettido, caso o povo se aquietasse.

Immediatamente se restabeleceu a ordem e quando souberam que o odiado Esquilache se puzera em

viagem, em Carthagena, para embarcar para a sua terra, o povo esqueceu depressa todo o passado. Esquilache, porém, disse ao embarcar em Carthagena: «Saio desterrado da Hespanha; bem depressa me seguirão os Padres da Companhia.

De facto os inimigos da Ordem conceberam o plano de aproveitar o motim de Madrid para a ruina dos adversarios. Convenceram o rei de que esta revolta, repetida em differentes provincias, tinha mirado a vida do rei e de toda a familia real para supprir-lhe no throno o infante D. Luiz por instigação dos jesuitas.

Na excitação dos dias lugubres era facil convencer o rei de que era forçoso collocar na presidencia da Estado um homem capaz de reprimir o povo rebelde em logar do prelado que lhe estava presidindo. Foi chamado para este posto e ao mesmo tempo para Capitão de Castella Nova, Aranda, «de caracter ferreo, acostumado ao despotismo dos quarteis, «mas ao mesmo tempo, impio e encyclopedista, amigo de Voltaire, D'Alembert e do abbé Raynal; reformador despotico e partidario furibundo da autoridade real, ainda que nos seus ultimos annos olhasse com sympathia a revolução franceza, ao menos emquanto irreligiosa.» [1])

Restavam ainda duas pessôas na côrte, que não haviam de consentir na perseguição injusta da Companhia, o marquez de Ensenada e a rainha-mãe. Poucos dias depois da entrada de Aranda em Madrid, sahiu Enseñada desterrado para Medina del

1) Menendez y Pelayo, Historia de los Heterodoxos de España. III, 140-1.

Campo, e a rainha, sob o pretexto da doença contrahida pela fuga precipitada, foi afastada do lado do seu filho.

Agora, sim, o trabalho podia começar. Foi o primeiro passo dos conjurados o meio preferido por todas as tyrannias e por todos os crimes pesquizas secretas. Ao Juiz, presidente da causa do motim, fez-se demais a mais a injuncção : «Em todo o caso terão de sair culpados os jesuitas:» 1). O maior intrigante de seu tempo dirigia todo o plano que como tal se manifestou ao mundo só pelas confissões e retractações feitas pouco antes de morrer.

Mas apezar de todas as machinações não era possivel estabelecer uma prova contra os jesuitas. Em maio formou-se um tribunal extraordinario, composto de Juizes especiaes, mas como não havia uma unica prova juridica, mudou-se o tribunal em Conselho extraordinario.

Entretanto falleceu em 10 de julho a rainha-mãe, o unico apoio que restava aos jesuitas. Desde esse dia precipitam-se os acontecimentos. Campomanes expõe no Conselho extraordinario que a suspeita de instigadores do motim cáe em pessôas ecclesiasticas e, especialmente, numa corporação religiosa, «corporação perigosa que intenta em toda a parte subverter o throno e que julga licitos todos os meios para alcançar os seus fins. Publicou-se uma ordem real que prohibia as murmurações contra o governo e as imprensas nos conventos e que declarava estar o clero sujeito ao fôro commum.

---

1). Jaime Nonell, El V. P. José Pignatelli. Manresa 1893. I, 147.

Em 19 de setembro Aranda obtem do rei poder arbitrario em tudo que diz respeito á causa secréta e já no dia seguinte faz uso deste poder, desterrando um jesuita e prendendo alguns senhores. A 22 do mesmo mez augmentou-se o Conselho extraordinario, obrigando-se os novos conselheiros ao mais profundo silencio sobre tudo que havia de acontecer nelle.

Estava já forjada a arma que havia de mudar a D. Carlos em inimigo irreconciliavel da Companhia de Jesus. Forjáva-se um pamphleto em que se allegavam conjecturas e razões de ser D. Carlos filho illegitimo e, portanto, incapaz de ficar no throno. Um Jesuita devia tel-o escripto e os seus irmãos de habito o espalharam.

A prova arranjou-se facilmente. Tinham achado o papel no quarto do reitor do collegio de Madrid. A'hora da ceia tinham entregue á porta do collegio um pacote de cartas para o reitor. O porteiro levára as cartas ao quarto do reitor. Pelo fim da mesma ceia apresentam-se dois Juizes exigindo a chave dos quartos do reitor e do procurador para fazer um inventario em nome do rei. Levam o pacote de cartas que contem uma carta do P. Ricci com aquelle pamphleto. Esta carta do geral da Ordem, datada de Roma, era escripta em papel de fabrica da Hespanha, conforme o testemunho de Menendez Pelayo.[1])

Foi esta calumnia que mudou a Carlos III em inimigo irreconciliavel dos jesuitas, pois o rei amava muito a sua mãe e, demais a mais podia esta calumnia roubar-lhe o trono.

---

1). Heterodoxos. III, 143.

Não se contentaram os conjurados com achar este unico exemplar do pamphleto offensivo ao rei da Hespanha nas mãos dos jesuitas. Quando os procuradores da provincia de Quinto estavam para partir para Roma, pediu-lhes pessôa distincta levassem cartas do nuncio apostolico ao Cardeal Torreggiani. Em viagem foram arrestados por um capitão que os seguira desde a corte. Papeis e cartas foram-lhes sequestrados, os padres submettidos a um interrogatorio e a acta com todos os papeis mandados ao Conselho extraordinario. Os padres seguiram presos e continuaram presos.

Pombal mandára escrever este pamphleto, como confessou no seu processo. Queria pôr todas as suas infamias praticadas contra a Ordem á conta do seu real amo, mas levado a apuros por algumas cartas do proprio punho, que atraiçoaram as suas artes, confessou mais do que os seus Juizes poderiam saber. 1)

A 27 de janeiro propoz o Conselho extraordinario ao rei a expulsão da Companhia. Uma junta composta dos conselheiros do Estado confirmou o pedido e uma commissão de theologos formada por inimigos jurados da Ordem, não destoou do côro.

Em 37 de fevereiro Carlos III firmou a sancção pragmatica para a expulsão dos jesuitas de todos os seus dominios.

D. Carlos III dá, no decreto que expulsou em 1767 os jesuitas da Hespanha, como motivos desta medida o «de conter em subordinação, tranquillida-

1). J. Monell, El V. P. José Pignatelli, II, 99.

de e justiça os meus povos, e outros urgentes, justos e necessarios que reservo no meu real peito.» Os ministros do rei accusaram os jesuitas de ter excitado o celebre motim de Madrid seguido por arruaças em outras cidades da Hespanha, e convenceram o rei de que este movimento popular tinha mirado a vida de toda a familia real. [1])

Os historiadores modernos não se contentaram com estas indicações vagas e o resultado das suas pesquizas foi que os conselheiros de D. Carlos persuadiram-n'o por meio de documentos falsificados, «que os jesuitas hespanhoes e o mesmo Geral da Companhia pretendiam assassinar o rei, para pôr no throno ao principe Luiz, dizendo que Carlos III não era filho legitimo, mas bastardo e adulterino e, como tal, incapaz de reinar na Hespanha. [2])

Don Manuel Danvila y Collado, no seu «Reinado de D. Carlos III», diz «que o conselho extraor-

---

1) Carta do conde de Fuentes ao marquez de Grimaldi aos 8 de maio de 1767: «Pero aun ha sido mayor la consternación que ha producido (en Paris) una carta del marqués de Ossien. Escribe este esbanjador al Duque de Choiseul que el Rey nuestro señor le habia hablado de la necessidad y motivos que le habian precisado á tomar esta sensible resolución para la seguridad de su persona y tranquilidad de sus pueblos: que el desgraciado suceso del Domingo de Ramos felizmente se anticipó al dia señalado, que era el Jueves Santo, para el execrable proyeto que horroriza solo en presentarse á la imaginacion, y por la precisión en que me hallo de dar cuenta á V. E., pongo en cifra las precisas palabras para que no se vean escritas, aunque aqui se hagan publicado: *que el proyeto era de exterminar le misma persona y toda la real familia.* P. Hernandez, Una persecución religiosa en el siglo 18. En Razon y Fé, v. 19 (1907) p. 506.

2) L. c.

dinario não póde apresentar nem então, nem depois uma prova cabal de que a Companhia instigasse e dirigisse o motim de Madrid de 1766,» 1) ajuntando que é «grande injustiça culpar uma sociedade religiosa de ter conspirado contra as instituições fundamentaes e contra a patria, sem indicar sequer nem presumir objecto e plano de conspiração tão tenebrosa.» 2)

No extrangeiro falava-se mais claro das causas da expulsão dos jesuitas e o que disse d'Alembert a respeito de Portugal e França, é applicavel tambem á Hespanha: «As causas não são as que foram publicadas nos manifestos dos reis... Os jesuitas eram os janizaros do papa... Eram o exercito de tropas regulares cuja destruição importava em primeira linha á impiedade.» 3)

Por uma série de cartas conservadas no archivo de Simancas 4) veremos com que meios estes homens combateram a Companhia de Jesus e quanto contribuiu o ministro de Napoles para a expulsão della da Hespanha. Era Tanucci um ambicioso, cujo saber e tino administrativo não correspondiam á confiança do seu real amo. Os seus empenhos para engrandecer o seu paiz mallograram todos e o desleixo em cuidar na defesa material fizeram o rei-

1) III, 84.
2) L. c. p. 85.
3) De la déstruction des Jésuites.
4) Publicadas por B. Dunr, Bernhard Tanucci nach seine Briefwechsel in Simancas «em Stimme aus Maria Laach. 1898. Heft 8.

no de Napoles descer da altura de uma potencia militar de Europa. 1)

A 23 de março levantou-se o povo de Madrid contra Esquilache que tinha prohibido o traje nacional. O rei sacrificou o ministro. Não havia sombra de prova de serem os padres os autores do levante, e muito menos podiam existir taes provas para pessôas distantes como o ministro de Napoles, mas Tanucci se esforçou por insinuar á corte e ao rei tal convicção, especificando na culpabilidade os jesuitas.

A 6 de maio de 1766 escreve ao duque de Losada, amigo intimo do rei, 2) que, quanto mais reflecte na ingratidão do povo de Madrid, tanto mais se convence que a má educação unida á sedução pelos padres ateou este fogo. Do attentado contra o rei da França os padres tambem tiveram culpa; referiram ao seu rei que Damian não tinha cumplices nem conselheiros, mas é impossivel crer tal coisa. 3)

A outro familiar do rei escreveu a 13 de maio: O confessor não pode ser ouvido neste assumpto, no qual *é força* serem reus muitos padres... O jesuita Lopez é inimigo do rei: eu o disse a Sua Magestade quando partiu daqui. 4) Na carta a Losada de 13 de maio Tanucci repete: «Estando o povo de Madrid

---

1) Michaud, Biographie universelle.

2) Don José Fernandez de Miranda, á quien engrandeció con el titulo de Losada, y persona á quien hacía trinta años dispensaba la major confianza y familiaridad. Lafuente, Historia general de España. XIV, 118. Tambem Ferrer del Rio carrega na «inseparable campaña de Losada» com Carlos III. Carlos III. IV, 282 s.

3) Simancas Estado, Ley. 5997.

4) L. c. f. 18.

alvorotado, é-o por incitações secretas e estas só podem provir de monges e sacerdotes fanaticos. Os jesuitas Lopez e Zito eram aqui intrigantes notorios e pouco amigos do rei no tempo de Fernando: O rei o soube ao partir daqui. 1)

A 20 de maio escreve: Os folhetos infames, vindos de Madrid, não podem ter origem no povo. Ao meu ver, os seus autores são monges e padres e gente excitada por elles. 2) A 20 de maio já tem certeza do seu parecer a ponto de dar o conselho de usar violencia: O povo de Madrid não se ha de acalmar, emquanto escoria de monges estiver em liberdade, pois não ha duvida de que são elles que seduziram o povo e que vão seduzil-o. 3) A 3 de junho torna a affirmar com a maior certeza que, a não ficar manifesta num levante geral um cabeça, o confessionario é a peça de que são atiradas as bombas. 4)

Desta maneira communicou a sua convicção a Losada, pois a 10 de junho Tanucci lhe escreveu: Vejo agora que V. Exc. se convenceu de que os principaes e secretos autores do levante de Madrid foram os padres. Oxalá estivessem na mesma convicção o rei e os outros membros do ministerio e da côrte, para que se empregasse o unico meio viavel. 5)

Quão pouco fundamento tinha a convicção de Tanucci, mostra-o a sua raiva expressa numa carta

---

1) L. c. f. 23 v.
2) L. c. f. 38 v.
3) L. c. f. 39 v.
4) f. 68.
5). f. 87.

anterior sobre a relação dirigida ás cortes, segundo a qual Esquilache tinha toda a culpa do levante.

A 24 de junho fala de novo do P. V. Lopez: O P. Lopez não somente é intrigante, mas tambem sedicioso e rebelde contra o rei, como posso provar com um documento que possuo do anno 1759. [1]) No mesmo dia escreve contra o povo: O rei não deve voltar para Madrid, porque o povo não ha de triumphar. [2]) A 15 de julho outra vez contra os jesuitas: a ultima satira é evidentemente escripta por um jesuita ou por um dos seus terciarios. Na Hespanha os jesuitas são adversarios do rei. [3])

A' affirmação de Losada de que Aranda fará tudo bem, Tanucci responde a 29 de julho: Estou certo que Aranda vai fazer muito, mas não fará bastante se não fizer inqueritos sobre os monges e padres que na Hespanha são peores do que em outras partes. [4]) Explicando-se mais a 15 de agosto: Os jesuitas Zito e Lopez têm pouca amizade ao rei; semearam a rebellião espalhando que um rei educado na Italia não pode fazer bem na Hespanha... Vi uma carta com noticias de uma conjuração dos jesuitas Ravago, Mecco, Altamirano com o secretario do Conselho do Estado, para impedir a todo o transe e por todas as astucias a entrada do rei no governo da Hespanha... A respeito do P. Lopez não acho outra cousa senão a sua amisade com Enseñada... E' certo que o rei, vendo aquella correspondencia

1). f. 125,
2). f. 126.
3). f. 193.
4). f. 242.

de 1759, encontraria nella muitas prophecias, das quaes já experimentou algumas, e conheceria as cabalas, a má disposição e o espirito sedicioso dos jesuitas. [1])

Tambem a Azara em Roma Tanucci escreve a 9 de agosto: Nunca duvidei que a revolta da Hespanha tivesse por autores os padres, [2]) rebeldes dos reis e das nações, ladrões notorios, cheios de vicios e antes de tudo atheus. [3])

A 16 de agosto apresenta ao duque de Losada como modelos no tratamento dos jesuitas, a França e o Portugal, os jesuitas hespanhoes não são melhores do que os de Portugal, intrigantes contra a religião, a moral e o estado. [4])

A 2 de setembro receia que o rei da Hespanha, embora conheça os jesuitas e não goste nada delles, não tome uma resolução decisiva como o de Portugal, por falta de energia. [5]) A 30 deste mez continua:. Madrid já tornou a ser para o rei o que Paris é para o rei da França; em Paris os jesuitas têm a culpa, como em Londres os jesuitas arruinaram os Stuarts. V. Exc. diz: Deixem estar que o nosso rei ha de arranjar-se. Um golpe contra elles na Hespanha não se pode imaginar. Ou como na França ou como em Portugal. [6])

A 7 de outubro refere que leu Mariana; os capitulos 6 e 7 se dirigem manifestamente contra a

1). f. 263.
2). f. 269.
3). Est. Leg. 5998, f. 3.
4). L. c. f. 41.
5). f. 64.
6). f. 154.

monarchia e em particular contra a Hespanha. Pede a Deus salve o rei e illumine e fortaleça aos seus ministros. [1]) No mesmo dia escreve a Losada: A casa de Austria sempre favoreceu os jesuitas. Filippe II se serviu delles como assassinos contra a casa da França: foi elle que, impellido mais por vingança e ambição do que por um tino prudente, fez escrever ao jesuita Mariana o seu livro da educação do rei, no qual permitte e recommenda matar o rei, caso não obedeça ao papa. Este livro é a fonte dos assasinios commettidos em Henrique III e IV. [2])

A 11 de outubro Tanucci tem finalmente a certeza de que o rei participa da sua convicção sobre os autores da revolta. Como temos a certeza de que o rei tem os padres por autores da tragedia de Madrid, estamos persuadidos que a sabedoria do rei ha de determinar o que convier nas circumstancias. [3])

Nas cartas seguintes Tanucci repete suas declamações contra sacerdotes e monges, que por força são rebeldes. Numa diz que o rei só se vai decidir por um impulso externo, explicando-o na carta de 18 de novembro de 1866: A Correspondencia legalisada do geral dos jesuitas com alguns dos seus subditos na Hespanha contem provas bastantes para tomar uma resolução forte. Ajunta que esta resolução deve ser tomada quanto antes por causa dos principios falsos, perniciosos e sediciosos expressos naquellas cartas que mettem em perigo a sagrada pessôa do rei. Ha quantos annos estou a prégar o

1). f. 166.
2). f. 175.
3). f. 199.

que vós agora dizeis e credes! Sempre estava certo de semelhantes sentimentos dos jesuitas. [1])

Se as cartas continham semelhantes principios, não foram escriptas por geral dos jesuitas, pois quem só por pouco tempo estudou as cartas dos geraes, de que ha milhares nos archivos publicos, sabe que nellas não são expressos principios criminosos que fazem perigar a vida dos reis, e as cartas do P. Ricci, especialmente, têm um caracter bem diverso. [2])

As cartas são, portanto, falsificadas. Se é esta a significação do legalisar, de que fala Tanucci? Assim tem razão a affirmação que os ministros induziram o rei por cartas falsificadas a proceder contra os jesuitas. [3])

Seja isto como for, Tanucci, certo de ter ganhado a partida, procedeu a 18 de novembro a propor os meios de executar a determinação real. A expulsão bem deliberada deve ser executada no mesmo momento em todo o reino. Cada jesuita fóra do reino ha de receber de que possa viver, não menos, ao meu ver, de 100 ducados tirados dos

---

1). f. 273.

2). M. F. Miguelez, Jansenismo en España, p. 801.

3). O historiador Modesto Lafuente, que nega a falsificação das cartas. deve conceder que nas actas falta alguma cousa: «La clausula: *Supuesto lo referido*, indica evidentemente que existió ó debió existir el documento que servió de fundamento al dictamen del Consejo (29 de Jan. de 1767) á la real resolución, el qual no podia ser otro que el proceso de la pesquisa reservada. Este, sin embargo, no existe, nosotros ignoramos la causa de este vacio.. «Hist. gen. de España, XIV, 229.

seus bens confiscados, o que, sobre junto é util, pois fará calar os jesuitas por medo de perder o dinheiro que não podem arranjar de outro geito. Além disso dá o conselho de não deixar os jesuitas no paiz, como fez a França. Finalmente é necessario attrahir todos os bispos ao partido do rei. 1)

Quanto valiam na côrte estes conselhos, mostrou-o a execução. 2)

A 9 de dezembro Tanucci torna a avivar o fogo, escrevendo a Losada: os jesuitas são os autores de todas as revoltas dos povos; é o que sempre dizia sendo ministro de S. M. Oxalá a experiencia ensine a limpar o paiz de monges assassinos e antes de tudo dos jesuitas. O rei não volta a Madrid senão depois de feita esta expurgação. Dizem que Madrid está tranquilla, mas é mera apparencia. 3) A 3 de janeiro de 1367 escreveu que o rei na volta achou a cidade tranquilla, mas esta tranquillidade não durará, se ficarem os seductores. 4) A 10 de janeiro declara ser do parecer de Losada que a Hespanha, no negocio dos jesuitas deve imitar Portugal e não a França. 5) O mesmo escreve a 14 de fevereiro a Azara: Não precisam ter vergonha de imitar a Carvalho. *Delenda est Carthago*. O modo proposto é o mais seguro e o mais facil; pois tudo se faz de

1). Est. Leg. 5998, *f*. 283.

2). Lafuente, l. c. XIV, 193 s s. J. Fr. Isla, memorial en nombre de las cuatro provincias de España de la Compañia de Jesus. Madrid 1882.

3). Est. Leg. 5999, *f*. 63.

4). L. c. f. 115.

5). L. c. f. 166.

vez e sob o necessario sigillo até o momento decisivo. [1]) Nesta como nas cartas seguintes Tanucci chama os jesuitas differentes vezes uma «canalha intrigante.» Tambem o Losada escreve a 3 de março no mesmo sentido: Parece-me que a Hespanha com os jesuitas deve tratar como Portugal e não como a França. Podem começar com os missionarios da America. [2])

Executaram-se estes conselhos na noite de 31 de março para 1 de abril de 1967. Louco de alegria, attesta Tanucci no dia 18 de abril a Azara que soube a historia da tragicomedia dos Loyolistas de Grimaldi. O rei e o paiz hão de ver-se libertados de todos os males trazidos pelo espirito satanico do orgulho, da rebellião, intriga e velhacaria encapada na religião. O chefe do correio de Barcelona escreve-me que no collegio dos jesuitas se acharam tambem 400 espingardas. [3])

E no mesmo dia escreve a Paris: Veiu tarde, mas veiu a expulsão dos jesuitas da Hespanha, dos jesuitas, policiaes do papa, emissarios de Roma, incendiarios do estado, amotinadores dos povos, dos mestres em traição, ladroeira e contrabando, dos professores eternos da revolta. A gloria do rei será grande e os seus successores lhe deverão o socego, os seus povos a paz. [4])

A 11 de abril despacha uma carta de louvor

---

1). L. c. f. 247.
2). L. c. f. 290 v.
3). Est. Leg. 6000, f. 135.
4). A sentença da historia é outra,

e agradecimento, pela expulsão dos jesuitas, ao rei catholico. 1)

Inventaram um novo attentado dos jesuitas, não sómente contra a vida do rei, mas de toda a familia real, provavelmente para abafar os remorsos do rei sobre a expulsão cruel e injusta de tantos religiosos innocentes.

A 7 de maio escreveu Tanucci: Começo com a triste relação que V. E. me mandou por ordem do seu rei no maior segredo para os nossos monarchas, sobre o attentado sacrilego dos jesuitas, combinado para a quinta-teira-santa contra a pessôa sacrosanta do rei e de toda a familia real. Estou admirando a bondade do rei que se contenta com expulsar a ninhada das suas casas. Eu já ha muito tempo conheci esta gente, mas a rainha, que Deus tem, não me quiz accreditar. Da mesma terrivel conjuração escreve a 23 de maio para Paris: Roma inteira fala della; a conjuração é castigada por Deus e pelo rei. 2)

Mais uma vez louva a façanha do rei numa carta escripta em 2 de julho a Losada: O proceder glorioso do rei, libertando o paiz da peçonha e do cancro dos jesuitas, alegrou-me extraordinariamente e deu novas forças á minha vida gasta. 3)

Agora Tanucci estava livre. Da gloria que coubera ao rei da Hespanha pela expulsão dos jesuitas, não devia carecer o filho Fernando IV. Meio anno mais tarde executou Tanucci os conselhos dados á

1). Est. Leg. 6000, f. 144.
2). L. c. f. 263.
3). Est. Leg. 6001, f. 2.

côrte da Hespanha, no proprio paiz, expulsando todos os jesuitas de Napoles em 3 e 4 de novembro de 1767: A expulsão da Hespanha preparára o paiz a este golpe, mas Tanucci tinha feito mais alguma cousa, conforme escreve a Losada em 1 de dezembro 1767: Desde ha muito tinha preparado o povo, informando-o sobre a malicia, as ladroeiras, o orgulho, odio e a rebellião dos jesuitas por publicações repetidas nos jornaes dos crimes commettidos por estes religiosos em qualquer parte do mundo: V. Exc. terá conhecido o tempo em que estas publicações começaram; alem disso a imprensa real publicou de vez em quando um volume de diversos tratados, relações, decisões recolhidas de todo orbe, sob o titulo de «Inquietudini del Gesuiti.» A imprensa real não se indicava no titulo como em geral no tempo da regencia precisava proceder com grande cautela... Tudo foi lido com soffreguidão e assim todas as clsses da sociedade estavam preparadas á expulsão e gostaram. [1])

Quando soube dos primeiros passos dados pelas côrtes unidas para a suppresão da Companhia, mostrou-se contrario aos planos de Portugal e da França, escrevendo a 2 de fevereiro de 1768: Carvalho conhece Roma tão pouco como os Francezes. Roma nunca ha de consentir na suppressão da companhia de Jesus. [2]) Tanucci era jurista e logico: não podia imaginar que Roma havia de sacrificar os que sempre tinham sido os acerrimos defensores dos

---

1). L. c. f. 258,
2). L. c. 6003 f. 14,

seus direitos. Mas o ministro havia de ter tambem esta alegria.

Os individuos da Ordem com que Tanucci tinha travado relações, eram todos homens sem mancha; é caracteristico o modo como desfaz esta difficuldade. A 5 de setembro escreve ao marquez di Maio em Vienna: Não sei o que dizer dos jesuitas de Portugal, todos que conheço são sacerdotes excellentes, cheios de caridade, prudencia e de todas as virtudes christãs. Segui sempre o conselho dos meus antepassados de ter por confessor um jesuita, como o é quasi ha 20 annos o P. Micco. Mas na direcção geral da Companhia observei uma maxima que demasiadamente aspira á acquisição de fortuna e poder secular, o que é contrario á simplicidade. 1)

De modo semelhante fala numa carta de 14 de julho de 1767 a Losada: O systema doa jesuitas baseia-se na lucta contra a soberania dos principes, mas eu restringi sempre este meu parecer á politica. Julgava e dizia que o espirito da Companhia, tomada como um inteiro, um organismo, é máu, emquanto os individuos quasi todos são bons, apoiando-me no dicto de um arcebispo de Colonia que distinguia entre cabido e conegos, dizendo: Os conegos são bons, mas o cabido é máu. 2) Com alguma bôa vontade, Tanucci podia aprender pela palavra do Senhor que uma arvore má não pode dar bons fructos.

---

1). Est. Leg. 5950, f. 108 v.
2). Est. Ldg. 6001, f. 155.

Em março deram aos Jesuitas muitos signaes de benevoiencia. No ultimo dia deste mez, o Nuncio perguntou a Grimaldi, seu parente, se se machinava alguma cousa contra a Companhia. Affirmou o ministro que não havia absolutamente nada. O Nuncio transmittiu a resposta a Roma; se esperasse pela manhã seguinte podia dar outra resposta.

Na noite de 31 de março feriu-se o golpe bem preparado. Os conselhos de Tanucci tinham-nos seguido a risca. No dia 1 de março Aranda tinha despachado a pragmatica sancção com as suas instrucções para a execução sob dois enveloppes. O primeiro trazia o endereço do respectivo governador; no segundo se lia: «Só se poderá abrir no ultimo dia do mez.

Na madrugada do dia 1 de abril todas as casas da Ordem deviam ser occupadas e dentro de 24 horas todos os religiosos estariam em marcha para as cidades indicadas como ponto de reunião.

Esta pressa havia de causar aos prescriptos soffrimentos insupportaveis. A execução passou das raias do imaginavel, porque sempre ha em taes circumstancias pessôas servis que, accommodando-se ás intenções dos seus patrões, querem ganhar-lhes as bôas graças.

Estando promptos os navios necessarios, todos os religiosos que preferiam a sua roupeta ás graças do soberano, foram embarcados e levados aos Estados pontificios. O rei havia de pagar-lhes uma magra pensão, [1]) mas sob a condição de que nada se escrevesse contra a pragmatica sancção.

1. Monner Sans, Las Misiones Guaraniticas, p. 174-5.

Não admira que a «expulsão dos jesuitas dos dominios hespanhoes causasse surpreza e espanto;»1) mas estes sentimentos bem depressa deviam ser abafados, especialmente na America, onde com a execução da pragmatica sancção foi encarregado um Bucarelli. Fez este governador o mais amplo uso dos seus poderes extraordinarios ameaçando a pena de alta traição sem trato judicial a quem de qualquer modo falasse com um jesuita, a quem censurasse a resolução real, a quem expuzesse as consequencias funestas da mesma, a quem retivesse qualquer bem dos jesuitas ou não denunciasse a outro que o possuisse. A crueldade com que este tyranete tratou os proscriptos venceu talvez a dos collegas na Europa.

Falaremos apenas da expulsão dos missionarios das reducções de Guaranis. Faziam parte dellas as 7 Missões que poucos annos antes tinham dado tanto que falar. Estavam lá ainda os padres calumniados, um P. Enis, commandante do ataque ao Rio Pardo, um P. Balda, o cabeça de toda aquella rebellião.

O que fez Bucarelli para impedir uma revolta peor por occasião da sahida dos padres todos? Mandou o P. Provincial de Paraguay ficar no meio dos indios, depois da expulsão dos jesuitas das outras provincias, com a ordem de preparar os christãos para a mudança e o peor do rebeldes, o P. Balda, que devia continuar no seu posto com a mesma tarefa.

---

1. Um dos proscriptos dizia: «No teniendo otro recurso que la pensión, resulta que con ella el que se viste no come, y el que come no tiene para vestirse. «Plabo Hernandez, El Extrañamiento de los jesuitas del Rio de la Plata. p. 254.

Parece que estava ultimamente convencido das calumnias por elle mesmo levantadas contra os missionarios e repetidas oportuna e importunamente. Mas Bucarelli tinha difficuldades serias por não achar padres que substituissem os jesuitas. O bispo de Buenos-Ayres não podia dar por não ter. Os superiores de alguns conventos arranjaram finalmente numero de sacerdotes que cumpriam ao menos uma das condições: sabiam algo da lingua guarany.

Finalmente em maio de 1768 poz-se Bucarelli a caminho para expulsar os padres. Ordenára ao Provincial preparasse em Salto carretas e viveres para os 2.300 soldados do accompanhamento do Governador. Perto de Yapeyú um commissario tomou a dianteira para intimar aos padres daquella casa o decreto do rei. Perguntou depois de ler o decreto aos padres, ao P. Provincial Vergara, o que tinha que responder ao conteudo do decreto.

— Eu — disse o padre — em meu nome e no dos meus subditos me sujeito absolutamente a esse preceito do rei e, em signal de meu acatamento, ponho-o sobre a minha cabeça. — Um momento o commisario ficou espantado; de lagrimas nos olhos respondeu:

— Não esperavamos menos de Vossa Reverencia, Padre Provincial.

Acceitaram os inventarios feitos pelos padres e levaram-no's a Buenos-Ayres. Ao monarcha, porém, Bucarelli escreveu cartas com novas accusações dos missionarios. Tinham ensinado aos indios que os hespanhoes eram os seus maiores inimigos, que haviam de escravisal-os, roubando-lhes mulheres e filhos

com todos os seus bens. Mas, apezar disso, apenas Bucarelli se lhes mostrou, eram todos que nem cordeirinhos: «Todos manifestaram a maior conformidade, alegria e reconhecimento, amor e obediencia para com o rei, e o seu affecto aos Hespanhoes.» [1])

Do dia 7 a 22 de agosto todos os 30 povos estavam entregues. Os missionarios soffreram em Buenos-Ayres e mais ainda na viagem maritima o que todos tinham soffrido. Basta dizer que dos 2276 jesuitas expatriados da America, morreram no mar perto de 500.

1). P. Hernandez, L. c. p. 214.

V. A COALIÇÃO

Em 11 de setembro de 1767 o Conde de Oeiras escreve ao conde Azambuja: «Para a secretissima instrucção de V. E. lhe manda S. M. participar o que nesta lhe vou referir em substancia, porque assim o faz preciso a brevidade com que o mesmo Senhor manda partir a fragata «Nossa Senhora de Nazareth,» que vai dirigida a esse porto.

A causa principal desta prompta expedição consiste em se achar S. M. unido com França e Hespanha, para em causa commum obrigarem a côrte de Roma á extincção dos jesuitas, e ao castigo do Geral e seu conselho; porque sem isso, nem pode subsistir a Igreja de Deus, nem podem conservar-se as monarchias da terra, como V. E. verá na «Deducção chronologica, e da petição de recurso, «que hão de acompanhar esta carta.» 1)

Contem esta carta a verdade historica pouco a pouco reconhecida, que a Companhia de Jesus caiu victima das tramas de tres côrtes catholicas reunidas

---

1). Revista do Instit. Histor. Brasil. v.33a, p. 264.

na mais bella paz e intima amizade para tal fim louvavel. Mas se perguntarmos qual das côrtes foi autora da colligação, ora se nomeia Choiseul, ora Aranda, ora Pombal. Uma resposta decisiva achamos no despacho do ministro portuguez em Madrid, Don Ayres de Sá e Mello, ao secretario hespanhol Marquez de Grimaldi, aos 23 de setembro de 1767, que diz: «A Companhia é tão corrompida, que não se pode duvidar que se deva supprimir. Como o Papa protege os jesuitas, trata-se de saber que meios ha para alcançar a suppressão. O parecer do Conselho do Estado de Portugal que acompanha o despacho, indica estes meios. São duros, mas o rei vai approval-os, porque meios brandos não conduzem ao fim. O governo hespanhol, portanto, proponha-os á deliberação.» [1])

Expulsos os jesuitas de Portugal, a idéa unica de Pombal era extinguir a companhia e fazer dominar o absolutismo real sobre todas as aspirações da Igreja. Os jesuitas eram os inimigos, porque foram elles que tinham defendido os direitos da Igreja em obras theologicas como na prática, e por isso as desavenças da côrte de Portugal com a de Roma vão á conta delles. Foram elles que obtiveram a ruptura entre ambas as côrtes, como escreve D. José a 16 de abril de 1668 a Francisco de Almada de Mendonça, «por não haver já meio algum de sustentardes nella (na côrte de Roma) o meu real decoro entre as avanias da escandalosa cooperação daquelles

1) Archivo de Simancas. Estado 5054. Cf. B. Duhr, Die Etappen bei de Aufhebung der Gesellschaft Jesu eine Zeitschrift fiirkatholische Theologie. Innsbruck. v. 22. (1897), p. 442 ss.

Curiaes que, bloqueando a Cadeira de S. Pedro, tinham feito ostentação de conspirarem com os denominados jesuitas em causa commum contra a minha real autoridade e contra o socego publico dos meus fieis vassallos.» [1])

A decisão de colligar-se com as outras côrtes fôra resultado do Conselho de Estado de Portugal dos 24 de agosto de 1767 que disse no parecer: «Parece que o primeiro trabalho deve ser o de procurar Sua Magestade unir-se muito estreitamente com os dous monarchas que se acham egualmente offendidos e egualmente ameaçados, para de commum accordo reduzirem a Curia de Roma á razão pela viva força. Para este fim não se ha de declarar a guerra ao Papa, mas occupa-se o terreno papal de Avignon e não se restitue senão depois de o Papa supprimir a Companhia e castigar exemplarmente os inimigos dos monarchas, como por exemplo o Secretario do Estado e o Geral da Companhia. Conforme esta decisão devem-se mandar instrucções aos ministros de Madrid e Paris.» [2]) O documento está assignado pelo conde de Oeiras e os mais membros do Conselho estadual, mas é sabido que o unico que tinha voz de commando em Portugal no anno de 1767 era o marquez de Pombal. Já no anno de 1751 refere o ministro austriaco que «o Carvalho faz tudo para extender a sua repartição, [3]) e se ainda espera

---

1) Collecção do Negocios de Roma no Reinado de El-Rey Dom José I. III, p. 29.

2) L. c.

3) Star hemberg, 12 de fevereiro de 1751. Relação á Imperatriz. Archivo Vienna.

muito da administração do homem, na sua relação final diz que «a confiança do rei na pessôa do Carvalho é extraordinaria e muito cega» e por isso «pode praticar todas as arbitrariedades reinando como despota. [1])

A proposta de Pombal era agradavel ao governo hespanhol, que pela suppressão da Companhia podia justificar o seu procedimento tyrannico contra ella. O conde de Aranda, presidente do Conselho do Estado, escreve ao marquez de Grimaldi aos 14 de dezembro de 1767 «A 18 de outubro V. E. communicou a proposta do rei fidelissimo de negociações a respeito da suppressão da Companhia de Jesus. Sua Magestade approvou sem demora os motivos quc a côrte de Lisbôa allegou para a execução deste plano, que será discutido num conselho extraordinario do Estado. [2])

Esta discussão fez-se duas vezes, em 30 de novembro de 1767 e em 21 de março de 1768, e teve por resultado o voto da suppressão. Uma copia do parecer extenso da ultima sessão se acha no archivo de Simancas. [3]) Como motivo da suppressão propõe as antigas accusações: rebellião contra Roma, costumes chinezes, moral relaxada, inimizade contra os monarchas, etc.

Tambem na França a proposta achou um terreno bem preparado. Já em 12 de maio de 1767 Choiseul tinha escripto ao ministro francez em Roma que lhe parecia provado geometricamente, ser a sup-

1) 26 de dezembro de 1751.
2) Simancas, Estado 5054.
3) L. c. 5055.

pressão da Comanhia necessária para o bem da religião, da Santa Sé, das cortes catholicas e dos jesuitas mesmos. [1]) O ministro d'Aubeterre é da mesma opinião, mas julga que talvez nem a união das côrtes a ha de alcançar porque o Papa pensa agir contra a sua consciencia supprimindo a Ordem. No mesmo depacho de 27 de maio de 1767 apparece pela primeira vez o cardeal Ganganelli como patrono da suppressão. «O cardeal Gangnelli, o unico theologo no sagrado collegio, mandou dizer-me em segredo que depois de deliberar maduramente o assumpto, acha-o conforme as leis da Egreja e que, perguntado pelo Papa, não deixará de dizer a sua opinião... Isto é sómente para V. E., peço-o encarecidamente, pois se soubesse, o cardeal estaria compromettido.» [2])

Em 1 de junho Choiseul communica com o ministro que o rei da Hespanha vai exigir do Papa a suppressão e que o rei (de França) ha de apoiar o requerimento do primo. [3]) Na audiencia da segunda feira, refere d'Aubeterre, aos 24 de junho, disse eu ao Papa directamente, que o melhor era dissolver a Ordem. Mas o Papa ouviu com uma cara cheia de impaciencia e contradicção e respondeu seccamente: se os jesuitas não faziam mais bem nos paizes, dos quaes foram expulsos, ao menos o fariam nos outros. [4]) Mas tarde, em 8 de julho escreve d'Aubeterre que é escusado ter a esperança de alcançar

1) Carayon, Ducuments inédits concernant la Compagnie de Jésu. Poitiers 1867. XVI.

2) L. c. 407.

3) L. c. 4094.

4) L. c. 413.

a suppressão pelo Papa, mas será preciso arrancar-lha. Dahi segue para o rei a necessidade de occupar o condado. [1]) Aos 15 de julho repete a mesma opinião.

Apezar dessas bôas disposições Choiseul, recebendo a proposta de Pombal, não se precipitou. Foi só no dia 27 de dezembro de 1768, depois de saber que o rei da Hespanha acceitára o plano, que communicou ao conde de Fuentes o apoio do rei e a ordem de mandar instrucções a d'Aubeterre.

Clemente XIII já em outubro do anno anterior ouvira do plano das côrtes, mas levou ainda mais de um anno que estas entregaram officialmente o seu requerimento commum em janeiro de 1769. O Papa respondeu «Façam commigo o que quizerem, pois nem exercitos tenho nem canhões ; mas não ha homem que me possa obrigar a agir contra a minha consciencia.» Poucos dias mais tarde, a 2 de fevereiro, morreu o Papa, quebrantado mas forte. «As instancias mais desrespeitosas do que se pode imaginar, das côrtes bourbonicas, a coacção evidente que fizeram á consciencia do papa, o mataram.» [2])

Com a morte de Clemente XIII começa uma actividade febril de Pombal para obter o seu grande desejo. O primeiro passo é obter no conclave a todo transe um novo Papa que não tenha tanto amor á Ordem odiada nem a consciencia tão tenra como o antecessor, e lá vão as instrucções secretissimas, despachadas no mesmo dia a Almada, a Ayres de Sá e Mello, Don Vicente de Sousa, José de Sá Pe-

---

1) L. c. 415.

2). Reumont, Geschichte Toskanas. II, 191.

reira e Ambrosio Pereira Freire de Andrade e Castro, uma mistura nojenta do amor mais terno da Santa Madre Igreja e do odio mais figadal da Companhia de Jesus, repetindo a cada passo o estribilho catonico : *ceterum censeo Societatem esse delendam.*

E' necessaria rigorosissima providencia «fazerem intimar as sobreditas côrtes interessada aos Cardeaes congregados no conclave que a eleição do Pae commum espiritual, cabeça visivel da Igreja, he de tanto e tão geral interesse que seja feita na pessôa mais digna e mais imparcial : que os canones não excluiram della nem a humildade e illegitimidade do nascimento, nem a menor graduação da hierarchia, nem a naturalidade desta ou daquella patria, para que assim houvesse mais pessôas, para se escolher entre ellas em toda a Christandade a que fosse mais digna ; que assim se prova não só pelos mesmos canones, mas tambem pelos muitos exemplos que faz manifestos a historia que nesta certeza nenhuma necessidade ha de que a eleição dos successores de S. Pedro haja de ser precisamente reduzida aos purpurados constituem o pequeno numeno, que forma o referido collegio que se a este collegio, a este numero e á nação italiana se tem reduzido a dita eleição nestes intimos tempos, todo o mundo sabe que assim se permittiu, por se evitar o espirito de parcialidade, que podia haver em pontifices que fossem eleitos entre os vassallos naturaes desta ou daquella Potencia consideravel, em prejuizo dos interesses de outras suas emulas : que agora milita a mesma razão de parcialidade para a exclusiva dos purpurados, que constituem a maior parte do referi-

do collegio, havendo-se claramente manifestado nelles aos olhos do mundo, por tantos e tão notorios factos, hum decisivo e inexoravel espirito de interesses communs de todas as côrtes interessadas na eleição do Papa, e aliás tão devotas e benemeritas da Séde Apostolica que este novo e especial caso requer tambem por sua natureza huma tambem nova e especial providencia, que livre as mesmas côrtes do cuidado e do perigo de verem subir á cadeira de S. Pedro hum jesuita purpurado e que esta providencia especial não pode ser outra que não seja a de ir buscar, para se eleger, hum Prelado de fóra do collegio, o qual pela santidade dos seus costumes, pela sua universalmente conhecida imparcialidade e pela sua egualmente conhecida illuminação e literatura, restitua á Igreja de Deus e ás monarchias catholicas a paz que nellas tem pertubada a cubiça, o orgulho e a insupportavel soberba das referidos jesuitas depois de tantos annos.»1)

Almada tem que combinar com os outros ministros o tempo da intimação e, chegado este momento, deve entrar em Roma, ainda que as relações amigaveis das duas côrtes não estejam restabelecidas: se, porém, a Sociedade dos jesuitas se extinguir sem o concurso de Portugal, «vindo a cessar as causas substanciaes da quebra, não deve esta continuar, mas sim procurar-se com o novo Pontifice a bôa e santa união, que he natural entre o pae commum espiritual e os filhos tão distinctos e devotos da Séde Apostolica, como o he El-Rey, nosso Senhor», 2)

1) Collecção esta, III, p. 40.
2). L. c. p. 43.

Esta ordem, porém, de communicar com o ministro da Hespanha, tres dias depois foi revogada, porque Grimaldi tinha calado a Ayres Sá de Mello a morte do Papa; «em taes termos nem seria util nem decente a dita communicação.» [1]) A carta em outro respeito é interessante, mostrando um dos grandes meios de Pombal pelo qual não pouco alcançava nos negocios que não se recommendavam de per si. Prohibindo ao ministro a communicação official, não lhe veda falar com pessôas de confiança sobre a doutrina exposta na sua missiva, para inspirar e fazer transpirar o claro conhecimento do verdadeiro estado da curia de Roma,» [2]) insinuando de outra parte que «a côrte de El-Rey nosso Senhor será a que menos prejuizo receba da eleição de hum Papa jesuita.» [3])

Entretanto chegaram noticias de Paris de estar entregue em Roma a supplica da suppressão da Companhia e que o duque de Choiseul julgava conveniente a presença de Almada em Roma. Assim Pombal, a 8 de abril, despachou ordem ao embaixador de passar a Roma. [4])

Começa nesta data o capitulo mais interessante, cheio de vergonhas para todos que tomaram parte nas machinações das côrtes borbonicas. Os editores da «*Collecção dos Negocios*» julgaram conveniente emittir todo este capitulo, passando aos primeiros actos do novo Papa.

---

1). Carta de 4 de março L. c. p. 46.
2). L. c.
3). L. c.
4) Instrucção, L. c. p. 54-56.

A 19 de maio de 1769 foi escolhido Ganganelli. Choiseul, ao receber esta noticia, escreveu aos 30 de maio: *Finalmente temos um Papa do numero daquelles cardeaes que as tres corôas desejavam. Os cardeaes e ministros das potencias borbonicas, falando e agindo nesta occasião em completa harmonia, facilitaram e apressaram o resultado de nossas intenções communs em favor do cardeal Ganganelli.* [1])

Stoppani, o candidato das cortes borbonicas, não pôde obter maioria no conclave, porque tinha promettido aos seus protectores destruir a Companhia, pacto que pelos cardeaes frencezes e italianos foi julgado simonistico. [2]) Segundo o P. Cordara, que se diz bem informado por cardeaes, até Ganganelli tinha recusado o seu voto a Stoppani, dizendo que elle «sem duvida destruiria e opprimiria a Companhia.» [3]) Esta palavra, ajunta Cordara, obteve-lhe a elle a maioria do collegio cardinalicio, pois não queriam nomear um adversario manifesto dos jesuitas.

Os representantes das côrtes, vendo esta disposição dos eleitores, desistiram da sua exigencia de uma promessa escripta do seu candidato de destruir a Companhia. Mas sempre tinham obtido uma arma contra o novo Papa que lhes segurou a victoria. A 28 de julho o cardeal Bernis refere a Choiseul Quanto á suppressão dos jesuitas o Santo Padre falou da mesma maneira como na vespera da sua

---

1) Cop. Simancas, Estado 4571. C. f. Duhr, Die Etappen.

2) Choiseul ao marquez d'Ossun. Cop Sim. Est. 4571.

3) Döllinger, Beiträge III, p. 41.

eleição; confidencialmente accrescentou que naquelle tempo lhe fizeram a proposta de dar o seu parecer sobre esta suppressão por escripto; que se contentára com a resposta oral, que a julgava possivel e até util com a condição de se observarem as prescripções canonicas. Para a execução o Papa exige tempo; na morte do Geral quer impedir a eleição do successor, mas tambem aqui precisa de tempo, para que o mundo não creia ter elle acceitado condições no conclave. 1)

De modo semelhante escreve a 30 de julho Moniño, embaixador hespanhol em Roma, a Grimaldi: O cardeal Bernis lhe referiu ter o Papa respondido a diversas propostas feitas antes de sua eleição, que havia de reformar ou supprimir os jesuitas, tomar-lhes poder e estudos e prohibir a recepção de noviços; depois da eleição escreveu o rei da Hespanha que queria abolir a Companhia. 2)

Num despacho posterior escreve Monino que o Papa protestou energicamente contra a affirmação de ter dado qualquer promessa a respeito dos jesui-

---

1) Cop. Sim. Est. 4571.

2) Orig. Sim. Est. 5039. Esta carta de 30 de novembro de 1769 em Theiner, Clementis XIV P. M. Epistolae et Brevia selectiora, p. 37, Segundo o cardeal Bernis é a unica promessa escripta que o Papa tenha dado contra os jesuitas. Cf. Gomes, Le Marquis de Pombal, p. 225. A resposta do rei no mesmo autor, p. 236, em que diz: «Je rends à Votre Béatitude les plus respectueuses grâces pour la peine qu'elle a bien voulu *prendre de réunir et d'examiner les documents qu'elle croit devoir* apprécier pour l'expédition du motu proprio déjà acceptée pour l'organisation du plan de l'abolition déjà résolue de la Compagnie de Jésus, plan que V. B. promet de me communiquer.»

tas antes de sua eleição; apenas tinha dito que queria contentar as cortes. [1]) E a 3 de Janeiro de 1773: O Papa receia a aparencia de ter dado uma promessa no conclave. [2]).

O primeiro passo para Portugal devia ser o restabelecimento das bôas relações em Roma. O breve de 28 de agosto de 1769 deu a Portugal a paz com o Papa. Neste mesmo breve achou Pombal a promessa solemne de extinguir a Companhia e immediatamente começou a seguir a idéa que tinha mais a peito.

Já pela resposta de Pombal ao breve de reconciliação, o papa póde entender que, se receava os ventos da Espanha e da França, os de Portugal não seriam menos rijos. Tornára o papa a falar no pedido das tres côrtes em palavras que não continham promessa certa, dizendo: «Quanto ao negocio em que póde haver confederação com as outras cortes, pedimos-lhe de ter confiança em nós, e não permitta que da parte dos alliados nos sejam feitas insistencias pouco opportunas, as quaes não condizem com segurança ao desejado fim que nos temos proposto de alcançar. Recommendamos-lhe o sr. commendador de Almada a quem cordialmente amamos e queira guardar segredo sobre esta nossa correspondencia confidencial, communicando-a, porem, á Sua Magestade Fidelissima, a quem com paternal affecto *damos a nossa bençam apostolica, comprehendida*

1) Orig. Sim. Est. 5039.
2) L. c. 5040. Cf. Duhr. l. c.

nella toda a real familia e a vós tambem a extendemos. [1]).

Pombal tomou estas palavras por promessa formal, como exprime na resposta de 5 de outubro de 1769:

«Quanto ao negocio da causa commum com as outras côrtes, que têm instado pela dita extincção dos jesuitas; ficando El-Rey pela carta de Vossa Santidade na certeza em que Vossa Santidade o põe, de que quer effectivamente extinguir os jesuitas, logo que para isso tiver prudente segurança; e vendo claramente que Vossa Santidade a não teve, nem tem nas circumstancias em que até agora se achou, não cabia na consummada circumspecção e filial ternura do dito monarcha mandar ao referido seu Plenipotenciario outra instrucção, que não fosse a que elle secretissimamente communicára a Vossa Santidade.» [2]).

Na primeira instrucção que Pombal despachou ao embaixador de Roma, dá ordem que se acautele com a correspondencia queixando-se «de se ter feito geral o abuso de se abrirem as cartas do correio com imperceptivel destreza em todas côrtes por onde passam, antes de chegarem ás do seu destino,» e para maior segurança ordena e designa sempre o papa «o conselheiro douto» e o cardeal Macedonio «o amigo bem informado.» [3]).

Seguem despachos e communicações, entre as quaes são de interesse os bilhetes secretissimos do

1) Collecção III, 61.
2) L. c. p. 65.
3) L. c. p. 130.

cardeal Macedonio, que refere a Almada tudo que acontece na côrte papal. Fala-se da elevação do irmão de Pombal ao cardinalato, fala-se dos segredos e assim sabe Almada que Bernis não exige que a Companhia seja punida e exterminada, mas pede sómente que seja desarmada para tornar-se impotente.

Em tal Pombal nunca consentirá. A 25 de fevereiro de 1770 manda uma instrucção ao embaixador, exigindo «a total extincção da perniciosissima Sociedade ou antes seita,» 1) ajuntando como requerimento secundario o castigo do Geral e de seu conselho, sem que, porém, «complique a extincção da Sociedade com o castigo do Geral e do seu synedrio, ou pharisaico conselho; porque a primeira é a que se deve tratar instante e separadamente, como se nada mais houvesse. 2) No despacho seguinte repete-se o meio provado de Pombal: o embaixador frequente as audiencias do S. Padre,» não só para assim accrescentar instancias, que mostram efficacia no empenho do dicto Senhor, mas tambem porque poucos negocios se costumam concluir sómente por officios formaes, sem que nas conversações particulares se vão descobrindo e removendo incidentemente estes e aquelles obstaculos occultos, que no calor das mesmas conversações se percebem, e que sem sem ellas ficariam sempre impenetraveis e invenciveis.» 3).

Como Almada entendia e executava estes con-

1) p. 144.
2) L. c.
3. p. 140.

selhos, aprendemos da carta em que annunciou ao marquez a extincção da Companhia: «Eu insisti continuamente até me render tedioso, sobre o negocio que agora vemos ultimado, e quando o papa se inquietava commigo, reasserenando-me lhe pedia perdão, dizendo-lhe que o meu nascimento e meu caracter me obrigavam a tal excesso.» 1).

São poucas palavras, mas é uma confissão preciosa, cuja illustração nos ha de dar outra série de testemunhos. A collecção official dos documentos tem ainda algumas peças da correspondencia entre Roma e Lisbôa, mas a maior parte era de teor que não podia figurar numa collecção destinada ao publico.

Facilitaram os editores a intelligencia destas cartas publicadas por algumas advertencias intromettidas que por entrelinhas deixam ver claramente que devem supprir a maior parte das negociações como p. e. já a primeira destas advertencias: «Debaixo destas prudentissimas e bem ajustadas medidas se foi tratando este importantissimo negocio, até que o Santo Padre Clemente XIV, depois de ter empregado todos os meios efficazes para debilitar as forças do corpo jesuitico, viu que era chegada a occasião propria e opportuna, para de todo dar ao mundo christão o gosto suspirado de ver extincta aquella perniciosissima Sociedade. Incerta, porém, do estado das côrtes da Europa, e muito mais incerto ainda das forças, ou manifestas ou occultas, que aquelles malignos Regulares conservariam em cada uma dellas, se abriu confidencialmente com o ministro

1) p. 182.

plenipotenciario de El-Rey meu Senhor, para que assim o fizesse saber a esta Corte, ao fim de ser por ella instruido de quanto desejava ao dicto respeito; e com as luzes que della recebesse, concluir este grande negocio com a desejada bulla da extincção dos jesuitas. Sua Magestade, conhecendo a causa da hesitação em que se achava o Santo Padre, receando um schisma contra a sua bulla; conhecendo que não tinha nas Côrtes Nuncios que fossem capazes de informal-o (porque os de Hespanha e França não lhe eram fieis; o de Vienna era um moço sem experiencias e sem a necessaria prudencia; em Napoles não o tinha), e conhecendo que ao lado do mesmo Santo Padre só se achavam o cardeal Marefoschi tão sabio em materias de direito, como pouco instruido em negocios de Estado e de Côrtes; e Monsenhor Macedonio, sem mais possibilidade para o conselho, que a sua grande e louvavel fidelidade; escreveu a Sua Santidade a carta, que vai transcripta debaixo do numero immediatamente seguinte, animando-o a aproveitar a preciosa occasião que lhe apresentava, para publicar com gosto universal a tantas vezes supplicada e desejada bulla; e mandando ao dicto ministro plenipotenciario que communicasse ao mesmo Santo Padre a carta de officio que eu lhe dirigia, e na qual se continha a mais depurada analysis do estado das Côrtes da Europa, para que Sua Santidade, trauquillisando a sua hesitação, se certificasse que não acharia obstaculos, que lhe impedissem a conclusão que desejava. Estas cartas regia e ministerial foram as que acabaram de resolver o mesmo Santo Padre a formar a bulla da

extincção dos jesuitas, a communical-a ás Côrtes catholicas pela mediação de El-Rey de Hespanha, e a dar finalmente o ultimo golpe mortal na venenosa hydra jesuitica.» [1])

Entretanto as côrtes alliadas tinham encetado da sua parte a acção; a França não com o mesmo zelo com a Hespanha. A 30 de novembro de 1769 o Papa viu-se obrigado a escrever ao rei da Hespanha, a instancias dos ministros das côrtes borbonicas.

«Julgamos do nosso dever informar a V. M. a respeito das nossas intenções que serão sempre de dar-lhe provas manifestas do cumprimento de nossos compromissos. Recolhemos os documentos necessarios para a redacção do promettido *motu proprio* que justificará perante o mundo inteiro o proceder prudente de V. M. na expulsão dos inquietos e rebeldes jesuitas. Como temos que trabalhar a sós, carregados de tantos outros cuidados, explica-se não o desleixo, mas a demora precisa para levar a bom exito tão importante assumpto. Pedimos a V. M. não desconfie de nós, pois pretendemos e estamos occupados de dar aos povos provas irrefutaveis de nossa sinceridade. Havemos de propor á sabia consideração de V. M. o nosso plano para a total suppressão desta Companhia, que será remettido em breve. Tambem outros negocios confiados a nosso filho dilecto, Mgr. Azpuru, ministro de V. M., serão despachados. Emfim, não cessaremos de dar provas sinceras de nossa fidelidade e consideração.» [2])

---

1) L. c. p. 150, 51.

2) A. Theiner, Histoire du Pontificat de Clément XIV. I, 387.

Mas o Papa não passou destas promessas, apezar de todos os esforços dos ministros. Azpuru foi finalmente substituido por Monino, que tinha outros meios ao seu dispôr. Era homem de grande talento prático, porque tinha percorrido todas as escalas da administração ; «grande amigo da autoridade até frisar em despotico; muito persuadido do poder e da grandeza de seu amo e mais ferozmente absolulista do que nenhum dos antigos fautores da Lex regia, e, de vez, reformador incansavel e docil servo das idéas francezas.» 1)

Já na primeira audiencia expoz Monino ao Papa com vehemencia que o seu amo tinha grande fortaleza nas cousas que emprehendia. Azara escreve desta audiencia: «Domingo se deu audiencia a Monino. Diluvios de palavras e palavras altisonantes. Monino, apezar de tudo, lhe deu quatro toques fortes sobre o assumpto, mas em geral, talvez por não dar mais a sua polvora,—e ficaram amigos. Agora hão de ver, se querem ver, que não os enganei ao pintar-lhes o jesuitismo do homem (fala do Papa) 2)

Citamos esta e citaremos outras passagens das cartas confidenciaes de Azara, apezar da linguagem indigna e, ás vezes até chula, porque, como já observou Menendez y Pelayo, descrevem muito melhor do que a correspondencia official a situação. Em plena liberdade, dizem ainda, Clemente XIV suppri-

1) Menendez y Pelayo, Historia de los Heterodoxos españoles. III, 159.

2) Carta de 29 de agosto de 1772. C. f. J. Nonell, El V. P. José Pignatelli. I, 379.

miu a Ordem. Perante estas cartas se esvaéce tal illusão.

Azara exprime mais de uma vez o seu receio de que Monino haja de alcançar tão pouco como o seu antecessor. Depois dos primeiros passos do novo ministro julga, porém, que a «vinda delle nos será util. 1)

A 27 de agosto escreve «Monino teve uma audiencia do Papa. . Os seus resultados foram taes como eu tinha imaginado. Falou o Papa *per omnia sæcula sæculorum* sem prometter nada: frisou expressamente que destruiria os jesuitas, mas que precisava de tempo, que o deixassem fazer, que frei Lourenço era homem polido. . . que tal obra não se podia fazer sem preparar mil cousas. Monino apertou-o do modo mais forte e energico, mas sem resultado determinado. Emfim, o Papa respondeu á sua declaração em termos de que usa faz quarenta mezes, e fica nisso. O meu estribilho era desde o principio: o Papa os extinguirá quando tiver esgotado todos os meios de os salvar.» 2)

A 3 de setembro Monino rechaçou ao Papa por meio de ameaças até as ultimas trincheiras, e no 1 do mesmo mez entregou-lhe o esboço da bulla da suppressão. No novembro Monino dá o conselho de occupar Ronciglione e Castro e poucos dias depois ameaça cortar as relações diplomaticas; a Hespanha recusará o nuncio. Escreve: «Aproveitei aquel-

1.) L. c.
2) J. Nonell, O. c. I, 380.

le momento de perturbação para incutir ao Papa o terror que absolutamente convem.» [1])

A 11 de fevereiro despacha o esboço da bulla que lhe custou uma audiencia de bastante força e resentimento. A 3 de junho usou ameaças e reprehensões contra o Papa a ponto que «este lhe pedia não o angustiasse nem o mettesse em duvidas e temores.» Aos 10 de junho outra vez ameaças e expressões fortes e aos 17 de junho o Papa cedeu finalmente a esta tortura, assignando o breve e entregando-o a Monino para que o mandasse imprimir, mais porque o Papa desconfia da Camara apostolica.

Mas de uma vez teve que empregar ainda os meios de pressão para obter tambem o ultimo passo, a publicação do breve.

O embaixador portuguez ajudou em todo este tempo o collega da peninsula, bem que em segunda plana. Pombal continuou a trabalhar, como que elle fosse o unico interessado neste negocio, pois o odio dos jesuitas era a sua idéa fixa; este odio era tal, conforme diz outro biographo, «que seria capaz de affirmar que os jesuitas tinham causado o terremoto de Lisbôa em 1755.»)

De interesse para a caracteristica de Pombal é a carta escripta a 21 de dezembro de 1772 a Francisco de Almada de Mendonça, instruindo-o secretissimamente de tudo quanto podia sustentar as urgentissimas instancias para a extincção dos jesuitas, e fazendo-lhe uma verdadeira analyse do estado de to-

1) Orig. Simancas. Estado 5039. C. f. Duhr. Jesuitenfabeln, p. 419 n. 4.

2) L. Gomes, Le Marquis de Pombal, pag. 299

das as Côrtes da Europa, para dar com ella um clarissimo conhecimento ao Papa, de que nada poderia temer em nenhuma das referidas Côrtes contra a publicação de bulla da extincção dos jesuitas. Certo de alcançar o seu fim por causa das «sagradas promessas» do papa, resume mais uma vez todos os motivos que o embaixador tem que proferir e manda-lhe os dous ultimos opusculos fabricados pelos seus mamalucos litterarios e pagos dos cofres publicos. Pelo titulo já indicam o que não é o que querem: «Origem infecta da relaxação da moral dos denominados jesuitas; manifesto dolo com que a deduziram da ethica e da metaphysica de Aristoteles.» Lisbôa, na Reg. Off. Typ. 1771, e «Doutrinas da Egreja sacrilegamente offendida pelas atrocidades da moral jesuitica, que foram expostas no appendix do compendio historico, e deduzidas pela mesma ordem numeral do referido appendix. «Lisbôa, na Reg. Off. Typ. 1772.

Depois informa sobre o estado do negocio nas differentes Côrtes da Europa, dando informações falsas a respeito da Côrte imperial. Nem uma palavra a respeito dos motivos com que Maria Theresa rejeitára todas as instancias de Pombal de proceder contra os jesuitas. Segundo Pombal «a grande soberana ali dominante não tem sido informada inteira e fielmente a respeito de todas as ruinas, que á Egreja e aos Estados temporaes está causando a conservação dos jesuitas.» [1])

Allega que a soberana ainda não se uniu declaradamente com as Côrtes borbonicas «porque foi

1). L. c. p. 158.

impedida: primo pela grande influencia que tem naquella Côrte o sexo feminino, nella illuso e quasi inteiramente dominado pelo fanatismo, pela hypocrisia e pelas machinações dos ditos jesuitas; secundo pela docilidade e piedade tão naturaes na mesma soberana, como mal conduzidas aos excessos pelos maliciosos artificios com que os subditos jesuitas armam as suas confessadas e dirigidas, e os seus fautores que com ellas combinam, para impedirem qualquer resolução que de uma vez acabe os ditos perniciosos Regulares. 1)

Quanto disso seja verdade, veremos ao tratar da Côrte de Vienna na expulsão. Conforme a Collecção, foi esta a ultima trama da parte de Portugal, pois segue immediatamente a carta do rei da Hespanha ao de Portugal, acompanhando a minuta da bulla da extincção dos jesuitas com o desejo do papa de remettel-a aos reis de França e de Napoles como á Côrte de Vienna.

Todos estavam contentes menos a Imperatriz. D. Carlos refere á sua irmã, a Rainha de Portugal, em substancia a resposta de Maria Theresa: «Bem que sempre tinha estimado os jesuitas por causa do zelo e da bôa conducta, não ha de pôr obstaculo á suppressão da Ordem, caso pareça ao papa justa, conveniente e util para a união da nossa sagrada religião. Mas nunca cederá ao papa o direito de dispôr dos bens e das pessôas da Companhia, persuadida que pode pretender com razão ser tratada por

---

1). p. 150.

Sua Santidade quanto a este ponto do mesmo modo como a Hespanha, França etc.» [1])

Era a ultima difficuldade. Pombal se apressou a desfazel-a, pois a carta da Imperatriz não devia chegar ás mãos do papa. Uma carta a Alamada traria o remedio sem que pensasse em sacrificar os bens dos jesuitas occupados, havia muito, ainda sem a licença do papa. Pelo contrario, carrega mais uma vez que a cessão dos bens «Que ambas as Magestades viram clarissimamente a justiça e illuminaram os jesuitas réus de crimes de lesa-Magestade, que como taes haviam incorrido desde as primeiras horas em que os commetteram, na pena de perdimento de todos os bens para os fiscos e camaras reaes das mesmas Côrtes, do outro caso de Vienna, que (mal aconselhada) está actualmente declarando que não recebeu offensa alguma daquelles inimigos communs da Egreja e do socego publico de todos os estados da terra.» [2])

Ha, porém, motivos para o papa conceder o mesmo favor á Austria: «Que os distinctos merecimentos, que aquella Côrte tem sempre accumulado na protecção e defensão da Egreja, e as clarissimas provas de religião e piedade, com que a Imperatriz Rainha tem edificado a todo o universo, requerem que o Santo Padre a contemple com especialidade com que lhe concede que possa ter logar a seu respeito tudo o que tem determinado pela terceira das sobreditas clausulas aos Monarchas que expulsaram

---

1). p. 178.
2). p. 180.

os chamados jesuitas, posto que estes não fossem até agora expulsos dos dominios da casa de Austria.

O que será tanto mais decente a Sua Santidade, como acima digo, que a referida clausula contem o despacho de uma supplica feita por uma princeza tão grande como a Imperatriz Rainha, e de uma supplica não só imaginada, mas apoiada por ambas as Magestades de uniforme accôrdo, em um negocio cuja importantissima substancia faria desapparecer da vista todas as difficuldades accidentaes, que consistem em palavras ditas antes ou depois, e de um modo ou de outro.

Isto é o que Sua Magestade manda communicar secretissimamente a V. S. para o pôr no estado de poder conferir utilmente com D. José Moniño sobre este importantissimo negocio. Prevenindo comtudo V. S., que obrando com elle do mais uniforme accôrdo no particular entre ambos, deve ser elle sempre o que proponha ao papa tudo o que se lhe houver de representar. E deve V. S. reduzir-se a secundal-o na presença do mesmo Santo Padre, significando-lhe verbalmente que tem positiva ordem de El-Rei meu Senhor para se conformar em tudo e por tudo com os officios que forem apresentados a Sua Santidade da parte de El-Rei Catholico por D. José Moniño.

Para maior cautela torno a prevenir a V. S. sobre o recato com que deve guardar esta carta, a respeito de todas e quaesquer pessoas que não sejam o referido ministro de El-Rei Catholico.» 1)

Com a data de 31 de julho foi impressa a

1). L. c. p. 181.

bulla da suppressão, como uma nota da Collecção nos ensina «na forma em que fica compilada, só com a judiciosa differença de haver omittido na estampa a distincção que havia feito de Portugal, Hespanha e França, para a livre disposição dos bens dos jesuitas, sem haver falado na Imperatriz Rainha: fazendo cessar com aquella reticencia a queixa da dita princeza, sem consequencia alguma, porque sendo certo em direito que a disposição dos bens vocantes pertence aos soberanos dos Estados onde vagam, vinha a ser superflua aquella exabundante faculdade pontificia.» 1)

Na noite de 16 de agosto foi intimada ao Geral da Companhia e na mesma noite ainda o cardeal Macedonio transmittiu a Francisco de Almada a faustosa noticia. Este escreve a 18 do mez:

«Quando eu cuidava que poderia ter mais dois dias para escrever a V. E. mais largamente, porque assim m'o tinha dito hontem o Padre Bomtempi, recebo agora o bilhete de Monsenhor Macedonio, que me obriga a despachar o expresso por ordem do papa, que quer seja V. E. logo informado da feliz execução da bulla da inteira extincção dos jesuitas, que foi intimada na noite do dia 16 do corrente a todos os membros daquelle corpo que já não existe.

E' indizivel o fervor, com que se tem portado Monsenhor Macedonio nesta occasião. Delle remetto carta e tambem seis copias da bulla da supressão, de outras tantas do breve com que se estabeleceu a congregação dos cardeaes para a execução e provi-

1). P. 182.

dencias deste importante negocio. O referido exemplar Prelado é digno da attenção de V. E. ou dessa Corte, e supposto elle delicado, se lhe pode fazer algum presente com o protexto da sua proxima promoção, e lembro juntamente a V. E. o Padre Bomtempi, que foi o primeiro noticiante, alem da grande diligencia que fez, estimulado e obrigado por mim, para informar-se em tudo o que eu expunha ao Santo Padre em todas as minhas audiencias.

O expresso Joaquim Velloso, que tem aqui procedido com honra e merece ser distincto dos mais do seu officio (sem prejuizo de meu compadre José Gonçalves, que é homem honrado) me entregou o despacho particular de que V. E. o encarregou com inviolavel segredo, e eu com o mesmo o puz nas mãos da Sua Santidade, referindo-lhe o modo como tinha vindo: em todas as minhas audiencias posteriores á entrega me fazia o Santo Padre mil elogios da pessôa de V. Ex., e ás vezes exclamava: Grand'uomo! Grand'uomo! Fortunato Monarca!

Eu insisti continuamente até me render tedioso, sobre o negocio que agora vemos ultimado, e quando o papa se inquietava commigo, reasserenando-me lhe pedia perdão, dizendo-lhe, que o meu nascimento e o meu caracter me obrigavam a tal excesso.» 1)

Pombal lhe respondeu a 14 de Setembro: «O correio Joaquim Pereira Velloso veiu encher toda esta Corte de inexplicavel jubilo com o despacho da propria mão de V. S. que serviu de coberta á

1). L. c. p. 182.

desejada bulla da supressão e extincção dos antes chamados jesuitas. Ella na sua decisão poz termo ao maior negocio, que hoje tinha a Egreja de Deus e todas as monarchias, soberanias e povos do universo; e na sua deducção contem uma demonstração geometrica, não só dos exuberantissimos motivos que faziam de indispensavel necessidade a extirpação de uma Ordem tão perniciosa, mas tambem dos apostolicos, paternaes e illuminados meios, que conduziram o incomparavel espirito de Sua Santidade a um tão grande e desejado fim. Assim o deve V. S. significar logo ao Santissimo Padre, em nome de El-Rei meu Senhor, emquanto Sua Magestade não o faz com as proprias expressões do seu filial reconhecimento; segurando V. S. ao Santissimo Padre, que o mesmo Senhor se conformou logo com a pia e illuminada exhortação da mesma bulla, mandando immediatamente publicar para a execução della a lei, de que ajuntarei dois exemplares a esta carta: e recommendando pela circular, de que tambem remetto copia, a todos os metropolitanos, Diocesanos e Prelados ordinarios e regulares destes reinos e seus dominios, a mesma execução no que lhe pertence, e as acções mais solemnes de infinitas graças a Deus Nosso Senhor pela restauração da paz evangelica e do socego publico de toda a christandade.

O mesmo correio entregou todos os outros despachos, declarados na relação inclusa na outra carta de V. S. que principia: «Serve esta de coberta.»

Ao dignissimo e nunca assás louvado Monse-

nhor Macedonio farei logo resposta. E satisfarei mui gostosamente ao mais que V. S. me tem recommendado.» 1)

E' bem differente o que historiadores, aliás de nota, referem a respeito. Assim escreve H. Schaefer no 5º volume de sua Historia de Portugal: «Afinal Clemente, recolhendo-se na solidão, poz hombros á tarefa difficil, independente e conscienciosamente. Já aos 28 de maio, dous dias antes de Pentecostes, entrou num retiro de duas semanas, durante o qual só assistia ás funcções ecclesiasticas, sem dar audiencias aos ministros das Côrtes. Feito um segundo retiro espiritual, começou a estação balnear, que se prolongou até agosto; tambem neste tempo não recebeu ninguem, fóra o secretario do Estado. Neste retiro elaborou, no maior sigillo, com o cardeal Zelada, a bulla da suppressão, cuja minuta já tinha feito aos 22 de novembro do anno passado, e assignou-a, muito tranquillo, a 26 de julho, sem a publicar logo. Os embaixadores sabiam, conforme refere o cardeal Bernis na data citada, que o papa queria nomear em breve uma commissão para os negocios da Companhia extincta (de rebus extincta e Societatis Jesu).» 2)

Os adjectivos que attribuem ao papa tamanho socego, estão tão acumulados nesta descripção que se torna difficil acreditar. As datas todas são falsas e os factos outro tanto. O papa não precisava dum

1). P. 218.

2) p. 372. E' quasi ao pé da letra a descripção de Theiner, Historia do pontificado de Clemente VIV, II, 339, com os mesmos erros de datas e factos.

retiro para elaborar a bulla, porque apenas precisava cortar a clausula que dizia respeito aos bens da Companhia destruida.

Deixemos, porém, ao papa, cuja memoria foi bastante atormentada tanto por aquelles que o descrevem á guisa de Schaefer, como por os que o fizeram morrer desesperado. Occupemo-nos algo com o Portugal do tempo destes acontecimentos.

A 17 de setembro de 1771 escreve Lebzeltern a Kauniz «Do facto que foram atiradas algumas pedras contra Pombal, querem concluir uma excitação dos espiritos, attribuindo-a aos jesuitas que estão nos ultimos. Mas parece-me muito mais provavel que vem daquellas pessôas que durante annos aguardaram dia e noite nas antecamaras do ministro omnipotente o momento de obter justiças; confirmase esta supposição, pois viram entre aquellas pessôas o criminoso que alguns dias antes do seu attentado, quando pediu licença de entregar uma supplica, fôra posto na rua por creados e guardas. Do mesmo geito procede o ministro contra toda a nação sem exceptuar a nobreza nem os magistrados. Ha annos que não conhecemos negocio algum despachado, o que explica o descontentamento commum e grande, e a desordem e indecifravel confusão na administração, sendo os postos de maior importancia vagos. Podia allegar mil exemplos da inactividade do ministro. O unico negocio que lhe merece attenção é a extincção dos jesuitas. A intensa actividade de que acima falei foi a compilação de uma nova obra, um grande infolio o qual, conforme elle mesmo diz, ha de abrir os olhos a todo o mundo a respeito da

Companhia de Jesus: será o golpe de graça. Já nos prometteu esta obra.» 1)

As queixas se repetem. As 11 de dezembro escreve o mesmo embaixador: «Aqui pesa sempre mais a inactividade do ministro que vai augmentando e o unico assumpto da conversa são as prisões feitas nos ultimos dias em grande numero.» 2) A 16 de fevereiro:» Pombal está em Oeiras e, por isso, a administração está parada.» 3) E a 20 de julho está na Granja, onde o rei lhe doou, ha pouco, uma terra da extensão de algumas leguas. 4)

Negam alguns que Pombal odeou a Companhia de Jesus, mas perante estes factos entendemos como o ultimo biographo do marguez póde falar da «sua idéa fixa do odio aos jesuitas.» 5) O mesmo autor diz em outra occasião: «A derruir este abalado edificio consagrou Pombal todo o potente esforço da sua vontade, e, bem se póde dizer, nunca mais aturada energia trabalhou ao serviço do odio.» 6)

Não falamos das humilhações que o Papa soffreu na esperança de escapar á suppressão da Companhia, nem da promoção do irmão do ministro ao capello cardinalicio, da creação dos novos bispados no unico intuito de prover ás creaturas indignissimas de Pombal. O conde Walpole, representante da

1) Archivo de Vienna.

2) L. c.

3) L. c.

4) L. c.

5) J. Lucio de Azevedo. O marquez de Pombal e a sua época, pag. 397.

6) Os Jesuitas no Grão-Pará, pag. 298.

Gran-Bretanha na côrte dc Lisbôa chegou a dizer: «Desde a instituição do papado, não se viram cousas semelhantes.» [1])

Mas como foi o golpe de graça contra a Companhia recebido em Portugal? A bulla foi ás pressas, mandada pela secretaria a todas as partes do paiz com a ordem de ser registrada e executada. Lebzeltern escreveu a 7 de setembro de 1773 A suppressão da Companhia causou a Pombal uma alegria que não se póde descrever. Attribue a si mesmo a maior parte do feliz resultado tendo-se em conta do homem que illuminou o nosso mundo a respeito dos damnos e ruinas infligidas por esta ordem.» [2]) E a 21 do mesmo mez refere á sua Corte: «Hoje foi publicado sob o rufar dos tambores e ao soar dos clarins a ordem de illuminar a cidade durante tres dias o mais brilhantemente possivel. Para que nenhuma casa fique sem luzes, ameaça-se aos que não observarem o edicto, a multa de 10 fl. e dous mezes de prisão. Na carta de lei que acompanha a bulla da suppressão, manda-se a todos os conventos depol-a numa caixa a tres chaves para memoria eterna de todos os tempos vindouros.» [3])

Os jesuitas existentes ainda nas enxovias de Lisbôa, tiveram que sentir nesta occasião o odio do seu perseguidor. «Convocados por ordem delle, em frente da prisão, foi-lhes lido o breve na presença de duas companhias de soldados; mas como o es-

---

1) J. du Hamel Breuil, Pombal, (Revue historique, 1890). pag. 295.

2) Arch. Vienna.

3) L. c.

crivão que acompanhava o magistrado nomeado para a execução, não podia com a leitura, um dos presos devia fazel-a. Finda esta, arrancaram-lhes os ultimos trapos da roupeta com que estavam cobertos e, no meio da soldadesca e de um populacho numeroso, vestiram-nos com uma especie de blusas formadas de tantos pedaços de côres differentes que pareciam clowns.

Depois de infligir-lhes esta indecente humilhação, tiveram o descaro de dizer aos padres abysmados em magua, que não lhes assentava bem dar o mais leve signal de tristeza, emquanto toda a cidade, todo o reino e todo o universo manifestavam a sua alegria sobre o grande acontecimento; seria do agrado de Sua Magestade mostrar alegria, em caso de contravenção passariam por criminosos do Estado. Com allocução tão estranha fizeram-n'os reconduzir aos seus antros tenebrosos.» [1])

Um dos jesuitas que pagou a sua actividade apostolica entre os cafres com os soffrimentos de uma estada de 18 annos na torre de S. Julião, escreve. «No nosso forte, em Lisbôa e em outras partes cantaram Tedeums, mas nós pobres choravamos e gemiamos. Durante muito tempo não podiamos consolar-nos ficando sem vontade de comer ou beber e finalmente já não podiamos reconciliar o somno. O commandante veiu consolar-nos, mas vendo que não alcançava nada, raivoso bateu com o pé dizendo que o rei não queria choros por causa da extincção dos jesuitas. Ninguem chorasse mais, nem

---

1) Anecdotes du Ministere du Marquis de Pombal, pag. 458-9.

fosse visto de olhos arrasados de lagrimas. Devéras, uma ordem estranha! Como que pudessem prohibir ao filho chorar pela perda da mãe querida! 1)

O povo portuguez não manifestou a sua opinião, porque sob o governo de Pombal palavras segredadas ao ouvido dum amigo já eram perigosas. Uns incautos comtudo se arriscaram a manifestar compaixão com os perseguidos, mas Pombal achou o remedio. Quando os Padres já estavam desnaturalisados e expulsos, havia 9 annos, escreveu ao Conde de Azambuja:» «Ordena S. M. que V. Exc., sem dar o mais leve indicio de que desconfia de pessôa alguma, faça as mais exactas diligencias, para averiguar, se ha alguma pessoa que tenha communicação com os jesuitas, ou seus factores ou se falam a seu favor em conversações, condemnando a sua expulsão; e sendo seus panegyristas os faça logo prender em segredo, para serem processados na forma das ordens, que foram expedidas á data de 4 de novembro de 1759 e isto com a maior actividade, para escarmentarem alguns cégos illudidos, que por ahi haja.

Se forem ecclesiasticos regulares, ou seculares tambem, V. Exc. deve ter com elles o mesmo procedimento de prisão e segredo rigorosissimo, e, qualificadas as culpas, remettel-os nas náus com os seus processos, mandando fazer nas mesmas náus commodos nas partes que se julgaram mais vedadas de gentes, para se remetterem a esta côrte á ordem de S. M., declarando aos capitães de mar e guerra, que

1) Murr, Geschichte der Jesuiten unter der Staatsverwaltung des Marquis von Pombal. Neus Ausgabe, pag. 161.

de toda communicação que elles tiverem, que não seja com a pessôa que lhes destinarem para lhes dar de comer, se farão responsaveis na presença do mesmo Senhor, ainda da mais leve relaxação que houve desta real ordem. Previno a V. Exc. que esta qualidade de réus devem ser observados na hora mais escusa da noite e pelas mesmas pessôas que V. Exc. tiver destinadas para tratar delles por não passar o segredo do embarque a outras pessôas.» [1])

O clero mesmo, em grande parte assalariado pelo ministro, estava eivado pelo pernicioso ensino de Coimbra. «O clero não deu nenhum signal de improbação aos que se tinham destinguido em odio contra Roma e os que se tinham manifestado os mais fervorosos promotores do schisma. Retinham no carcere grande numero de religiosos e a nação acabou por escandalizar-se pela attitude do pontifice.»

Tal clero não havia de reclamar contra a suppressão de uma Ordem alcançada pelos esforços do ministro omnipotente. Contentemo-nos, portanto, com as vozes que dos subterraneos terriveis da torre de S. Julião se levantaram a respeito da extincção da Ordem: os ultimos jesuitas em Portugal que, longe de inculparem a mão humana, acceitaram, ainda que tristes e maguados, a morte da Ordem querida, sujeitando-se á Providencia que os guiou no sertão do Brasil e da Africa como nas garras de Pombal.

---

1) J. B. Hafkemeyer, Victimas da calumnia. Petropolis, 1912. pag. 16—17.

VI. A AUSTRIA

Na medida disciplinar que tocava á Egreja Universal, a primeira côrte catholica devia ter influencia, tanto mais que o throno do Imperio estava occupado por Maria Thereza. Muito se escreveu sobre a parte que teve esta soberana na suppressão da Companhia. Dizem uns historiadores que Maria Theresa, finalmente, se convenceu da necessidade de abolir a Ordem. Outros motivam o consentimento della pela historia celebre da confissão atraiçoada. As redacções desta historieta são differentes como sóe ser nas calumnias. Segundo uns, o confessor manifestou uma confissão da Imperatriz ao Geral da Ordem; conforme outros ao rei da Hespanha; todos, porém, attribuem a historia pouco provavel a um padre que nunca foi confessor da Imperatriz ou até a um padre que nem existiu.

Os historiadores que trataram *ex professo* da historia de Maria Theresa, ou recusam a historia ou não falam della. Arneth escreveu uma obra de dez volumes sobre Maria Theresa, mas nem palavra diz

desta confissão. B. Duhr viu no archivo secreto de Vienna toda a correspondencia da côrte dos annos de 1768-1774, sem descobrir nem sombra da confissão. Pesquisou no archivo de Simancas com o mesmo resultado. Perguntou ao cavalleiro de Arneth sobre o caso e recebeu a resposta que nem elle tinha achado vestigio qualquer da calumnia. [1])

Sem outra prova qualquer, esta affirmação da primeira autoridade na historia de Maria Theresa seria sufficiente para eliminar a calumnia. Mas a exposição historica das negociações com a côrte de Vienna constituirá argumento solido contra a invenção calumniosa de tempos posteriores.

Quando Carlos III expulsou pela pragmatica Sanción os jesuitas da Hespanha, já era de interesse pare o governo hespanhol conhecer a disposição da Imperatriz e dos ministros della a respeito dos jesuitas. A 22 de julho de 1767 escreve o ministro hespanhol em Vienna, Conde de Mahony, ao Secretario do Estado, Grinaldi, em cifra: «E' certo que a Imperatriz doente se confessou com o prelado de S. Dorothéa, Milyer. Já antes se tinha confessado algumas vezes com elle, porque tem maior confiança nelle do que no proprio confessor, Kampmiller, o jesuita que é muito velho e algo mouco. Estando este na antecamara para confessar a Imperatriz doente, esta mandou dizer-lhe precisar no seu estado critico de um confessor que lhe ficasse ao lado tambem durante a noite. Por isso escolheu o prelado, bastante novo e forte. O velho jesuita ainda está na côrte sem exercer o seu officio, mas não está exo-

1) B. Duhr, „Jesuitenfabeln," p. 51-2.

nerado. A Imperatriz não ama os jesuitas, mas tolera-os; o Imperador mais tarde não os ha de tolerar. Os jesuitas daqui são bastante talentosos; parecem mais simplorios do que astutos e politicos. Quando, ha pouco, em casa de Kaunitz, se falava, á mesa, da expulsão dos jesuitas da Hespanha e de Portugal, Kaunitz notou: «Bon, bon. Nos Jésuites d'Allemagne sont d'une autre espèce; ils n'ont pas même l'esprit de se faire chasser.» 1)

A 2 de dezembro de 1767 Mahony escreve: «A fallecida archiduqueza Maria Josepha que, havia alguns mezes, tinha por confessor um dominicano, desejou na ultima doença confessar-se com o seu anterior confessor, um jesuita. A Imperatriz me disse que não queria oppôr-se a tal desejo.» 2)

Entretanto o conselho de Estado de Madrid resolvera pedir em união com Portugal a suppressão da Companhia. Numa carta de Madrid, de 8 de dezembro de 1767, provavelmente de Grimaldi a Choiseul, lê-se: O conselho de Estado entende que não alcançaremos do Papa a suppressão por bons modos e da violencia: uma guerra aberta que Pombal quer, occupando os territorios papaes, parece violencia demasiada. Aqui querem persuadir a côrte de Vienna que peça unida comnosco a suppressão na côrte de Roma, ajuntando cada uma das côrtes alliadas as ameaças que no momento parecem convenientes. E' de importancia cabal ganhar a côrte de Vienna. Tenho autorisação de encaminhar este passo pelo embaixador e parece desejavel que a França

---

1). Orig. Sim. Estados 6503. Cf. Duhur, l. c.
2). L. c.

faça o mesmo pelo embaixador respectivo: ambas as côrtes devem manobrar de acordo em assumpto de tal monta. 1)

Já em 28 de dezembro de 1767 refere Mahony destes empenhos a Grimaldi: falou com a Imperatriz a respeito da Companhia. Não quer responder antes de deliberar com os ministros. De tudo que disse conclue que não ha de unir-se com as côrtes no pedido da suppressão, mas nem vai resistir ás insistencias das outras côrtes. 2) Manda Mahony novas aos 9 de fevereiro de 1768. Teve uma audiencia sobre os jesuitas. A Imperatriz deseja estar de acordo com as côrtes, mas não lhe foram communicados os motivos do pedido. Entende que as potencias tão catholicas devem ter bons motivos para a expulsão dos jesuitas; mas a Imperatriz não pode proceder nem nas suas proprias terras, nem nos estados da Egreja, contra religiosos sem mancha no seu paiz, bem que fossem accusados de crimes em outras partes, crimes que aliáz nunca foram publicados. Não fará, porém, nada contra os jesuitas. Como as côrtes estão-se esmerando tanto que se lhes ajunte o imperio, devem estar contentes com esta offerta de se não oppôr ella ao pedido dos alliados.

O proceder das côrtes catholicas é illustrado muito bem pelos motivos allegados por Kaunitz contra a insistencia do embaixador hespanhol. As côrtes, sem duvida, tinham communicado a Kaunitz todas as actas contra os jesuitas. Este, porém, declara que falta qualquer motivo para proceder contra a Ordem.

1). Simancas. Estado 4568.. C f. Duhr, l. c.
2) Simancas 6503. C. f. l. c.

A conclusão parece licita, que os motivos allegados não valiam muito.

Mahony refere-se no mesmo despacho: Kaunitz disse ainda; se as côrtes justificam a expulsão da Companhia com as perturbações excitadas por ella, a Imperatriz não tem esta razão para proceder, pois nos seus paizes os jesuitas nunca foram turbulentos. Viu alguns documentos de Portugal que não satisfizeram o seu desejo de se informar sobre este ponto; as accusações nos edictos do rei da Hespanha são vagas e sem a clareza necessaria. As maximas perniciosas assacadas aos jesuitas são as mesmas que lhes foram assacadas, ha um seculo, quando a Companhia de Jesus estsva tão florescente na Hespanha, França e Portugal. [1])

O embaixador hespanhol opina que o parecer de Kaunitz de não serem os jesuitas da Allemanha turbulentos como os de outras terras, seja refutado pela expulsão da Bohemia e Maehren em 1618 e 1619. Mas esquece-se ajuntar que foram os inimigos figadaes de Habsburgo e manifestamente rebeldes que expulsaram a Ordem.

A conclusão de Mahony é: Por ora não acho nenhuma inclinação nem da parte da Imperatriz, nem dos seus ministros de expulsar os jesuitas dos paizes austriacos e muito menos de exigir a suppressão da Companhia em Roma. Se quizermos alcançar isto, é força porpôr motivos convincentes. Por emquanto não resta senão acceitar a offerta da Imperatriz ratificada pelo principe Kaunitz em nome della ao embaixador

1) Simancas. Estado 6504. Cf. l. c.

francez e a mim. [1]) Kaunitz julga que as côrtes não hão de alcançar nada do nosso Papa, mas que será mais facil no tempo do conclave. Um anno mais tarda a disposição da Imperatriz era a mesma. Aos 22 de março de 1769 o embaixador escreve: A côrte continúa na sua indifferença a respeito dos jesuitas e no proposito de não fazer nada nem em prol nem contra. Imperador e Imperatriz desejam a suppressão, como se suppõe, mas a Imperatriz não o diz claramente; ainda está sob o influxo de impressões anteriores favoraveis aos jesuitas e de uma affeição antiga, herança da casa d'Austria embebida com o leite materno. [2])

Eguaes são os despachos do nuncio papal Visconti, que escreve aos 16 de dezembro de 1769 a Roma: A Imperatriz declarou não ter motivo de queixa dos jesuitas; caso o Santo Padre julgue necessario supprimil-os, será a primeira a acceitar tal medida. Assim declarou repetidas vezes. E a 3 de setembro de 1770 escreve ainda o mesmo. [3])

As côrtes borbonicas queriam obter mais. D'Aubeterre diz num despacho dos 17 de 1767: «Seria absolutamente necessario que a côrte de Vienna entrasse no conluio. Emquanto ella não falar, estaremos sempre no mesmo ponto: apresentam ao Papa a pretenção da côrtes borbonicas como injusta, pois, não tendo mais jesuitas nas suas proprias terras, querem ainda tiral-os aos outros soberanos que estão conten-

1) L. c.
2) L. c. 6505.
3) Roma. Vatic. Nunz. di Germ. n. 389. Cf. Duhr, Die Etappen, l. c.

tes com a conducta destes religiosos e não acham nada de mal nelles.» [1])

Mas apezar de todas as intrigas, Maria Thereza não se adiantou mais. O mesmo d'Aubeterre escreve a 27 de janeiro de 1768:

«A Imperatriz declarou positivamente ao nuncio do Papa que, emquanto ella viver, os jesuitas não têm que recear nada nos seus estados. Confirmou-o numa carta escripta ao Geral.» [2]).

Em Roma espalharam a noticia de que a Imperatriz exigia tambem a suppressão da Companhia, mas o nuncio de Vienna desfez logo esta invenção já contestada pela Imperatriz em despachos proprios a differentes côrtes.

Dos annos seguintes podemos allegar alguns factos que manifestam quanto Maria Theresa estimava o seu confessor. O livro do tombo da que foi egreja da casa professa de Vienna, nota para o dia 14 de outubro de 1771 «jubileu sacerdotal e missa do P. Ignacio Kampmiller, antes confessor da Imperatriz Maria Theresa. Celebrou-se esta festa commovente ás sete e meia na presença da Imperatriz e de varios membros da casa imperial no oratorio de S. Ignacio. O archiduque Maximiliano ajudou a missa .A Imperatriz deu nesta occasião uma casula e uma almofada para o altar feitas por ella mesma. [3])

Maria Theresa, ao receber a minuta do breve da suppressão pelo rei da Hespanha em março de 1773, repetiu que não achava razão para mudar de

1) Carayon, Documents. XVI, 411.
2) Duhr, l. c. 64.
3) Cf. capitulo precedente.

parecer. Escreve-o na carta de 4 de abril de 1773 ao rei da Hespanha, declarando-se prompta a acceitar o breve, mudadas as determinações sobre bens dos jesuitas. [1])

Esta carta ajudou muito a suppressão, contra a vontade da sua autora, pois o ultimo argumento a que o Papa se aferrára contra Monino, fôra a opposição da côrte austriaca.

Em Vienna continuou a Imperatriz a mostrar-se contente com os jesuitas. Conforme P Ignacio Parhamer, o confessor do Imperador, escreve ao P. Rhomberg em Roma, aos 26 de abril de 1773, a Imperatriz declarou que não se unia ás côrtes borbonicas por não lhe parecerem bons os motivos allegados por ellas. Está contente com a Companhia, que nas terras da sua corôa é util e necessaria para o Estado como para a Egreja. Caso o Papa supprima a Companhia, Maria Theresa vai sujeitar-se. O Imperador diz o mesmo. Mas parece que o Papa já decretou a suppressão. [2])

Quasi duas semanas antes de chegar a Vienna o breve da suppressão, escreve o conhecido astronomo, P. Maximiliano Hell, em 18 de Agosto de 1773, a P. Meyer: «Estamos aqui muito tranquillos sob a protecção dos nossos soberanos e, longe de falar da nossa suppressão, carregam-nos de beneficios mais

---

1) Simancas Estado 5043. cf. Duhr, l. c.

2) A carta fecha: Aliter animi tranquillitatem conservare non possum quam quod me quotidie Deo offeram ad omnia perferenda... Certe multi viri graves Consiliarii ac Ministri aulæ nostræ hac procedendi adversos Societatem ratione graviter offenduntur apud quos S. Patris auctoritatem et honorem tueri omnibus viribus ut æquum est laboramus.» Ex manusr. Soc.

do que nunca. Eu mesmo acabo de receber uma nova prova de benevolencia da Imperatriz, sem a ter pedido e até sem pensar em tal. Sua Magestade augmentou motu proprio o meu salario para 700 fl. annuaes, escrevendo ella mesma um bilhete ao Conselho do Estado, em que me elogia como homem benemerito. O P. Provincial recebeu os noviços como sempre e muito mais do que nos annos passados. [1])

Chegando o breve a 30 de agosto a Vienna, a Imperatriz, afflicta, communicou-o primeiro ao seu velho confessor Kampmiller. Só agora o prelado de S. Dorothéa foi nomeado confessor da Imperatriz. A 18 de setembro o embaixador hespanhol escreve a Madrid: O confessor da Imperatriz, um ex-jesuita já muito velho, retirou-se para um convento e foi substituido pelo prelado de S. Dorothéa... que já era o director espiritual da soberana de alguns annos para cá sem o titulo. [2])

A 30 de agosto Maria Theresa escreveu ao seu filho, o archiduque Fernando: «Acabo de receber por um proprio a suppressão dos jesuitas. Confesso que a noticia me infligiu dôr, pois só vi nelles o que me edificou.» [3]) Numa carta de 13 de setembro diz cheia de compaixão: «Os nossos padres jesuitas foram mudados aos 10 deste mez. Com grande louvor delles devo dizer que acceitaram este golpe com toda a sujeição e humildade.» [4])

1) Sim. Est. 4590. Cf. Duhr, l. c.
2) Sim. Est. 6509.
3) Arneth, Briefe I, 228.
4) L. c. p. 229.

Os embaixadores das côrtes borbonicas em Vienna ficaram muito incommodados ao verem que a Imperatriz continuava de conservar aos jesuitas a sua benevolencia. Confiou-lhes beneficios mesmo contra o parecer do novo confessor que estava na vanguarda do partido adversario: «A Imperatriz que, depois da suppressão, deu aos extinguidos muitos signaes de benevolencia, quer por affeição, quer por politica, confiando-lhes prelaturas, canonicatos e parochias, accedeu, por insistencia do nuncio, de não lhes dar dora adiante a cura de almas.» [1])

Em outubro de 1774, porém, Mahony refere de novo que a Imperatriz continua a proteger os ex-jesuitas: homens que envergaram a roupeta da Companhia, que são os seus ardorosos defensores e que a chamam de mãe, são admittidos á presença da Imperatriz e favorecidos por ella. [2])

Não era Maria Theresa a unica que lastimasse a suppressão da Ordem. Publicaram-se muitos testemunhos de bispos em prol dos jesuitas. Allegamos apenas um requerimento do cardeal Migazzi, arcebispo de Vienna, tanto mais precioso porque este prelado ao iniciar a sua administração censuráram francamente alguns jesuitas. Alguns historiadores o fazem adversario da Ordem e fautor do projecto das côrtes. Alguem lhe attribue o ter convencido a Imperatriz da necessidade da suppressão. De facto pouco antes da suppressão entregou á Imperatriz o seguinte requerimento com a data de 29 de abril de 1773: «Não sei o que Sua Santidade ha

---

1) Orig. Sim. Est. 6510.
2) L. c. 5076, Cf. Duhr, Jesuitenfabeln, p. 67.

de determinar a respeito dos padres da Companhia de Jesus, mas o boato da suppressão da Ordem que sempre toma maior vulto, obriga-me a propôr a Vossa Magestade Imperial e Apostolica algumas considerações.

Não é minha tarefa inquirir no comportamento destes padres em outro paizes, mas só quero falar do que diz respeito á diocese que me foi confiada. Não posso deixar de expôr a V. M. o bem que os padres da Companhia fazem á minha Egreja e os *damnos que seriamente receio pela sahida* delles.

V. M. é habilitada a julgar os padres que na capella imperial officiam e prégam. A justiça exige a confissão que tanto na egreja principal de S. Estevam como nas outras em que estão desempenhado o officio de prégadores, são arautos distinctos do Evangelho. No confissionario possuem grande confiança; nas suas egrejas a devoção é favorecida por diversos e repetidos exercicios que todos recendem decencia, ordem e edificação.

Toda a cidade é testemunha com que caridade incançavel assistem aos doentes e moribundos e eu melhor do que outro posso testemunhar os fructos de piedade e penitencia alcançados por suas missões na campanha.

A educação da mocidade, o ensino de sciencias e bons costumes é a principal tarefa dos sacerdotes da Companhia. E' este trabalho um dos mais necessarios para a religião como para o Estado. Ninguem ha de negar que os jesuitas têm uma serie ininterrompida de homens distinctos em todas

as sciencias, porque as obras editadas por elles são testemunhos eloquentes.

Caso esta Companhia se dissolver, quem vai tomar o logar daquelles padres? Que despezas se hão de fazer? Quantos annos temos que esperar até supprir a falta produzida pela suppressão?

Se ha alguma duvida a respeito das Constituições da Companhia, mande V. M. revistal-as e exigir a execução rigorosa das approvadas.

Tenham um superior em logar do geral, que resida na capital de V. M. do qual defendam os outros superiores. Nos negocios da Ordem esteja sujeito ao bispo que V. M. determinar; nas funcções sacerdotaes todos se sujeitem ao bispo diocesano. Pouco importa o nome e o traje — andem vestidos decentemente e chamem-se clerici regulares.» 1)

As previsões do prelado verificaram-se em poucos annos. Tendo as ruinas deante dos olhos, fez o mesmo cardeal novos esforços para restabelecer de qualquer forma a Ordem, como veremos.

1). Stimmen aus Maria Laach. V. 38 (1890), p. 491 — 2.

VII. DEPOIS DA SUPPRESSÃO.

O «mysterio da iniquidade», como chamava Pio VI á suppressão da companhia, estava consummado. Os jesuitas, fieis ao seu voto de prestar obediencia ao representante de Christo na terra, inclinaram a cabeça soffrendo o golpe cruel. Despiam a roupeta, depunham o nome, e os sacerdotes entregavam-se aos bispos para servir á discreção delles nos misteres sacerdotaes. Obedeciam ainda no preceito mais pesado que o breve da suppressão lhes tinha imposto, de não escrever nada contra o acto do papa.

Mas nem o papa podia prohibir qua a maior parte dos jesuitas estivesse penetrada do amor mais fundo da sua Ordem. Levaram-no para o mundo e mais de um legou-nos testemunhos deste amor, depoimentos preciosos porque demonstram claramente que a suppressão não era necessaria. Cordara escreve: «Chamo a Deus e a todos os santos por testemunhas que, nos mais de 50 annos passados na Companhia, notei em um ou outro defeitos, mas na

direcção e disciplina commum da Ordem só vi o que levava á humildade, ao amor da pobreza, desprezo da terra, emfim, á perfeição da vida christã e religiosa. E de mim mesmo confesso estar longe da santidade, mas só por minha culpa, pois as admoestações dos superiores, os exemplos dos meus irmãos e os exercicios continuos de piedade só inculcavam santidade.» 1)

Outro ex-jesuita, o P. Denis, a quem foram confiados pela Imperatriz Maria Thereza os postos de maior confiança, escreveu a sua autobiographia. E' a descripção singela de sua vida na Ordem, resumida em outro logar pelo autor nestas palavras: «Vivi desde o anno de 1747 até a supressão uma vida contente sem cuidados, no meio de exemplos de virtude e trabalho, aprendendo e ensinando e, nem agora me lembro de qualquer defeito que, descoberto pelos superiores, não fosse censurado.» 2)

Restava repartir os bens da Ordem extincta. Nos paizes borbonicos a tarefa já estava acabada. Em Roma uma commissão nomeada para este fim, desempenhou-se do seu trabalho de maneira semelhante como um Pombal e um Aranda. Os thesoiros sonhados não appareceram em parte alguma, apezar dos esforços e das excavações feitas em Roma como em muitos outros logares.

O Geral da Companhia e os seus assistentes, porém, não gosavam dos direitos de seus subditos: presos immediatamente, não tanto por ordem do papa, com por instigação da Hespanha e de Portu-

1). Döllinger Beiträge III, 7 c. f. P. 66 s.
2). Lesefrüchte, I, 194.

gal, foram encerrados no castello dos Anjos. Inquéritos não houve a não ser que lhes perguntaram pelos thesoiros escondidos da Ordem. O verdadeiro motivo da prisão era a vontade dos soberanos da peninsula. Quantas vezes Pombal tinha escripto: «Contra o dito Geral e seu conselho he que o castigo parece indispensavel, porque sendo huns meros particulares, sem alguma autoridade publica para fazerem guerra, e tendo feito tantas ás tres Monarchias queixosas, com tantos insultos e com tão notorias hostilidades, quantas são as que se têm feito publicas a todo o universo, se acham reduzidos á classe dos piratas e dos grassadores e salteadores de caminhos, inimigos communs do genero humano; como taes reus da justiça universal de todas as nações, pelos direitos divino, natural e das gentes, e por isso sujeitos a serem punidos em qualquer territorio ou logar onde se apprehenderem.» 1)

Por causa dos reis o P. Ricci ficou preso até a sua morte. Sentindo-a perto, pediu os santos sacramentos e, depois de receber o Viatico, fez a seguinte solemne declaração: «Prompto para apparecer diante do tribunal da verdade infallivel, depois de implorar o misericordiosissimo e inexoravel Juiz em humilde oração que não me deixe arrastar por qualquer paixão; sem azedume do coração, mas unimente por me julgar obrigado a fazer justiça á verdade, declaro A extincta Companhia de Jesus não deu motivo á sua supressão. Declaro-o com a certeza moral que o superior bem informado pode ter a respeito do que se passa na sua Ordem. Decla-

1). Collecção III, p. 144.

ro que nunca dei o minimo motivo para a minha prisão. Declaro-o com a maior certeza e evidencia que cada um tem das suas proprias acções. Declaro-o unicamente por causa da Companhia de Jesus, cujo Geral eu fui. Aliás não quero que alguem, apoiado nesta declaração, antecipe o juizo de Deus, declarando réu a qualquer um dos que fizeram mal á Companhia ou a mim, como eu me abstenho destes juizos, pois é Deus que julga os pensamentos e movimentos dos corações. E, para cumprir os deveres de christão, declaro que, com o auxilio da graça, sempre perdoei e perdôo sinceramente a todos que me offenderam, commettendo a injustiça contra a Companhia, destruindo a Ordem, mettendo-me a mim na enxovia e deshonrando assim o meu nome. Imploro a Deus pelo merecimentos de Jesus Christo que perdôe os meus peccados e que perdôe aos autores e auxiliares de todas aquellas injustiças. Quero morrer com estes sentimentos e com este pedido no coração.» 1)

A commissão encarregada da suppressão estava contente com a morte do Geral e soltou os padres que lhe tinham partilhado o carcere. Estes, porém, antes de voltarem á liberdade, deviam jurar de não falar dos ridiculos inqueritos por que tinham passado. Tanta vergonha ao menos ainda tinham os Alfani, Macedonio e Buontempi.

---

1). Este testemunho foi pela primeira vez impresso em Murr, Journal zur Kunstgeschichte IX, 270. (Nürnberg, 1780) Depois em Ravignan, Clément XIII et Clément XIV. 1,388 e em muitos outros livros.

Grande parte dos jesuitas hepanhoes e portuguezes viviam na Italia. A unica mudança que a suppressão lhes trouxe foi que deviam despir a roupeta. Como antes recebiam dos seus governos o cruzado por dia, sob a condição de não falarem nem uma palavra contra os seus benignissimos soberanos.

A dôr desses homens exprimem-na poucas palavras do diario de uma testemunha ocular. «Já não ha Companhia de Jesus; já morreu nossa ternissima mãe; já deixamos de ser *jesuitas, obrigados a despir* a nossa amada roupeta. — Não se ouve outra cousa que estas dolorosissimas expressões em nossas casas e em todos os recantos dellas, acompanhados de uma dôr e amargura inexplicavel e de rios de lagrimas. E' esta dor que vara o nosso coração, que o supprime e suffoca — não os trabalhos e miserias que podem vir sobre nós. Acabou a Companhia! é isto qne rouba o somno aos nossos olhos e todo o gosto aos nossos sentidos. 1)

Os jesuitas da Austria sujeitaram-se, sem hesitar um instante só, ao breve da suppressão. A amizade da Imperatriz alliviou-lhes o duro golpe, porque os sacerdotes acharam collocações correspondentes a suas habilidades. O embaixador hespanhol queixou-se desta benevolencia para com os proscriptos, mas a Imperatriz não lhe deu importancia, pois em outubro de 1774 Mahony refere outra vez á Côrte de Madrid: homens que envergaram a roupeta da Companhia, que são os seus mais ardorosos de-

1). P. Luengo, Diario. V. VII, p. 77.

fensores e que a chamam a sue mãe, são admittidos á presença da Imperatriz e favorecidos por ella. 1)

Otra feição tomou, porém, a questão da suppressão em dous paizes que não reconheciam a jurisdicção do papa. A Prussia e a Russia se oppuzeram á promulgação do breve papal. Frederico II quiz conservar os mestres da mocidade catholica dos seus territorios e deu aos jesuitas ordem de continuar os seus trabalhos, prohibindo aos bispos a promulgação do breve da suppressão. A diplomacia hospanhola e os seus amigos começaram uma campanha activa contra o projecto do rei, denunciando ao mundo os jesuitas da Prussia como rebeldes contra a vontade claramente expressa do Summo Pontice. Publicadas, porém, as cartas que Frederico escreveu neste negocio, não lhes restou outro meio senão supplicar o papa que, por meio de pedidos, levasse ao rei da Prussia á razão. Frederico, instado tambem pelos jesuitas mesmos, consentiu finalmente na promulgação do breve e os jesuitas da Prussia secularizaram-se como os outros.

Não se rendeu, porém, a Semiramis do Norte. Tinha Catharina da Russia jesuitas na Russia branca, provincia recem adquirida na divisão da Polonia. Apenas souberam os jesuitas desta provincia da suppressão, despacharam parte de sua gente e especialmente os escolasticos á Polonia. Nisso o Superior recebeu um officio do vice-governador da Russia Branca dizendo que tem a ordem de assegurar aos jesuitas, em nome da Imperatriz, a constante protecção della. Depois de prometter solemnemente a to-

1). Simancas, Estado 5075.

dos os habitantes das provincias annexas o *statu quo* antes, a Imperatriz julga não poder contar mais com a fidelidade de seus novos subditos, caso falhe á sua palavra, e particularmente caso não proteja a Companhia de Jesus tão util a este paiz.

Como já corriam mundo noticias de rebellião dos jesuitas da Russia, os padres fizeram um requerimento á Catharina supplicando a promulgação do breve. Em resposta a Imperatriz mandou dizer aos padres ficassem em statu quo, que lhes havia de arranjar o negocio com o papa. Um novo edicto prohibiu sob as penas mais graves não sómente a promulgação, mas até a introducção do breve no seu paiz.

Sibstrencewicz, bispo designado de Mohilef, partiu em Novembro de 1773 a São Petersburgo. O nuncio de Varsovia recommendou-lhe antes de tudo a execução do breve e, como não era amigo dos jesuitas, prometteu-o de bôamente. Mas em S. Petersburgo notou depressa que a vontade de Catharina, de conservar os jeuitas, era decidida. O conde Tchernychef propoz-lhe um documento segundo o qual nem o bispo nem qualquer um dos ecclesiasticos de sua jurisdicção se poderia metter no negocio dos jesuitas. A Russia estaria aberta a todos os jesuitas que se quizessem refugiar nella. Nenhuma bulla papal, qualquer que fosse seu conteudo, poderia ser publicada sem o *placet* ; muito menos ainda qualquer documento que dissesse respeito aos jesuitas. O documento terminava assim: «Em fé do que queiraes dar-me uma signatura de vossa mão como penhor de obediencia a esta ordem de Sua

Magestade Imperial e de cumprimento exacto e absoluto da dita ordem.» Signado Conde Zacharias Tchernychef.»

Debaixo desta firma lê-se escripto pela mão do futuro bispo de Mohilef:

Vi a ordem de Sua Magestade em cima; para a execução da qual subscrevo: Estanisláu, bispo.

Até aos 19 de Novembro o documento foi assignado; aos 22 foi publicado o decreto que nomeou a Siestrencevicz para o bispado latino da Russia Branca. 1)

As accusações levantadas contra os jesuitas da Russia como rebeldes carecem, portanto, de fundamento. As negociações seguintes a este acto não exprimem a vontade inteira do papa que, amedrontado pelas Côrtes borbonicas, devia sustentar as suas exigencias quanto á execução do breve Dominus ac Redemptor noster. Em carta particular, porém, consentiu na existencia dos jesuitas na Russia. Quatro indicios fazem este consentimento mais do que provavel.

1) Lagouot nos seus Annaes (VII, pag. 260) cita uma nota de Catharina II ao rei da Hespanha, por occasião das censuras acres feitas pela Côrte de Hespanha a Pio VI, a respeito da protecção dispensada por este papa aos jesuitas da Russia. Nesta nota a czarina diz francamente: «Não peço nada ao papa ora reinante (Pio VI) e nada recebi delle; usei apenas dos poderes que me concedeu o papa Ganganelli.»

---

1) Veja o documento todo em Revue d'Histoire Ecclesiastique. Louvain V. 10 (1909) pag.334-5.

2) Na Côrte do archiduque Fernando d'Austria trataram bastantes vezes da legalidade da existencia dos jesuitas. O irmão do archiduque, José II, perguntado pelo seu parecer, respondeu que esta não podia ser duvidosa, pois, além de não ser promulgado o breve na Russia, elle tinha lido com os seus proprios olhos a carta pela qual Clemente XIV permittia a Catharina de conservar os jesuitas taes quaes eram nos seus estados.

3) O jesuita Lustyg, assistente e reitor que, depois da morte do P. Lenkiewicz, estava na lista para o vicegeneralato, repetia differentes vezes: «Ouvi dizer a Mgr. Siestrzencewicz, em 1797, que tinha tido nas mãos e lido uma carta de Clemente XIV a Catharina, que permittia aos jesuitas a existencia na Russia.

4) O mesmo Siestrzencewicz abriu o noviciado dos Jesuitas por um decreto de 29 de junho de 1779. A acta começa assim: «O papa Clemente XIV, de feliz memoria, para annuir aos desejos da mui Augusta Imperatriz dos Russos, nossa clementissima Soberana, dispensou a execução do Breve Dominus ao Redemptor noster nos dominios do seu Imperio. . . [1])

Tal documento em qualquer outro paiz seria prova peremptoria; confirmada pelos precedentes não se pode recusar embora tenha a sua origem no paiz autocrata. O papa Pio VI considera a suppressão um mysterio de iniquidade. Não se podia atrever a chocar os melindres das Côrtes borbonicas

---

1) P. Stanislaus Zalenski, S. J. Les Jésuites de la Russie Blanche. Paris. I, pag. 284-286

por documentos officiaes, mas em occasiões dadas manifestou claramente os seus sentimentos. Não se atreveu a libertar o Geral ainda detido no carcere, mas ao defuncto mandou prestar honras extraordinarias. Quando o P. Czerniwicz pedia a licença de incorporar na Sociedade alguns padres palacos, obteve por intermedio do cardeal Rezzonico a resposta que para elle não tinha nada de ambigua: Feliz resultado de teu pedido como eu auguro e tu desejas. 1)

Poucos annos depois deu ao Bispo da Russia os mais amplos poderes sobre as ordens religiosas em seus territorios aproveitados por este para abrir o noviciado dos jesuitas.

O veneravel P. José Eignatelli, observando de Parma todos os factos que diziam respeito á sua querida Companhia, resolveu finalmente partir para a Russia. Descobriu a sua intenção ao papa que lhe respondeu se unisse a elles, pois eram verdadeiros e legitimos jesuitas. 2)

O Padre não foi, mas fez muito mais em prol da sua mãe; abriu um noviciado em Calorno com o consentimento do papa. Aqui mais uma vez se manifesta o animo de Pio VI e a perseguição fervenha das Côrtes borbonicas. O papa concede o noviciado na Italia, mas os votos da Companhia só se podem fazer na Russia, porque a Hespanha com tal acto official concedido pelo papa, seria capaz de desatinar. Dois annos era ainda necessario

---

1) Zalenski, l. c. I, 303.

2) Jaime Nonell, El V. P. José Pignatelli. Manresa 1893, II, 241.

ter paciencia e os jesuitas fazem os seus votos na Italia como na Russia.

Será necessario perder palavras sobre a legitimidade da existencia dos jesuitas na Russia, depois desta exposição historica? A questão de direito está decidida pelo facto da não promulgação do breve na Russia. Demais a mais os padres fizeram quanto convenientemente podiam fazer para alcançar a promulgação e não estavam contentes senão depois de obterem o consentimento explicito do papa que editára o breve na suppressão como do seu successor immediato.

O primeiro decennio do seculo 19 viu a Europa muito mudada. A Hespanha e o Portugal que influiram tanto na Europa, tinham-se eclipsado e, quando se aproximava o anno de 1814, nem tempo tinhm de cuidar dos jesuitas. Os Pombal e os Aranda tinham desapparecido, mas a semente que confiaram ás suas terras brotára. Os reis, atraiçoados por seus ministros, acharam as suas corôas no lixo de Napoleão, as suas casas por terra, os seus povos entregues ao turbilhão despertado pela luxuria de um Luiz XV e pela impiedade de todos aquelles espiritos fortes que formam o seculo philosophico.

Quando os povos, depois da grande mudança trazida pela revolução, tornaram a ter um dia de socego, viram que a sua vida intellectual estava atrazadissima; a instrucção perdida e todas as theorias subversivas a medrar em almas isemptas de qualquer saber.

Os principes viam-se incapazes de governar os seus povos. E' estranho que os principes da Ita-

lia, vendo as reliquias da antiga Companhia e conhecendo pelas negociações diplomaticas o estado sempre mais prospero da Ordem na Russia, se dirigissem aos superiores da Ordem para pedir alguns missionarios e mais ainda alguns professores para os seus collegios?

Em 1793 o cardeal Migazzi entregou ao Imperador Francisco II uma memoria que trata dos meios para impedir a decadencia sempre crescente da religião e dos costumes. Diz:

«Entre estes meios parece o melhor e mais efficaz a restituição da Companhia de Jesus. Os membros desta Companhia animaram o zelo dos christãos por prégações, missões, retiros e pelo uso frequente dos sacramentos; só a calumnia invejosa póde negar, contra todos os testemunhos da historia, que estes esforços fossem corôados pelos fructos mais brilhantes.

A differença manifesta do estado moral destes paizes no tempo em que a Ordem ainda existia, a ruina da religião e dos costumes desde a sua suppressão que salta aos olhos, justifica este desejo.

Até o ultimo embaixador francez desta côrte, testemunha com toda a certeza imparcial, não hesitou affirmar que a França não teria tido revolução tão perniciosa, se a Companhia de Jesus não fosse supprimida, porque a educação da mocidade não decahiria tanto.

Quando será, portanto, mais conveniente que uma grande corporação se opponha de forças unidas á ruina universal do que em nossos tempos, em que os máus trabalham em colligações vastas, cuja

astucia é ainda vencida por seu poder, para destruir a religião e a monarchia?

Pedi á Serenissima Avó de V. M., algum tempo antes da suppressão, conservasse a Ordem nos paizes sujeitos ao seu sceptro; e ouvi, depois, tres mezes antes da sua morte, da bocca della as palavras textuaes: Oxalá seguisse os seus conselhos e executasse os seus avisos! 1)

Por uma ironia da sorte foi um infante de Hespanha, o infante de Parma, o primeiro a pedir officialmente tanto á Imperatriz da Russia como ao Geral da Companhia alguns padres para as suas terras. Ao primeiro de Dezembro de 1793 um correio entregou ao P. Lenkiewicz, vice-geral da Companhia de Jesus, um pacote de cartas. Pouco depois chegaram tambem cartas de S Petersburgo, com passaportes para os padres destinados á Italia e a ordem de partir quanto antes. O infante, querendo fazer uma obra completa, dirigiu-se depois ao papa pedindo a restituição da Companhia para as suas terras. Pio VI louvou-lhe muito o seu zelo pelo bem estar dos seus subditos, mas reconhecer os jesuitas era impossivel por causa da Hespanha.

O czar Paulo I pediu uma approvação formal da Companhia. Mais uma vez a Hespanha inutilisou o pedido. Pio VII, ainda no exilio, tinha falado mais de uma vez na restituição da Companhia. O cardeal Pacca lembrou-lhe, depois de voltarem para Roma em principios de 1814, estas conversas e ouviu, bastante admirado, a resposta: Podemos restabelecer a Ordem na proxima festa de S. Ignacio.

1). Stimmen aus Maria Laach. v. 38 (1890), p. 491.

Prepararam tudo, mas como na bulla de restituição havia uma expressão contestada por alguns cardeaes, addiou-se a festa para o domingo seguinte a festa de S. Ignacio. Aos 7 de agosto de 1814 viu a cidade eterna uma festa unica. «Entre as 7 e 8 horas chegou o Santo Padre á porta da Egreja del Gesú, bellissimamente ornada e illuminada, sendo recebido pelo collegio dos cardeaes em plena gala.

O Pontifice, após breve oração, celebrou a missa no altar de S. Ignacio, sob o qual repousam as reliquias do santo. Finda a missa do papa e outra, celebrada por um prelado, durante a qual o papa fazia a sua acção de graças, dirigiu-se Pio VII por entre a multidão que se apinhava na Egreja, para a capella dos nobres, onde tomou ligeira refeição. Logo voltou e assentou-se no throno.

Estavam assentados em seu redor 18 cardeaes; atraz delles em duas filas de bancos por cada lado os jesuitas qne se achavam em Roma, em numero de 150. Em redor do throno papal assistiam varios monsenhores e, em pé, ás portas que dão para a sachristia, differentes bispos. Para o rei de Hespanha, e o de Sardenha, Carlos Manuel, tinham preparado tribunas, mas elles não assistiram; aquelle por razões politicas, este por se achar indisposto; só estava presente a Rainha da Etruria com seus tres filhos.

O Santo Padre entregou a bulla a Msgr. Belisario Christaldi e este, em pé, perto do throno, leu em voz clara e intelligivel. Terminada a leitura, devolveu o documento a Sua Santidade: chamaram ao P. Luis Panizzoni o qual, de joelhos no throno

mesmo e mui chegado ao papa, recebeu a bulla das mãos delle. Acceita-a Panizzoni, beija com reverencia os pés do Papa, e retira-se radiante de alegria; chama Sua Santidade todos os jesuitas presentes e admitte-os ao beija-pé.

Os mais jovens dos jesuitas presentes passavam de 60 annos; mais de 15 eram octogenarios, varios tinham passado de 85 e 86 annos; alguns vinham de bastão e precisavam de auxilio para subir ao throno, sendo levados pelos prelados assistentes ao papa. Este, ao ver tantos anciãos respeitaveis, cheios de contentamento e alegria, e muitos entre elles de olhos arrasados de lagrimas, mostrou-se extraordinariamente contente, festivo e até risonho, manifestando o gosto e a complacencia que lhe iam no coração. Espectaculo sublime e consolador! A Companhia estava solemne e juridicamente restituida ao seu primeiro ser.» 1)

Uma especial satisfação coube aos proscriptos da Hespanha. Já no anno seguinte restabeleceu o rei Fernando VII a Companhia na Hespanha «a muitas e não interrompidas instancias de provincias, cidades, villas e logares de meus reinos por arcebispos, bispos e outras pessôas ecclesiasticas e seculares. «Estes pedidos já de per si caracterisam a obra dos Aranda, Monino e comparsas. Mas o decreto real condemna explicitamente a obra delles, despronunciando por completo os, havia 30 annos, tão diffamados religiosos. Diz o rei: «Por occasião de tão

1). Jaime Nonell, l. c. III, 311-312.

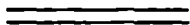
serias instancias, procurei conhecer melhor a falsidade das imputações criminosas feitas á Companhia de Jesus por emulos e inimigos, não somente da Ordem, mas propriamente da santa religião de Jesus Christo, lei fundamental da minha monarchia que meus predecessores com tanto empenho e tanta firmeza têm protegido, verificando o titulo de Catholicos reconhecido até hoje por todos os soberanos. Penso e desejo seguir-lhes o zelo e o exemplo com o auxilio de Deus. Convenci-me de que os verdadeiros inimigos da religião e dos thronos eram aquelles que trabalharam e se empenharam com calumnias, ridicularias e invenções para desacreditar a Companhia de Jesus, dissolvel-a e perseguir a seus innocentes membros.» [1])

Pouco depois outro documento restabeleceu a Ordem nas colonias. Os louvores que tece á actividade dos jesuitas na America, pertencem aos mais brilhantes que jamais foram escriptas e até aos religiosos do desterro dava o decreto um testemunho que poucos annos antes ainda, ninguem se atreveria a proferir em territorio hespanhol.

A historia registrou o tempo de 1770-1810 como o grande revolução. A Providencia teve a sua mão sobre a Companhia de Jesus. Escondeu-a para que não cahisse nem uma folha só das suas constituições; enterrou-a para que mão revolucionaria não mexesse com um jota só do santo legado de Ignacio.

---

1). O decreto inteiro em P. Pablo Hernandez S. J. El extrañamento de los jesuitas del Rio de la Plata. Madrid 1908 p. 391 ss.

Passada a borrasca, a Providencia manifesta-se mais clara a olhos humanos, fazendo resurgir a Companhia de Jesus, como a fundára S. Ignacio de Loyola, para ser o subsidio da Egreja militante, todo entregue ao representante de Christo na terra, consumindo-se ao serviço de seu divino chefe.

INDICE DOS NOMES PROPRIOS

Ravignan P.
Raynal
Rhomberg P.
Ricci P.
Roda
Rolland
Sá e Mello (Ayres de)
Sacy, P. de
Saldanha (cardeal)
Schaefer H.
Schoell
Siestrncewicz
Smith
Starhemberg
Stoppani (cardeal)
Tanucci
Tavora
Tchernychef
Theiner
Torreggiani (cardeal)
Vergara P.
Varnhagen
Visconti (nuncio)
Wall
Walpole
Welsperg
Zalenski P.
Zito P.

INDICE

ERRATAS

p. 36 nota, J Lucio d'Azevedo, Os Jesuitas no Grão-Pará. p. 298 — em logar de Danvila etc.
p. 56 nota Duc. de D. em logar de Duc. D.
p. 61 l. 18 — morreu o P. Centurione — em logar de — o P. Centurione.
p. 64 l. 1 debaixo chamada «la Paroisse» em logar de «la Pavoisse.»
p. 73 l. 13 debaixo: ao bando em logar de — o bando ao bando.
p. 78 l. 4 de cima: Quito em logar de Quinto.
p. 84 l. 4 debaixo, leia: imaginar nem como na França, nem como em Portugal.
p. 87 l. 9 debaixo: 1867 em lugar de 1367.
p. 92 e 93 as notas trocadas.
p. 94 l. 1 de cima: intimamente — em logar de ultimamente.
p. 94 l. 13 de cima: 2 a 300 em logar de 2.300.
p. 115. l. 12 risquem o — «mais»
p. 115. l. 13 Mais—em lugar de—mas.
p. 116. l. 10 o que são e — em lugar de—*o que não é*
p. 116. l. 15 offendidas—em lugar de—offendida.
p. 118. l. 5 Almada—em lugar de—Alamada.
p. 118. l. 9 cessão dos bens da Companhia é ponto assento. Almada tem que representar ao Papa: Que ambas etc.
p. 118. l. 15 caso da de Vienna—em lugar de—caso de Vienna.
p. 120. l. 9. vacantes—em lugar de—vocantes.

p. 123. l. 6. de baixo—extinctas: em lugar de—extincta e
p. 123. Nota 2 XIV—em lugar de—VIV.
p. 124. l. 10 Kaunitz—em lugar de—Kauniz.
p. 129. l. 6. embarcados—em lugar de—observados.
p. 129. l. 13 distinguido—em lugar de—destinguido.
p. 131. l. 12 de c. Grimaldi—em lugar de—Grinaldi.
p. 132. nota Duhr em lugar de—DESHEIR.
p. 132. l. 10 de c.—bons modos, mas ha um caminho no meio de bons modos e da violencia.
p. 137 l. 5. de c.—para a suppressão—em lugar de—a suppressão.
p. 139. l. 8 de c.—censurara—em lugar de —censuraram
p. 141. l. 11 de c.—dependam—em lugar de—defendam.
p. 147. l. 3 de c.—Outra—em lugar de—Otra.
p. 148. l. 10 de c.—que ella—em lugar de—que lhes.
p. 148. l. 14 Sieshrzencewicz—em lugar de—Sibshren.
p. 151. l. 15 de c.—José Pignatelli—em lugar de—Gignatelli.